



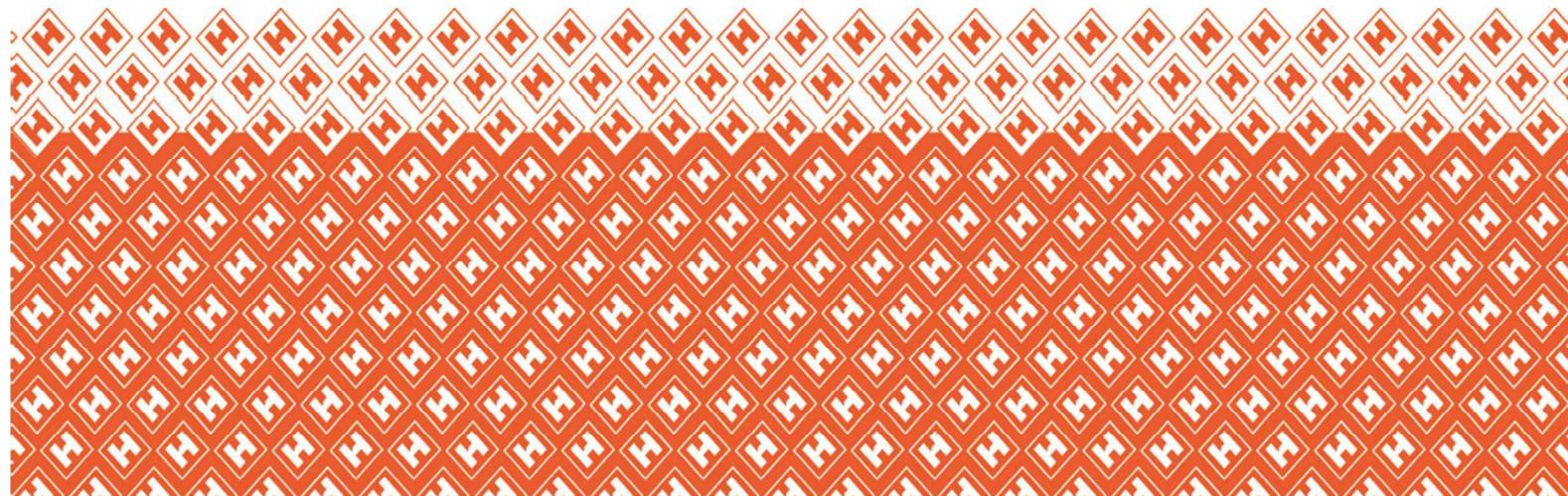
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

WYLLIANE ESTELAIDE PAIXÃO DE SANTANA

**COLUNA PRESTES EM BARRA DO BUGRES:
USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA
LOCAL**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
MAIO / 2024**



WYLLIANE ESTELAIDE PAIXÃO DE SANTANA

**COLUNA PRESTES EM BARRA DO BUGRES: USOS DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Orientador: Dr. Carlos Edinei de Oliveira

**CÁCERES/MT
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

Santana, Wylliane Estelaide Paixão de.
Coluna Prestes em Barra do Bugres: usos do patrimônio
histórico-cultural no ensino de história local / Wylliane
Estelaide Paixão de Santana. - Cáceres, 2024.
119f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ensino de História/CAC-PROFHISTORIA - Cáceres -
Mestrado Profissional, Campus Universitário De Cáceres "Jane
Vanini".
Orientador: Carlos Edinei de Oliveira.

1. Ensino de História. 2. Memória Histórica. 3. História
Local. 4. Coluna Prestes. I. Oliveira, Carlos Edinei de. II.
Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 94:37



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às 14h, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado de **WYLLIANE ESTELAIDE PAIXÃO DE SANTANA** com a produção intitulada **“COLUNA PRESTES EM BARRA DO BUGRES: USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL”**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância, via Google/meet (<https://meet.google.com/bby-tyim-emf?authuser=0>). A Comissão Examinadora foi composta por: Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira(orientador-presidente), Prof. Dr. Adilson Ishihara Brito (Examinador Externo), Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves (Examinador Interno) e a Profª. Dra. Fernanda Martins da Silva (Examinadora Suplente). Concluída a exposição e a arguição, a Comissão Examinadora, após ponderações e avaliações, considera a candidata **aprovada**. A candidata deverá atender, sob orientação, as exigências solicitadas de acordo com os prazos definidos pelo Programa. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo presidente da Comissão Examinadora e pelos professores avaliadores.

Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente
CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA
Data: 24/09/2024 16:41:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira
(UNEMAT - Presidente da Banca)
Participação remota - Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br
ADILSON JUNIOR ISHIHARA BRITO
Data: 01/07/2024 18:13:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adilson Ishihara Brito
(UFPA - Examinador Externo)
Participação remota - Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br
OTAVIO RIBEIRO CHAVES
Data: 03/07/2024 12:29:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves
(UNEMAT - Examinador Interno)
Participação remota – Síncrona

Documento assinado digitalmente
gov.br
FERNANDA MARTINS DA SILVA
Data: 03/07/2024 20:02:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fernanda Martins Silva
(UNEMAT – Examinadora Suplente)
Participação remota - Síncrona

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais que sempre apoiaram minhas decisões, Lineide Paixão da Silva e Divanilso Euclides de Santana, e às minhas irmãs Joana e Amanda e sobrinhos Maria Fernanda, Alicia e Miguel pela paciência e dedicação nos momentos mais difíceis. Agradeço também ao meu orientador, Carlos Edinei de Oliveira, pelos ensinamentos e palavras de sabedoria; aos amigos Ana Caroline, Andreia e Mayara pelo companheirismo e pelas lições construídas juntos no mestrado; aos membros da banca Adilson Ishihara Brito e Otávio Ribeiro Chaves por todas as valiosas contribuições. Agradeço à CAPES pelo financiamento que possibilitou a realização dessa pesquisa e aos alunos do 9º ano B da turma de 2023 na E. E. 7 de Setembro por abraçarem e contribuírem com a realização dessa pesquisa.

Meu muito obrigado a todos.

RESUMO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, campus de Cáceres, e está inserida na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar. Como ponto de partida da sua construção, foram apresentados os episódios em torno da passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres, Mato Grosso, em 20 de novembro de 1926, trazendo suas possibilidades de abordagem em sala de aula pelo viés da análise documental bibliográfica e dos vestígios históricos presentes no município e seus ecos e releituras na contemporaneidade, principalmente pela análise das produções e acervo do memorialista Jovino Ramos. Dentre seus objetivos está evidenciar as potencialidades pedagógicas para o ensino de história direcionado aos temas de história local, lugares de memória, análise documental e Coluna Prestes. Seu recorte espacial é a cidade de Barra do Bugres, em especial o local que marca a passagem da Coluna Prestes, onde foi erigido um monumento aos mortos no conflito com integrantes da Coluna, e aos escritos memorialísticos que compõem o acervo que documenta essa passagem pelo local. A metodologia de pesquisa foi principalmente a análise bibliográfica com o levantamento do estado da arte das produções barrenses e do acervo de obras escritas pelo memorialista Jovino Ramos (1999, 2001, 2003), análise dos monumentos históricos em Barra do Bugres. O recorte temporal são as inquietações do tempo presente a fim de compreender de que modo é possível trabalhar o período final da Coluna Prestes e sua passagem por Barra do Bugres, junto aos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente nas turmas de nono ano. A pesquisa possibilitou a compreensão de que o trabalho com fontes que evidenciam a história local em sala de aula é necessário para a compreensão dos processos históricos, como eles estão interligados em uma escala do micro ao macro e como são construídos e transformados em narrativa pelo processo de investigação do historiador. Conclui-se, ao final, como os documentos e os monumentos relativos ao evento foram criados e utilizados para legitimação de discursos enviesados sobre o que é esquerda política, associando falsamente o ‘massacre da Coluna em Barra do Bugres’, como é comumente chamado pela mídia ao longo dos anos, de ‘comunismo’, sendo a representação do mal, presente nos discursos dos conservadores e da direita brasileira. Dentre seus resultados, é apresentado um guia de ensino sobre história local com a utilização de fontes a exemplo da leitura e análise de documentos e monumentos.

Palavras-chave: Profhistória. Ensino de história. Memória Histórica. História Local. Coluna Prestes.

ABSTRACT

This dissertation results from research conducted in the Professional Master's Program in History Teaching (ProfHistória) at the State University of Mato Grosso/UNEMAT, Cáceres campus, and is inserted in the research line Historical Knowledge in the School Space. As a starting point for its construction, the episodes surrounding the passage of the Prestes Column through Barra do Bugres, Mato Grosso, on November 20, 1926, were presented, bringing their possibilities of approach in the classroom through the lens of documentary and bibliographic analysis and the historical traces present in the municipality and its echoes and re-readings in the contemporary world, mainly through the analysis of the productions and archive of the memoirist Jovino Ramos. Among its objectives is to highlight the pedagogical potentialities for the teaching of history directed to the themes of local history, places of memory, documentary analysis, and Prestes Column. Its spatial focus is the city of Barra do Bugres, especially the place that marks the passage of the Prestes Column, where a monument was erected to the dead in the conflict with members of the Column, and to the memorialistic writings that make up the archive that documents this passage through the place. The research methodology was mainly bibliographical analysis with the survey of the state of the art of Barrense productions and the archive of works written by the memoirist Jovino Ramos (1999, 2001, 2003), analysis of historical monuments in Barra do Bugres. The temporal focus is the concerns of the present time in order to understand how it is possible to work on the final period of the Prestes Column and its passage through Barra do Bugres, together with the final years of Elementary School, especially in the ninth-grade classes. The research made it possible to understand that working with sources that evidence local history in the classroom is necessary for understanding historical processes, how they are interconnected on a scale from the micro to the macro and how they are constructed and transformed into narrative by the process of historical investigation. In conclusion, it is shown how the documents and monuments related to the event were created and used to legitimize biased discourses about what is the political left, falsely associating the 'massacre of the Column in Barra do Bugres', as it is commonly called by the media over the years, with 'communism', being the representation of evil, present in the discourses of conservatives and the Brazilian right. Among its results, a teaching guide on local history is presented with the use of sources such as the reading and analysis of documents and monuments.

Keywords: Profhistória. History teaching. Historical Memory. Local History. Prestes Column.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barra do Bugres - Mapa do Município: limites, localização no mapa do estado e vias de acesso	24
Figura 2: Homenagem “Os heróis Defensores de Barra do Bugres”	47
Figura 3: Visita guiada dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao túmulo e monumento	49
Figura 4: Visita guiada dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao túmulo e monumento	51
Figura 5 - Monumento aos Heróis Defensores	65
Figura 6: Movimentos Tenentistas e a Revolução de 30: a passagem da Coluna Prestes pelo Brasil	77
Figura 7 - Notícia em Blog sobre a Coluna Prestes em Barra do Bugres	78
Figura 8 - Publicação de 1927 no Jornal “A Razão” sobre a defesa de Cáceres contra a Coluna Prestes	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - produções do memorialista local Jovino dos Santos Ramos	58
Quadro 2: História local e Coluna Prestes nos anos finais do Ensino Fundamental.	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA POTENCIALIZADORA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA 21	
2.1	BARRA DO BUGRES: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO TERRITÓRIO, SUAS VICISSITUDES E POSSIBILIDADES.....	21
2.2	O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E O CURRÍCULO ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NO MATO GROSSO	30
2.3	O ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA LOCAL: A IMPORTÂNCIA DO USO DE DOCUMENTOS COMO FONTES DE REGISTROS DA MEMÓRIA.....	37
2.4	BARRA DO BUGRES, A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O USO DA HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE FACTUAL A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA	43
3	CAPÍTULO 2: O ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA LOCAL: MONUMENTOS HISTÓRICOS EM BARRA DO BUGRES COMO FONTES DE PESQUISA E MEMÓRIA HISTÓRICA	54
3.1	O ENSINO DE HISTÓRIA EM BARRA DO BUGRES: O USO DAS FONTES LOCAIS COMO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	54
3.2	HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA	59
3.3	HISTÓRIA LOCAL, BNCC E DRC E A COLUNA PRESTES	61
4	CAPÍTULO 3: A COLUNA PRESTES EM BARRA DO BUGRES: INCURSÕES NO ESTADO DO MATO GROSSO	72
4.1	A COLUNA PRESTES.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Como professora de História da rede básica de ensino desde o ano de 2017 no estado de Mato Grosso e, posteriormente, pesquisadora em Ensino de História, frequentemente questiono como incorporar a temática de História Local nas aulas de História e, mais que isso, como fazê-la de modo a conquistar nos alunos o interesse pelo debate, sem cair nas armadilhas proporcionadas pela história que exalta datas, fatos e personalidades, principalmente as grandes figuras políticas.

A escola é um sistema institucional composto por pessoas com diferentes culturas que interagem no espaço escolar (Campos; Godoy, 2013) e que a todo momento é exposta a questões que permeiam a sociedade, além de ser responsável pela formação cidadã e crítica do estudante, principalmente no que diz respeito aos componentes curriculares de Ciências Humanas, em especial, relacionados à História.

A necessidade de trazer para o debate na escola os temas relacionados ao conhecimento histórico contemporâneos que impactam a vida em sociedade é uma discussão que permeia esta pesquisa, o que me levou a propor, neste estudo, a importância das reflexões sobre o ambiente social do Brasil nos últimos anos, especialmente em torno das questões políticas. Importa destacar que as chamadas *fakes news* e o ambiente eleitoral impactaram os discursos sobre alguns grupos sociais, principalmente aqueles situados no espectro político do campo da esquerda. A escola, enquanto parte importante dos processos ocorridos na sociedade, não ficou imune a eles e às suas consequências, inclusive considerando seu papel finalístico de acolher e discutir tais temas, de grande relevância junto à juventude.

O termo *fake news* tem sido amplamente utilizado para denominar informações sabidamente incorretas e difamatórias, com o objetivo principal de obter algum tipo de vantagem política sobre o adversário. Sobre o termo, neste trabalho utiliza-se do entendimento proposto por Baquero e Bernadini (2021) como sendo desinformação, notícias fraudulentas difundidas intencionalmente, embora de fácil verificação, e disseminadas com a intenção de enganar os leitores. Segundo os autores, dessa categoria estão excluídas sátiras, paródias e erros jornalísticos.

Assim como praticamente ocorreu em todo o Brasil, também o município de Barra do Bugres¹, situado no interior do estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, não ficou isento a esses ataques estratégicos à democracia, principalmente perpetrados por grupos políticos de grande poder aquisitivo no estado, vinculados especialmente à atividade econômica voltada ao agronegócio. Neste sentido, veículos de comunicação locais, a exemplo de alguns jornais, se utilizaram intensamente da disseminação de notícias inverídicas a fim de prejudicar quaisquer narrativas que destoassem do ponto de vista daqueles alinhados ao espectro político à direita, pessoas com grande influência e predomínio na região.

Uma publicação em uma página na *internet* intitulada ‘Blog do Eduardo Gomes’ no ano de 2018², cujo título chamativo remete a um fato histórico, despertou a atenção desta pesquisadora, como também provavelmente não passou despercebido ao leitor que minimamente se interessa por história. Em letras maiúsculas, o autor exibe a palavra “MEMÓRIA” para se referir a uma parte da história de Barra do Bugres. Na continuação da chamada, o autor descreve “Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres” e, logo em seguida, no subtítulo lê-se “Comunistas executam indefesos moradores”.

Tudo o que se segue posteriormente é uma nítida tentativa de vinculação da Coluna Prestes ao comunismo e, consequentemente, a relação deste ao ‘massacre’, à ‘maldade’ com os indefesos moradores. Isso aconteceu notadamente no ano em que as *fake news* tomaram forma e participação decisiva na campanha eleitoral de 2018, em que, de um lado da disputa estavam o candidato [eleito naquele pleito] Jair Messias Bolsonaro e seu vice, Antônio Hamilton Martins Mourão, com seus discursos atrelados ao conservadorismo moral e cristão, não econômico, e com alinhamento político aos partidos de extrema direita.

Do lado oposto, estavam o candidato Fernando Haddad e sua vice, Manuela D’Ávila, ambos alvos frequentes de diversas *fake news* caluniosas quanto aos seus projetos, principalmente aos que envolviam as temáticas da educação, população LGBTQIAP+, evangélicos e, constantemente atrelados, de maneira errônea e

¹ As informações detalhadas sobre o município de Barra do Bugres serão apresentadas em seção específica sobre o mesmo.

² Conforme constante na descrição do perfil do blog, trata-se de uma publicação *online* editada em Cuiabá, com enfoque mato-grossense, disponibilizando conteúdos factuais e conceituais, além de opinião editorial e do internauta (Fonte: <https://www.blogdoeduardogomes.com.br/category/perfil/>).

pejorativa, ao ‘comunismo’³. A matéria foi escrita justo no momento em que se endossava a narrativa da maldade associada ao temido comunismo, transformando uma disputa eleitoral em uma luta do ‘bem contra o mal’, em detrimento do embate político-partidário de praxe em uma eleição.

Esses questionamentos sobre fatos correlatos à história do município alcançaram grande importância a partir da utilização desenfreada dos mesmos nas redes sociais, nas campanhas de difamação em massa, tendo em vista que passaram a interferir na educação de crianças e jovens no município. Elas atingiram seu ápice principalmente durante a pandemia do COVID-19⁴, momento no qual professores da Rede Pública Estadual do Mato Grosso se viram obrigados a produzir seus próprios materiais didáticos, comumente chamados de apostilas, que eram dispostos aos alunos por meios eletrônicos e/ou físicos.

A Unidade Escolar em que leciono, a Escola Estadual 7 de Setembro, é localizada no distrito de Assari, no município de Barra do Bugres, se tratando de uma escola do campo que possui uma diversidade de alunos de várias regiões do Brasil, atendendo, em sua maioria, alunos de classe média ou baixa. Atualmente, a Escola Estadual 7 de Setembro possui 277 alunos matriculados em 2023, apresentando muitas transformações e uma relativa rotatividade entre discentes e docentes, estes últimos devido ao pouco número de profissionais da educação efetivos naquela unidade.

O pequeno distrito possui aproximadamente 2.000 habitantes⁵ e está situado há cerca de 22 quilômetros da sede do município. Sua principal fonte de renda é a atividade agrícola, com o plantio de cana-de-açúcar e o Centro de Distribuição do

³ Karl Marx e Friedrich Engels (1999) apresentam em “O Manifesto Comunista”, de 1848, as bases do comunismo, considerado uma ideologia política, social e econômica contrária ao capitalismo, na qual se estabelece uma sociedade igualitária, onde o Estado poderia ser extinto, e os proletários seriam os proprietários do seu trabalho e dos bens de produção. Para eles, os seres humanos devem trabalhar de acordo com suas capacidades, não mais do que podem ou precisam.

⁴ Pandemia Mundial do vírus SARS- CoV 2 iniciada no ano de 2019, e espalhada de forma epidêmica no Brasil a partir de 2020, deixando um total de 700.239 óbitos e mais de 2 milhões de infectados (números referentes apenas ao caso brasileiro). De forma até então desconhecida, no início seus sintomas se assemelhavam ao de uma gripe, porém em alguns casos com evoluções rápidas e às vezes até mesmo irreversíveis da doença (Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>)

⁵ O número é apenas uma estimativa, já que o IBGE não tem o número exato de habitantes do distrito, apenas do município em sua totalidade.

empacotamento de açúcar da usina UISA⁶, que possui um significativo número de fazendas nos arredores.

Essas condições fazem do lugar um entreposto de serviço muito procurado para o trabalho de safra, um tipo de ação ligada ao meio rural que corresponde a um contrato por tempo determinado, iniciando com a preparação do solo para receber o plantio e findando com a colheita. Esse trabalho é executado, muitas vezes, principalmente por trabalhadores do Nordeste do Brasil, que migram de forma sazonal com a família em busca de melhores condições de vida, fenômeno social de deslocamento denominado transumância, bastante presente na região. Contudo, a origem dos habitantes é bastante variável, se relacionando com o momento econômico pelo qual a cidade está passando⁷.

No período da pandemia, a escola, tanto em estrutura física quanto em questão de profissionais da educação, e tampouco os alunos, estavam preparados para aquela nova dinâmica que se estabelecia, além de um quase total afastamento físico entre os participantes no processo de ensino-aprendizagem. Esse novo modelo, à distância, exigiu de todos, docentes e discentes, o domínio de novas metodologias e a inclusão de ferramentas de estudo *online*, de modo que as aulas fossem ofertadas virtualmente.

A partir do momento em que se fez necessário o fechamento das escolas para a preservação da saúde de todos e para evitar o risco do contágio a partir do contato pela aglomeração, começou também a preocupação desta professora-pesquisadora com os conteúdos a serem ministrados, que passava pelo desejo de ampliar o conhecimento do alunado sobre a história local. Pesava, ainda, uma dificuldade real,

⁶ Usinas Itamarati S.A.. [...] Uma das maiores biorrefinarias do Brasil. Contamos com um modelo de negócio que permite a transformação de matérias-primas renováveis e de seus resíduos em biocombustíveis, energia limpa, saneantes, alimentos, fertilizantes orgânicos e ingredientes para nutrição e saúde e animal. [...] localizada em Mato Grosso e temos como diretriz a maximização da sustentabilidade e a redução das emissões de carbono, a partir do processamento de biomassas. [...] nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, possui cerca de 90 mil hectares de terras, dos quais mais de 40.000 são ocupados por cana-de-açúcar. Com um time de mais de 2.000 funcionários e quase 1.000 parceiros, atuam em todas as etapas da cadeia produtiva, desde o plantio da cana-de-açúcar até o comércio, logística e distribuição do produto acabado. Disponível em <<https://www.uisa.com.br/quem-somos>>, acesso em 12 de set. de 2023.

⁷ No início do povoamento, quando a economia girava em torno da extração da poaia, a migração se deu principalmente por pessoas oriundas de núcleos urbanos mais antigos do Mato Grosso, como Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade, Acorizal, Guia, Cáceres, Cuiabá, Nioac, Rosário Oeste, destacando – se a possibilidade de que muitos desses moradores eram descendentes de ex-escravos ou fugitivos da Guerra do Paraguai, ou, ainda, quiçá de escravos fugidos, moradores de quilombos (Moraes, 2004, p. 56).

que era a questão de, na condição de docente, desconhecer praticamente a história do município em que resido e trabalho desde o ano de 2018.

Assim como a maioria dos alunos e pais, também migrei para o município por questões de trabalho, e tinha quase que absoluto desconhecimento de suas especificidades acerca da história e da cultura local, fato esse que, até me deparar com discussões teóricas proporcionadas pelo Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – com meu ingresso em 2022, eram sanadas em forma de trabalhos extraclasse, na prática docente.

A essa situação, acrescenta-se o fato de que, enquanto professora e moradora recente da localidade, praticamente desconhecia as várias realidades da região de Barra do Bugres, visto que realizei a graduação no estado de Minas Gerais; assim, ao chegar naquela comunidade, me deparei com uma riqueza de detalhes na formação dos municípios fronteiriços e suas correlações com os aspectos políticos e socioeconômicos daqueles territórios.

A história local tem sua importância evidenciada pela necessidade dos indivíduos em reconhecer a sua identidade, bem como de serem pertencentes a um ‘lugar’. Essa necessidade se torna latente após a homogeneização que a formação dos estados nacionais proporcionou, diminuindo as particularidades das regiões para que se sobressaíssem sobre elas os símbolos que unificavam as pessoas em torno de uma única ‘nação’. A história enquanto disciplina escolar, contribuiu, no Brasil para ocupar esse espaço de unificação da memória nacional, de acordo com Bittencourt,

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de “cívicas”, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizaram e fiscalizaram tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas “festas cívicas”, é possível verificar que o ensino de História não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “História da pátria” ser tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares, havia outros recursos de comunicação, com rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional. (Bittencourt, 1990, p. 44)

Desse modo, é perceptível o papel homogeneizante que a História ocupou no Brasil, afim de criar uma memória única, focou durante muito tempo no estudo de datas, símbolos e dos chamados “heróis nacionais”, nesse sentido, a história regional, busca compreender os eventos

Assim, a história local é um campo da historiografia que se preocupa com as interações entre eventos históricos sob outro ângulo de análise e o espaço onde ocorrem (Revel, 1998). Essa dinâmica de investigação permite que se descortinem realidades completamente novas, outros significados que, por vezes, são dados ao mesmo evento em diferentes localidades. Em vez de apenas examinar eventos isolados, os historiadores analisam e compreendem como tiveram interferência em acontecimentos nacionais e vice-versa.

Dessa forma, a história local parte de uma necessidade própria dos indivíduos a fim de lhes constituir identidade, preservar a memória, criar e preservar vínculos, indo muito além de ser apenas um recorte espacial. (Viana, 2016)

Assim, dadas as situações em que o exercício da docência se efetivava naquele cenário e que se estenderia *a posteriori*, urgia a necessidade de uma formação adequada para trabalhar com a pesquisa e ensino de História e cultura local e regional em sala de aula, evidenciando as suas particularidades.

Todo esse cenário descortinou uma necessidade que se apresenta como objeto de estudo, que é ensino de História Local partindo da análise de um determinado fato histórico: a passagem da Coluna Prestes em 1926 e as marcas por ela deixadas em Barra do Bugres, bem como analisar de que maneira este evento serve para legitimar um discurso enviesado no que tange aos movimentos de esquerda, e que tende a marginalizá-los até os dias atuais.

Quanto à contextualização, recorte espacial e temporal da motivação da pesquisa, a perspectiva inicial evidenciou a necessidade de trazer a História Local para o momento em que se constituía essa pesquisa, destacando a prática docente cotidiana, possibilitando ao discente o conhecimento, análise e crítica das narrativas, dos documentos e monumentos históricos que compõem o lugar ao qual eles pertencem, para que se reconheçam enquanto sujeitos históricos e possam relacionar os acontecimentos e suas vicissitudes ao nível local e nacional.

Sobre a metodologia da pesquisa, em um primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que já foi escrito sobre determinado assunto.

A segunda etapa do estudo estruturou-se em pesquisa de campo, tendo como sujeitos participantes esta autora, como professora na disciplina de História

e uma turma de 11 alunos no 9º ano do Ensino Fundamental do já referido distrito, na Escola Estadual 7 de Setembro. Na sequência, ocorreu a coleta de dados, por meio de realização de atividades conjuntas com os alunos, quais sejam, leituras sobre o tema, (re)conhecimento de documentos e visitas aos patrimônios históricos, os locais de memória do evento estudado.

Esta etapa compreendeu, ainda, a definição de uma data, que correspondeu ao dia 20 de novembro de 1926, quase no final da chamada Primeira República, quando a Coluna Prestes, já em retirada com direção à Bolívia, passa por Barra do Bugres. Portanto, neste trabalho foram analisados seus objetivos, a razão da passagem pelo local e a reação dos moradores do povoado. Assim, também como recurso metodológico buscou-se analisar e problematizar os escritos memorialísticos e a construção narrativa dos eventos acerca do dia 20 de novembro de 1926, bem como investigar e comparar os documentos sobre a passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres, a fim de compreender os motivos desse acontecimento e entender como se deu a reação popular ao saber da passagem da Coluna.

Por fim, buscou-se também analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC – MT) em relação ao ensino de História Local e os objetos do conhecimento, especificamente o caso da Coluna Prestes.

Trabalhar com história local possibilita relacionar essas experiências dos discentes e a História enquanto disciplina escolar, permitindo que ele se sinta sujeito integrante do processo histórico e possa estabelecer relações, percebendo as continuidades e rupturas ocorridas na comunidade e na história nacional.

O escopo da pesquisa foi construído a partir da análise quantitativa das documentações, leis, publicações, livros, documentos de arquivos e acervos disponíveis sobre o tema, bem como o estado da arte, a fim de orientar e selecionar quais fontes seriam usadas e comporiam a estrutura básica do projeto, que orientaria todo o percurso de investigação.

Posteriormente, recorreu-se à análise qualitativa das fontes históricas disponíveis, entendendo que não existe dicotomia entre pesquisa qualitativa e quantitativa, pois toda pesquisa pode ser as duas ao mesmo tempo, de acordo com Triviños (1987). A estatística possibilitou entender os rumos da escrita historiográfica de Barra do Bugres, evidenciando a necessidade de analisar a passagem da Coluna

Prestes e as potencialidades pedagógicas deste evento, no sentido de despertar nos alunos o interesse pela história local.

Este trabalho se pautou nos conceitos de História Local (Viana, 2016), fundamentado em categorias de análises e conceitos de Jogos de Escalas, de Jacques Revel, através do qual o autor propõe uma análise de uma situação do micro para o macro. Segundo ele, “o recurso a microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço macro” (Revel, 1998, p. 20).

Assim, a análise partiu do pressuposto do estudo de um evento a nível nacional e de suas implicações em nível local, entendendo que o sujeito histórico em formação precisa se reconhecer no espaço em que está aprendendo, se orientar temporalmente e interpretar as fontes para, então, fazer as correlações com o nacional e dessa forma desenvolver sua consciência histórica (Rüsen, 2010).

A pesquisa se baseou também nos estudos de Oliveira (2006; 2013) sobre os quais o autor tece reflexões acerca da composição histórica de Barra do Bugres, seus monumentos e patrimônios culturais, além de fornecer consideráveis ponderações sobre os patrimônios arquitetônicos e históricos da cidade nos tempos distritais. Para a análise histórica da origem de Barra do Bugres, foram utilizadas as obras de Moraes (2004) e Senra e Silva (2012).

Utilizaram-se também os conceitos de Memória, Monumento e Documento de Jacques Le Goff (1999), de Lugares de memória de Pierre Nora (1993) e no conceito de patrimônio histórico-cultural de Oriá (2004) para compreender de que maneira e com qual intencionalidade o monumento aos heróis de Barra do Bugres e sua literatura memorialística foi construída, entendendo que ambas as fontes históricas devem ser analisadas como uma construção proposital da sociedade e do tempo histórico em que foi produzida.

Considerou-se fundamental para o desenvolvimento da pesquisa associar a construção do conhecimento e da narrativa histórica sobre o evento em si ao processo de construção da Consciência Histórica para os alunos. De acordo com Jörn Rüsen (2010), a narrativa historiográfica supera a mortalidade humana e vai além de simplesmente superar fato e ficção, pois essa narrativa que constrói a Consciência Histórica é formada por um padrão de transformação, ligada ao ambiente da memória, a temporalidade e a continuidade.

O conceito-chave para o desenvolvimento da pesquisa é a análise da produção memorialista local, que possui uma vasta quantidade de obras escritas principalmente pelo professor Jovino Ramos⁸. Tais reflexões foram tecidas utilizando a análise feita por Sandra Cristina Fagundes de Lima (2004) do conceito de memorialista e sua relação com a produção escrita sobre um determinado local.

A organização da dissertação está dividida em três capítulos, assim dispostos: no primeiro, intitulado '*A História Local como estratégia potencializadora da consciência histórica no ensino de história*', destaca-se o território e contexto de realização da pesquisa; a relação da história local na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Base Nacional Curricular (BNCC) e especificamente a Documento de Referência Curricular (DRC). Analisou-se como a história local pode ser uma potencializadora da consciência histórica no ensino de história na educação básica, evidenciando alguns usos da história sob a perspectiva do local a partir de uma experiência com uma turma do 9º. ano do Ensino Fundamental.

Já no segundo capítulo, intitulado '*O ensino-aprendizagem da história local: monumentos históricos em Barra do Bugres como fontes de pesquisa e memória histórica*', buscou-se evidenciar de que maneira pode ser realizada a abordagem de história local em conteúdos da história nacional nos anos finais do Ensino Fundamental. Buscou-se, ainda, responder aos questionamentos sobre como é possível a abordagem de um tema da história nacional ao nível local, partindo da investigação e análise de fontes que constituem o patrimônio local. Para isso foram utilizadas como metodologia de ensino as fontes que compõem o patrimônio histórico-cultural local como possibilidade prática em sala de aula.

O terceiro capítulo, intitulado '*A Coluna Prestes em Barra do Bugres: incursões no estado do Mato Grosso*' traçou-se um panorama histórico do contexto de origem da Coluna, respondendo a questões como: quais eram seus objetivos, percurso e seus deslocamentos quando adentraram na região de Cáceres no estado de Mato Grosso. Para isso foi realizada a análise de documentos escritos oficiais, como atas da Câmara Municipal de Cáceres e de Barra do Bugres, e não oficiais, a exemplo de entrevistas já concedidas a outros pesquisadores, textos e livros escritos pelos memorialistas locais e a análise do próprio Monumento aos Heróis Defensores.

⁸ Jovino dos Santos Ramos foi um memorialista de Barra dos Bugres, Mato Grosso, que passou parte de sua vida produzindo textos sobre a história local e guardando, em arquivos pessoais, registros do espaço local da região (Oliveira, 2013).

Abordou-se também a maneira como se perpetua a imagem da Coluna nas publicações de veículos midiáticos mato-grossenses e os usos que são feitos dessa memória no presente.

Compondo a estrutura desta dissertação, foram apresentadas na sequência as considerações finais e o produto pedagógico, uma proposta de abordagem da história local em uma sequência didática devidamente inserida dentro da proposta da BNCC e do DRC-MT. Esse produto pedagógico foi conformado como uma proposta de trabalho que, partindo de análises de fontes históricas locais como metodologia de ensino de história, buscou contemplar como esse acontecimento nacional se desenrolou em nível local, quais suas consequências e quais usos são feitos a partir daquele evento. Para isso, escolheram-se como objetos de análise os documentos (leitura e análise de textos-lei, publicações em jornais contemporâneos à passagem da Coluna Prestes e outros que citam o ocorrido na atualidade), análise da escultura denominada 'Monumento aos Heróis Defensores', e análise das obras do memorialista Jovino dos Santos Ramos.

Na sequência, apresentou-se a lista de referência dos autores utilizados e que subsidiaram as discussões e análises nos capítulos.

2 CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA POTENCIALIZADORA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo são apresentados e relacionados os acontecimentos ao nível nacional, com os conteúdos estudados em sala de aula à nível regional e local, o que não somente valoriza a trajetória de vida do discente, como amplia o olhar sobre os aspectos históricos que os rodeiam, incentivando a conscientização sobre a importância e a preservação dos patrimônios histórico-culturais.

São apresentadas, ainda, as leis de referência na área da educação brasileira, decretos e parâmetros, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no qual surgem propostas da inclusão da História Local apontados nos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); orientações nas Bases Curriculares indicadas pelas secretarias de Educação dos estados e municípios brasileiros, BNCC e DRC, evidenciando a importância desse arcabouço legal. Buscou-se, ainda, investigar como as fontes do patrimônio histórico cultural local podem fomentar a aprendizagem e a consciência histórica.

2.1 BARRA DO BUGRES: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO TERRITÓRIO, SUAS VICISSITUDES E POSSIBILIDADES

O município de Barra do Bugres, local em que foi realizada esta pesquisa, fica localizado a 175,9 quilômetros de Cuiabá, 153,7 quilômetros de Cáceres e a 257 quilômetros de San Matías, cidade boliviana fronteiriça com o município de Cáceres.

O município é território do povo tradicional Balatiponé – Umutina de etnia Bororo e tronco linguístico Macro-Jê, um conjunto de povos constituem a aldeia que fica a 10km da cidade, banhada pelos rios Bugre e Paraguai e formando uma ilha, ali alocados desde a instalação das linhas de telégrafo na região, por volta de 1912, momento no qual o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon reuniu para

pacificação e conclusão de suas obras, indígenas de diferentes etnias (Oliveira, 2013, p. 07).

Considerado o menor município do interior do Mato Grosso, faz parte da microrregião de Tangará da Serra e possui atualmente 29.403 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pertencente ao antigo distrito de Cáceres, os primeiros anos de história do povoamento de Barra do Bugres está ligada àquele município. Seu início ocorreu com as penetrações, a partir do rio Paraguai, pelas primeiras bandeiras que subiram o rio até as suas cabeceiras.

De acordo com informações constantes em histórico relativo ao município de Cáceres, este evoluiu de forma intensa, chegando a ocupar o posto de terceira praça comercial em Mato Grosso em decorrência dos cuidados dispensados ao município pelo Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, o mesmo não acontecendo, porém, com a região que hoje compreende o município de Barra do Bugres. A região ficou isolada, sem mesmo poder conter com as vantagens decorrentes da estrada próxima a Vila Bela da Santíssima Trindade (Arruda, 2009).

Foi somente no ano de 1878 que chegaram os primeiros povoadores na zona onde se plantariam os fundamentos da atual cidade de Barra do Bugres. Naquele ano aportaram ali os pioneiros, acompanhados de familiares, que ergueram ranchos, iniciaram o cultivo de produtos de subsistência, explorando as cercanias do local em busca da preciosa poaia⁹, com resultados satisfatórios. Mais tarde “outros exploradores adentraram a região e descobriram outras potencialidades que aqui existiam além da ipecacuanha, como madeiras de lei, borracha nativa, diamante e ouro” (Souza, 2013, p. 33).

Em 8 de abril de 1896 é criada a Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres, sob a Lei n.º 145, com jurisdição em São Luiz de Cáceres, fortalecendo o já existente núcleo populacional. Na ocasião, o local abrigava grandes festas em honra do Espírito Santo e da Santa Cruz, quando uma cavalaria passava de casa em casa com o programa da festa. Os cavalos e cavaleiros iam mascarados, com exceção de José

⁹ A poaia [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) conhecida também como ipeca ou ipecacuanha, é a planta brasileira mais conhecida na área médica. A espécie ocorre nas regiões sombrias e úmidas das florestas tropicais da América, no sul da Amazônia brasileira, nos estados de Mato Grosso e Rondônia (Martins & Oliveira, 2004). O Brasil é o centro de origem e a maior ocorrência da espécie é no estado de Mato Grosso, principalmente no município de Cáceres.

de Campos Borges, responsável por ler os programas da festa. Nos festejos, havia leilões, quermesses e quadrilhas (IBGE, 2023).

Em 1910, o Governo do estado do Mato Grosso, através da Assembleia Legislativa, desapropriou das terras de Manoel de Campos Borges, em torno de dois mil hectares de terra, para a formação do patrimônio e povoamento de Barra do Bugres (Lei n.º 541). “A intensa procura da poaia transformou, em pouco tempo, o vilarejo em adensado urbano, sempre acrescido por novos forasteiros que ali vinham buscar fixação” (Souza, 2013, p. 33).

Contudo, com a desvalorização dos preços da ipeca e da borracha, decai a produção e segue um novo ciclo, caracterizado pela extração de madeiras. No período, um registro histórico da época informa que, em 1926, a Coluna Prestes escreveu uma página na história do município, ocasião em que, pelo menos quinze homens morreram em uma batalha às margens do Rio Paraguai defendendo o povoado dos revoltosos da Coluna (Ramos, 2001).

Posteriormente, o povoado passa a ser um centro comercial e industrial com base na exploração e processamento de madeiras, principalmente o cedro e a peroba. O crescente resultado da exploração das riquezas vegetais do Distrito ficou efetivado por meio de decreto, em dezembro de 1940, com a criação de uma Coletoria de Rendas Estaduais, comprovando o volume de bens ali gerados. Em 31/12 /43 a Lei 545 criava o município de Barra do Bugres, instalado em 19 de abril de 1944, “coroando de êxito os esforços barrabugrenses” (Barra do Bugres, 2019, p. 18).

A cidade de Barra do Bugres, situada a Noroeste da capital, destaca-se por sua localização estratégica, clima tropical quente e sub-úmido, além de ter um relevo caracterizado por vastas planícies. Sua população é bastante diversa, tendo em vista que a cidade atraiu, nas últimas décadas, imigrantes de diversos estados brasileiros, resultando em uma profícua mescla cultural (Portal Mato Grosso, 2020). O município apresenta também uma diversidade de solos e vegetação, incluindo cerrados, matas tropicais, campos cerrados e matas de transição. Rica em nascentes de córregos, é cortada por importantes rios como o Paraguai, Bugre e o Sepotuba.

O mapa a seguir mostra o território de Barra do Bugres, destacando os municípios fronteiriços de Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Cáceres, Salto do Céu, Jauru, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Lambari d'Oeste, Rosário do Oeste, Alto Paraguai e Porto Estrela e no canto inferior da imagem a esquerda, identificando-se no mesmo a localização do município dentro do estado do Mato Grosso.

Figura 1 - Barra do Bugres - Mapa do Município: limites, localização no mapa do estado e vias de acesso



Fonte: Portal Mato Grosso (2023).

Historicamente, Barra do Bugres teve uma vinculação política, até meados de 1940, com a cidade de Cáceres. Posteriormente, seu território foi desmembrado dando origem a cidades como Tangará da Serra e Denise.

No âmbito econômico, a educação, o comércio e a indústria desempenham papéis significativos no território. A presença da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) influenciou a demografia da cidade, atraindo jovens de diferentes regiões. O comércio local, competitivo e diversificado, contribui para a vitalidade econômica da região.

A economia em Barra do Bugres é marcada por setores como os de serviço, agropecuária, usina de álcool, açúcar e biodiesel, além de microempresas que englobam diferentes produções. Essa diversificação tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade. A dinâmica econômica de Barra do Bugres determina também a sua dinâmica social e cultural, sendo, portanto, importante a contextualização do município de Barra do Bugres, que proporciona uma compreensão mais abrangente de sua geografia, demografia e atividades econômicas.

Ao serem observadas as riquezas históricas e culturais da região é fundamental destacar que elas são componentes essenciais da memória coletiva local. Dessa forma, é imperativo destacar que tais aspectos muitas vezes são utilizados como elementos identitários, perpetuando tradições e narrativas. Contudo, o maior desafio para a historiografia reside na ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o patrimônio da região. Como são interpretados os patrimônios materiais e imateriais pelos habitantes locais? Qual o propósito original por trás de determinados monumentos e tradições? Como é preservada a memória local? Tais questões são essenciais, porque levam a uma análise reflexiva sobre o tema.

A ponte entre o levantamento factual e a discussão sobre a memória coletiva reside na necessidade de se explorar não apenas o que é lembrado, mas também como é lembrado. As obras históricas, sejam materiais ou imateriais, moldam a identidade da comunidade, e uma reflexão sobre a intencionalidade por trás delas enriquece a compreensão histórica do passado e sua repercussão no presente. Assim, uma análise crítica proporciona uma visão mais profunda do passado de uma localidade e, no caso específico desta pesquisa, Barra do Bugres, como também permite lançar luz sobre a complexidade das narrativas que moldam a memória coletiva da comunidade estudada.

De acordo com Coelho (2009), o saber disseminado por meio de contribuições no campo da preservação do patrimônio material e imaterial de um povo possibilita que se deixe viva a cultura e a sua própria história. O comprometimento das comunidades no sentido de preservar e compartilhar a herança histórica, proporciona às populações locais uma oportunidade enriquecedora de aprender sobre as suas origens e as transformações da comunidade em que vivem.

Neste sentido, Martins (2010) ao se referir à importância do estudo da história local, a partir das particularidades da região, explicita:

[...] é aquela que toma o espaço como um terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas *no espaço* e *através* do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. [...] é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como palco imóvel onde a vida acontece (Martins, 2010, p. 143).

O autor destaca ainda como se tecem as relações nas comunidades, estabelecendo vínculos de pertencimento e garantindo a preservação de lugares de

memória, afetivas para alguns, concretas para outros, mas que se constituem peças-chave na construção de uma história coletiva:

O “lugar” e a “região” respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino. Para “voltar a viver em lugares”, entendidos como espaços concretos tecidos por relações sociais que conformam cotidianamente suas experiências individuais [...] A globalização, ao deslocar antigas certezas e filiações, exige que os indivíduos e as nações repensem suas identidades. Nesse momento, reaparecem as regiões, de mãos dadas com a revalorização da memória. Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado do passado (Martins, 2010, p.139).

Portanto, compreender a história local como um campo de estudos que permite o exercício de investigação da história e memória de uma comunidade, região ou mesmo de um acontecimento específico, possibilita a elaboração de um conhecimento a partir de referências que:

[...] mobilizando a interação entre cotidiano, memória e conhecimento histórico; auxiliando na compreensão do local com o geral; articulando história individual e história coletiva; identificando as permanências e rupturas do passado no presente, potencializando o desenvolvimento do chamado pensamento crítico, entendido, no caso da história, como sendo nossa consciência histórica (Viana, 2016, p. 22).

A história local é uma importante área de estudo dentro da disciplina de história, que se concentra na pesquisa e análise de eventos, pessoas e lugares numa comunidade ou região específica. O ensino de história local é uma abordagem que incentiva os estudantes a investigar a história de sua própria comunidade, identificando as questões sociais, políticas, culturais e econômicas que influenciaram seu desenvolvimento ao longo do tempo (Viana, 2016).

Já Figueira e Miranda (2012, p. 115) se referem à história local como sendo a possibilidade de se adquirir “o conhecimento histórico da perspectiva local enquanto objeto de conhecimento e como espaço de referência para o conhecimento”.

Neste sentido, o ensino de história local deve ser compreendido como uma abordagem que visa ampliar os conhecimentos em formação de estudantes, permitindo e potencializando o estabelecimento de conexões entre o lugar onde vivem e como este o influencia e, ao mesmo tempo, é influenciado por eventos e acontecimentos em um nível macro, tecendo interligações e relações de codependência entre eles (Revel, 1998).

Também Bittencourt (2011), enfatiza a história local como sendo uma forma que geralmente liga a história do cotidiano de pessoas em seus lugares, levando a que elas, tidas como ‘comuns’, participantes de uma história aparentemente desprovida de importância, possam estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram do entrecruzamento de suas próprias histórias.

Assim, compreender a história local seja como um campo de estudos, quanto como metodologia de ensino de história, aliada à visita aos lugares, à pesquisa de documentos, fotos, objetos e entrevistas com membros da comunidade, dentre outras formas, possibilita aos estudantes a possibilidade de conhecer a história de sua comunidade, cidade ou região por outra perspectiva que não seja apenas à distância, permitindo o seu entendimento a partir da percepção de como ela se relaciona com os fatos, a história nacional e mundial. Essa ‘proximidade’ possibilita, ainda, que o aprendiz possa confrontar, analisar e criticar suas versões e fontes, inclusive as ditas oficiais.

Ainda, o ensino de história local pode ajudar os envolvidos a desenvolverem habilidades importantes, a exemplo de pesquisa e análise crítica. Ao investigar a história de sua própria comunidade, todos são incentivados a pensar sobre questões sociais e políticas locais, de modo a mobilizar esses conhecimentos pelo campo de experiências, a fim de desenvolver e propor soluções para situações atuais através da análise de suas raízes históricas, modificando assim o horizonte de expectativas¹⁰ de toda uma comunidade.

Em síntese, o conhecimento da história local é uma abordagem importante para o aprendizado de história, pois auxilia os envolvidos a refletirem sobre sua própria trajetória enquanto sujeitos históricos, desenvolver conhecimentos importantes e compreender como a história ensinada em alguns manuais e a história local estão interligadas. O estudo da história local ajuda as pessoas a compreenderem a história da comunidade em que vivem (Fonseca, 2009).

Portanto, com o aprofundamento dos estudos sobre a história local, os membros de uma determinada sociedade podem entender mais acerca de sua própria comunidade, seus acontecimentos históricos e como relacioná-los e compreendê-los

¹⁰ Campo de experiência e horizonte de expectativas são entendidos como o passado que nos é conhecido e a maneira como ele é representado e as expectativas que são produzidas sobre o futuro a partir das representações desse passado e de como esse presente é configurado (Barros, 2010).

a partir da história regional ou mesmo da história em âmbito nacional. Tais fenômenos históricos não são criados sozinhos, mas muitas vezes uma realidade singular está inserida em um contexto maior, político, econômico e social, que pode ressoar no interior de um pequeno grupo.

Esse conhecimento auxilia, ainda, na compreensão do contexto histórico em que as comunidades estão inseridas, suas especificidades, de que modo se relacionam ou não com uma escala mais ampla da análise histórica. Através de seu estudo, pode-se entender como as comunidades foram impactadas por eventos históricos importantes e como o decurso ao nível nacional ou mesmo global afetou suas vidas numa esfera local e regional.

Possibilita também o reconhecimento e valorização da pluralidade étnica, cultural, social e econômica, tendo em vista que essa metodologia de pesquisa e ensino, muitas vezes destaca os sujeitos e suas multiplicidades, bem como suas ações no interior das comunidades, trazendo para o centro do debate todo esse leque heterogêneo que determina a configuração de um determinado grupo social.

Portanto, ao desenvolver a consciência histórica, as pessoas podem entender melhor o mundo em que vivem, os processos históricos que moldaram suas sociedades e nos quais estão inseridas, além de reconhecer a multiplicidade de sua comunidade, sendo capazes de apreciar e respeitar as diferentes experiências e perspectivas e exercer uma cidadania crítica e consciente, com respeito e solidariedade. Assim, segundo Ribeiro e Gonçalves (2017, p.20) “trata-se, portanto, de formular uma história local com as referências do processo histórico local e regional para perceber, tomar consciência e valorizar os seus traços distintivos”.

Dessa forma, estudar a história local torna-se de suma importância para desenvolvimento da consciência, permitindo que os envolvidos entendam como se deu o desenvolvimento de sua própria história e, assim, comecem a compreender como as histórias locais se encaixam na história apresentada nos espaços escolares, em que momento essas narrativas podem convergir ou não, de acordo com os interesses de quem se apropria delas.

Com isso, é indispensável o entendimento de que o estudo da história local em sala de aula não é uma análise necessariamente personalista ou com foco tão somente em uma pequena escala do fenômeno histórico e não busca sobrepor narrativas em detrimento de outras, mas principalmente uma necessidade de entender que a pesquisa em história se interliga de maneira íntima com o local, seja ele o lugar

do qual se fala, a comunidade de pesquisadores ou a corrente historiográfica, dentre outros.

Importa destacar que, quem não considera os conhecimentos prévios e as construções culturais da comunidade da qual os envolvidos fazem parte, ignora o percurso da operação historiográfica, conforme afirma Certeau (1982),

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura) (Certeau, 1982, p.56).

Desse modo, segundo Barros (2010) a história local se insere nos campos historiográficos mais diversos possíveis, não se restringindo à história de uma comunidade regional ou local em específico, mas do ponto de vista de como ela é produzida a partir de um lugar de escrita, conseguindo assim se comunicar com acontecimentos sociais, econômicos e até políticos para além daquela comunidade.

Ainda segundo Barros (2010, p. 3), toda história é local “porquanto foi produzida a partir de um determinado lugar”; para o autor, com esta afirmativa pretende-se lembrar a todos que, assim como toda história é pronunciada de um certo momento no tempo, qualquer história é produzida também a partir de um lugar.

De acordo com Mattozzi (1998, p. 40) “[...] histórias locais permitem a investigação da região ou dos lugares onde os alunos vivem, mas também das histórias de outras regiões ou cidades”. Portanto, para o autor o ensino da história local pode ser visto como um ‘microcosmo’ ou a representação de grandes padrões em pequena escala, refletindo a herança de gerações passadas em relação ao ambiente em que os alunos estão inseridos, possibilitando aos mesmos refletir sobre questões da realidade e da vida cotidiana, o que dá significado e compreensão aos objetos de estudo

Pensar dessa forma amplia as possibilidades sobre os usos da história, entendendo que ela se faz também a partir de seu tempo e da sua historiografia. Portanto, pensar em toda história como local não a fragmenta, mas direciona o olhar do pesquisador, do professor e do aluno a fim de que eles se atentem como o acontecimento cotidiano em uma esfera micro está relacionado ao macro, contextualizando sua realidade e historicizando-a.

2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E O CURRÍCULO ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO MATO GROSSO

Buscando atender ao objetivo desta pesquisa, de realizar uma análise sobre a utilização da história local como estratégia para que os professores superem as limitações dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem, nesta seção serão discutidas as possibilidades de acesso ao alunado de um conteúdo curricular que permita aos mesmos o reconhecimento de eventos e ações do passado e do presente, no contexto do local em que vivem.

Neste sentido, Bittencourt (2011) defende a necessidade de superar a forma tradicional do ensino de História, vista de forma conteudista e mecanizada, em que, na maioria das vezes, tanto os professores quanto os alunos não têm a exata dimensão da importância de associar a história local ao conteúdo da disciplina História. Para a autora, a partir dessa constatação, torna-se necessário problematizar e ressignificar a história local, considerando-se tudo aquilo que está no entorno dos estudantes, o que lhe é familiar e próximo.

No entanto, não se trata de pretender substituir os livros didáticos e, sim, trazer alternativas que possam ajudar no enfrentamento dos desafios comuns, a exemplo do desinteresse de alguns dos alunos, bem como de questionamentos sobre a relevância do estudo histórico. Dessa forma, atenderá também a outro objetivo da pesquisa, que é de contribuir para o campo educacional, destacando a importância do uso de fontes no ensino de História na educação básica.

A disciplina História nas escolas ganhou novos rumos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) – Lei núm. 9394/96, da elaboração e aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2001, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e médio a partir de 1997, bem como utilizando os Referenciais Nacionais para Formação dos Professores (RNFP), desde o ano de 1999.

Particularmente, o Documento de Referência Curricular para o Mato Grosso, referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental, teve como base a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2017, buscando fortalecer o regime de colaboração entre estados e municípios.

Esse processo, legitimado pelo pacto interfederativo do Plano Nacional de Educação (PNE), visa atender não apenas ao que é comum, mas ao que é essencial para todos os estudantes ao longo de sua trajetória escolar, conforme preconizado pela Constituição Federal e BNCC. Dessa forma, a BNCC estabelece competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, visando garantir o direito à aprendizagem e promover a continuidade no processo de desenvolvimento dos estudantes, independentemente de mudanças de escola, município ou estado.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que estabelece o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais como um direito para crianças, jovens e adultos na Educação Básica, conforme a Resolução CNE/CP número 2, de 22 de dezembro de 2017, Art. 1º. É importante ressaltar que a BNCC não é um currículo, mas serve como direcionador e referência única para os sistemas de ensino na elaboração dos documentos de referências curriculares das redes (Resolução n. 2/2017 do CNE, Artigos 6, 7 e 8). A BNCC e o currículo compartilham princípios e valores orientados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, reconhecendo o compromisso da educação com a formação e desenvolvimento humano global (Brasil, 2013).

Considerando o contexto apresentado anteriormente, o ensino da história local demonstra a importância de oportunizar ao alunado que ele possa fazer reflexões sobre a sociedade a qual integra, a partir das percepções do seu próprio e imediato espaço. Dessa forma, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que aponta o surgimento de propostas que incluíssem a história local, com base nos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apoiadas nas Bases Curriculares apontadas pelas Secretarias de Educação dos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros.

Assim, diante do contexto delineado pela BNCC, o Documento de Referência Curricular (DRC) para o Mato Grosso reafirma o compromisso com a educação integral, independentemente da duração da jornada escolar. Segundo o Documento,

A História, enquanto componente curricular das Ciências Humanas, tem por característica a formação integral dos sujeitos, em suas dimensões afetivas, intelectuais, culturais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento da leitura crítica e reflexiva de mundo, em uma perspectiva da alfabetização científica, sensível aos sentidos da existência humana, possibilitando compreensão ampliada do indivíduo e de suas diferentes formas de inserção e atuação no tempo e no espaço. (Mato Grosso, 2018, p. 248)

Essa abordagem visa criar processos educativos intencionais alinhados às necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, assim como aos desafios da sociedade contemporânea, objetivando, segundo o Documento, uma formação para o exercício pleno e crítico da cidadania.

Nesse sentido, é fundamental considerar as diversas infâncias e juventudes, bem como as diferentes culturas juvenis, reconhecendo seu potencial para criar novas formas de existir. A Educação Básica, segundo essa perspectiva, tem a responsabilidade de formar e desenvolver globalmente os estudantes segundo o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso.

O DRC do Mato Grosso é composto de quatro cadernos que levam em conta alguns pontos direcionadores para a organização e os projetos pedagógicos, dentre eles o desenvolvimento integral, a aprendizagem ativa e a progressão da aprendizagem. No que concerne à Educação Fundamental do estado do Mato Grosso, ela possui a seguinte perspectiva: cada área possui o conhecimento composto por um conjunto de competências específicas de cada uma delas. Por sua vez, as habilidades são apresentadas por um código alfanumérico da seguinte maneira: EF06HI01, que representam a etapa da Educação Básica (EF: Ensino Fundamental), o ano da etapa (06: 6º ano), o componente curricular (HI: História) e o número da habilidade a ser trabalhada (01: habilidade 01).

No entanto é perceptível que não é apenas a BNCC e o DRC que farão mudanças no ensino e aprendizagem e no plano pedagógico e de aulas de uma dada instituição de ensino; é necessário haver implementações didáticas que concernem a escolha do material didático, metodologia de ensino, participação do estudante, engajamento da família, dentre outros, que serão somados para a devida efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

Em Mato Grosso, a elaboração do Documento de Referência Curricular é guiada por uma abordagem do ciclo de políticas nacionais, considerando as diferentes instâncias de produção curricular, dentre elas podemos destacar a BNCC e as Orientações Curriculares de Mato Grosso (OCs/2012), ela foi pensada considerando o ambiente de aprendizagem do estudante, o local e as práticas escolares de modo a melhor desenvolver as habilidades expressas nos objetos do conhecimento (os chamados conteúdos) e assim, alcançar as competências que compõem cada área do conhecimento.

Contudo, é necessário haver uma preocupação com os problemas enfrentados pelos jovens brasileiros, especialmente os mais pobres, das camadas populares da sociedade. Não somente no Mato Grosso, como em todo o país, o maior desafio para superá-los é transpor o conjunto das desigualdades e da estratificação social, visando à construção de um sistema nacional de educação mais igualitário, conforme afirmado por Cury (2008, p. 1189): “o conceito de sistema único de educação ou mesmo o de sistema unificado de educação tem como desafio maior o horizonte da igualdade, cujo motor maior não se radica na escola, mas no próprio sistema social”.

Na mesma linha, Casagrande e Alonso (2019) também endossam a preocupação com a educação do jovem pobre brasileiro, que tem um perfil diferente dos mais privilegiados. Para os autores, cursar o ensino médio é o primeiro passo para a superação dessas desigualdades, pois é a escola o espaço no qual os mesmos terão acesso à possibilidade de planejar e construir uma trajetória relacionada ao seu crescimento pessoal e profissional. Já o segundo momento seria cursar o ensino superior e melhorar as suas possibilidades de crescimento, nas mais variadas dimensões, inclusive financeira.

Nesse sentido, o estudo de acontecimentos políticos da história local e análise de documentos históricos se inserem como instrumentos que possibilitam ao estudante o exercício de pensar plenamente seus direitos e deveres enquanto cidadãos durante os momentos da aula de História. Para isso, pensamos em como uma reivindicação social pode facilmente se tornar algo criminalizado e como a sociedade pode enxergar as tentativas de mudanças do status quo, como perigosas subversões que devem ser rápida e duramente reprimidas, como ocorreu com a passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres e dos símbolos construídos em sua memória.

O Plano Político Pedagógico (PPP) das escolas do Estado de Mato Grosso representa um documento orientador que delinea os princípios, diretrizes e metas que norteiam a educação pública na escola. Ela se configura como um instrumento fundamental para a gestão educacional, contribuindo para a formulação de estratégias que visam à melhoria contínua do ensino.

A contextualização do PPP deve considerar o cenário sociocultural e econômico específico do município, bairro ou comunidade. O Mato Grosso, caracterizado por sua vasta extensão territorial e diversidade geográfica, abrange

diferentes realidades, desde áreas urbanas até regiões mais remotas e rurais. Essa diversidade demanda uma abordagem pedagógica sensível às particularidades locais, a fim de promover uma educação inclusiva e que valorize a cultura e identidade mato-grossense.

Além disso, o PPP deve refletir os princípios estabelecidos pela BNCC e demais legislações educacionais, garantindo a conformidade com as diretrizes nacionais. A promoção da equidade, a valorização da diversidade, a formação integral dos estudantes e a integração entre educação básica e ensino superior são aspectos que podem ser destacados na contextualização do PPP, fato esse que ocorre na unidade escolar em que leciono e onde se desenvolveu essa pesquisa. A construção do PPP é plural, feita por diversos sujeitos que compõem a realidade escolar, tais como, representantes de pais, alunos, professores, membros do apoio, nutrição, dentre outros.

Portanto, com base nos princípios adotados pelos documentos apontados, o PPP escolar deve ser construído também considerando as peculiaridades regionais e da comunidade em que a escola se insere, visando proporcionar uma educação de qualidade que atenda às demandas e potencialidades dos estudantes, promovendo o desenvolvimento sustentável e a cidadania plena (Brasil, 1996). Dessa forma, um pilar fundamental para a construção do PPP é a sua conexão com o entorno, o que ocorre com a participação de membros da comunidade, e com a realidade local; nesse sentido, o texto inicial do documento deve inclusive caracterizar o território e os motivos de inserção da escola naquela comunidade ou espaço.

Porém, nem sempre todas as particularidades escolares elencadas no PPP da escola conseguem ser efetivadas na prática, visto que a escola é uma instituição dinâmica e que está em constante mudança, existem situações que fogem ao que é apresentado no PPP, por isso, nós profissionais da educação, devemos estar sempre atentos ao ambiente e realidade que o circunda a fim de adaptarmos nossas práticas de forma a melhor atender e possibilitar a aprendizagem dos alunos.

Em Mato Grosso, com a padronização e obrigatoriedade do uso do material do Sistema Estruturado de Ensino da Fundação Getúlio Vargas (FVG), muitas vezes a abordagem de temas relacionados ao estudo da história local podem ficar aquém dos planejamentos da aula de história, considerando o tempo de aula na escola

regular de tempo parcial¹¹ e considerando a necessidade que o professor tem de abordar todo o material fornecido pela SEDUC para que os estudantes e a escola obtenham um bom índice nas avaliações bimestrais do SEE, o que representa um desafio ao docente na abordagem de novos temas e o uso de metodologias voltada para a pesquisa e memória com fontes da história local que incentivem o pensamento crítico do aluno e a interação com o meio do qual é pertencente.

Conforme a BNCC (2017), a transformação significativa na dinâmica do trabalho educativo ocorrerá por meio do currículo escolar. Assim, entender o currículo como a materialização do conjunto de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de indivíduos autônomos e críticos implica reconhecer sua influência na formação de identidades, que são progressivamente construídas pela articulação de experiências vividas pelos estudantes e dos diferentes componentes curriculares.

Nessa perspectiva, o currículo para a Educação Básica no Mato Grosso é apresentado como um instrumento que promove a continuidade do desenvolvimento do educando, alinhando as etapas da educação básica para proporcionar maior unidade ao atendimento educacional e fortalecer a identidade curricular em todo o território mato-grossense.

Para Cury, Reis e Zanardi (2018, p.18) “não se pode olvidar que a questão curricular, em uma sociedade plural e complexa, envolve também interesses nem sempre convergentes. Daí que o currículo seja um espaço de conflito e de disputa”. Portanto, é fundamental entender que o currículo escolar, que define as aprendizagens essenciais, precisa incluir diferentes perspectivas sobre a formação desejada pelos jovens. Dessa forma, essas perspectivas estão em conflito na implementação das diretrizes curriculares, com o intuito de orientar a educação no ambiente escolar.

Essa materialização ocorrerá na práxis docente, em consonância com os princípios de valorização e afirmação do desenvolvimento humano em todas as suas

¹¹ Duas aulas por semana de 50 minutos cada, nos anos finais do ensino fundamental e uma aula semanal no ensino médio. Existem também, matérias escolares chamadas Trilhas do aprofundamento no ensino médio, que podem contar com uma ou até duas aulas semanais de História, a depender do bloco que for escolhido pela turma. Essas Trilhas do Aprofundamento fazem parte do Itinerário Formativo do Novo Ensino Médio, que por sua vez, está dividido em cinco blocos, são eles: Bloco I - linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas; bloco II – matemática e suas tecnologias e ciências da natureza e suas tecnologias; bloco III – matemática e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas; bloco IV – ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas e bloco V – educação profissional e técnica. (SEDUC, Mato Grosso. **Manual da Coordenação Pedagógica 2024**. Mato Grosso, 2024).

dimensões, resgatando os princípios históricos construídos na área da educação. Essa abordagem, portanto, é que centraliza os educandos nos processos educativos, visando a promover uma educação significativa e alinhada aos anseios do contexto local.

A escola, no desempenho de sua função educadora, desempenha um papel crucial ao proporcionar a inserção e a oportunidade de ascensão social. No entanto, é fundamental destacar que não deve ser encarada como a única instituição responsável por esse desafio, uma vez que compartilha essa responsabilidade com a família e outras instituições sociais.

O reconhecimento dos diferentes tempos de vida, como a infância, adolescência, juventude e vida adulta, emerge como elementos fundamentais para fortalecer a dinâmica da ação educativa. Em sociedade, esses períodos de vida carregam significados distintos, associados a criações culturais e simbólicas específicas. Assim, a organização do processo pedagógico deve compreender a complexidade desses tempos de vida, integrando-os de maneira eficaz na dinâmica da ação educativa, segundo a BNCC em Mato Grosso (2018). Essa abordagem reconhece a importância de considerar as particularidades de cada fase da vida ao moldar estratégias educacionais, promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada do desenvolvimento dos indivíduos.

Estudos realizados por Lima; Casagrande e Silva (2022) reafirmam a principal característica da BNCC, de ser um documento de caráter normativo responsável por definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas por todos os estudantes ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Os autores destacam que, no documento que apresenta a BNCC, é afirmada a sua orientação, a partir de princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Assim, tais aspectos se somam aos propósitos que “visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (Brasil, 2018, p. 7), citado por Lima; Casagrande e Silva (2022).

Ainda, a Base serve como um norteador e parametrizador para as redes de ensino em todos os níveis da educação básica, como também orienta as propostas pedagógicas de nas escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Informam, ainda, que os documentos da BNCC referentes às etapas da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental foram homologados no ano de 2017, e que, em relação aos documentos estaduais, em muitos estados eles continuam em andamento.

Também cabem aos estados e municípios as responsabilidades sobre os processos de revisão, elaboração e/ou implementação de seus currículos alinhados à BNCC, que devem ser assistidos pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), responsável por estabelecer diretrizes e critérios para a implementação por meio da Portaria do MEC núm. 331, de 05 de abril de 2018 (Brasil, 2018).

Ainda de acordo com Lima; Casagrande e Silva (2022), no Mato Grosso a reestruturação da etapa final da Educação Básica se deu a partir de

[...] a primeira etapa do ProBNCC correspondeu à construção do Documento de Referência Curricular (DRC), com a execução do primeiro ciclo em 2018, homologado com a entrega de quatro cadernos, sendo eles: Concepções para a Educação Básica, Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Anos Finais do Ensino Fundamental. O segundo ciclo referente à formação de professores ocorreu em 2019; para isso, o MEC realizou, entre os dias 22 e 27 de agosto, dois encontros presenciais com as equipes do ProBNCC de todo o país (Lima; Casagrande e Silva, 2022, p.14).

Conforme os autores, a homologação da diretriz curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no estado de Mato Grosso contou com a participação de docentes e sociedade por meio da realização de consulta pública, bastante significativa por envolver importantes segmentos de interessados em debater a educação no estado, porém percebemos, ao analisar a realidade em sala de aula, que o curto tempo, os manuais a serem seguidos, as avaliações institucionais e a obrigação da roteirização do planejamento do professor em cima do material do SEE se interpõem como desafios a serem superados na busca de uma educação para o exercício da cidadania, através da análise e crítica da história local.

2.3 O ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA LOCAL: A IMPORTÂNCIA DO USO DE DOCUMENTOS COMO FONTES DE REGISTROS DA MEMÓRIA

Os documentos históricos são como monumentos deixados pelas gerações anteriores, construídos intencionalmente para transmitir uma imagem específica aos que virão depois. Eles não são meros rastros acidentais, mas sim construções que refletem as intenções e perspectivas dos indivíduos que os criaram.

Os documentos podem sustentar os argumentos e análises efetuadas pelo pesquisador. Para Bloch (1998) é fundamental a diversidade de testemunhos históricos, que podem vir a partir de documentos, para ele tudo quanto o homem diz ou escreve, pode e deve informar a respeito de si e da sociedade. É necessário interpretar as fontes, interrogá-las, a partir do foco de estudo de cada pesquisa. A realidade de cada pesquisa e a intencionalidade do pesquisador necessitam de um aporte teórico de conceitos e procedimentos.

Aos pesquisadores cabe a responsabilidade pelas escolhas e recortes destes conceitos e procedimentos metodológicos. A palavra "documento", recurso indispensável dos historiadores, vem do latim *documentum*, e deriva de *docere* (ensinar). Tem como função a comprovação da memória testemunhada. Documentada para que esta não seja subjetiva ou manipulada. (Le Goff, 1996).

De acordo com Le Goff (2003), o que os historiadores têm à disposição não é o passado em sua totalidade, mas uma seleção cuidadosa feita dentro dos jogos de forças que moldam a evolução temporal do mundo e da humanidade.

Nesse sentido Pereira; Seffner (2008) apontam que:

A partir da perspectiva dos novos historiadores (Le Goff, 2005) e, sobretudo, em função da contribuição de Michel Foucault (1987), o documento se torna monumento, ou seja, ele é rastro deixado pelo passado, construído intencionalmente pelos homens e pelas circunstâncias históricas das gerações anteriores. O documento não é mais a encarnação da verdade, nem mesmo pode ser considerado simplesmente "verdadeiro" ou "falso" (Pereira; Seffner; 2008; p. 115).

Para esses autores, é importante compreender que aquilo que chega até nós do passado é resultado de escolhas, tanto das forças que atuam no desenvolvimento temporal, quanto dos historiadores que se dedicam à ciência do passado. Os historiadores contemporâneos realizam uma seleção dos vestígios deixados pelo tempo, moldando novamente os conjuntos de documentos conforme os métodos e teorias criadas no presente. Isso evidencia como a nossa geração intervém nos vestígios do passado, deixando para as gerações futuras uma interpretação dos temas, objetos e vestígios das sociedades que nos antecederam (Pereira; Seffner; 2008).

Nesse contexto, há uma oportunidade valiosa de abordar o ensino de história. O trabalho em sala de aula com documentos relativos a história da passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres pode ser concebido como uma atividade que

permite criar e recriar a compreensão do passado, atribuindo um significado original ao ensino de história, possibilitando ao aluno o papel de protagonista do seu aprendizado e também de sujeito que analisa e ressignifica a história, os espaços e a memória de sua cidade, tirando-o da posição de apenas “receptor” de um conteúdo pronto e acabado.

Essa abordagem está intrinsecamente ligada à formação da identidade dos alunos, que estão situados em um contexto histórico específico que precisa ser compreendido. Portanto, “ao explorar documentos históricos, estamos não apenas aprendendo sobre o passado, mas também contribuindo para a construção e reconstrução contínua de nossa própria identidade ao longo do tempo” (Le Goff, 2003, p. 525).

De acordo com Pereira e Seffner (2008), o passado é o objeto de estudo do historiador, apenas acessível pela linguagem que o ordena; a história é um discurso que os historiadores produzem como resultado de um longo trabalho de seleção de fontes, de seleção de método e de seleção da teoria. Desta feita, as fontes são elementos essenciais para o entender e para a continuidade de um certo momento histórico.

O ensino de história, a medida em que o aluno passa de nível escolar, adota conceitos mais amplos, que correspondem ao seu nível de cognição e capacidade de compreensão e assimilação de um conceito, a partir de conhecimentos prévios, uma vez em que na escola os objetivos e procedimentos são aqueles definidos em diversos níveis (Bittencourt, 2008, p. 185).

O estudante não deve ser encarado meramente como um sujeito passivo que vai “receber” do professor o conhecimento histórico, mas sim como um agente na construção desse conhecimento. Ademais, a utilização de documentos não deve ser reduzida a um mero reforço do que o professor ensinou ou a um atestado de verdade (Neto, 2001; Seffner e Pereira, 2008). Nesse contexto, os alunos da turma do 9º ano em que foi desenvolvida essa pesquisa traçaram o percurso investigativo do ensino de história, quando se dispuseram a expandir o conhecimento que já tinham consolidado de maneira informal sobre a Coluna Prestes em Barra do Bugres.

Ao adotar documentos como material didático, o professor precisa assumir um compromisso pedagógico, reconhecendo a eficácia e importância desses recursos, e não os utilizando apenas para dinamizar a aula sem efetivamente contribuir para a construção do conhecimento (Seffner e Pereira, 2008). Também Neto

(2001) destaca que a utilização adequada desses recursos pode estimular a curiosidade e o desejo de conhecimento dos alunos. Isso aconteceu com os estudantes, à medida em que o assunto foi abordado em sala de aula e, muitos se deram conta de que já tinham visto o “Monumento aos Heróis Defensores”, porém não se ativeram a saber mais sobre a história por trás da estátua.

Nisso consiste o papel do professor, em estimular o interesse pelos processos históricos ao seu redor e pela construção de uma história a qual os alunos se sintam pertencentes, participem do processo que integra e dá vida a essa narrativa. Conhecer o monumento, analisar, comparar com outras fontes, descontina ao aluno as diversas possibilidades do ensino de história e como ele está atrelado ao seu cotidiano, seja entendendo e constituindo sua percepção política, seja compreendendo o mundo que o rodeia, passa a fazer mais sentido para sua vida, aproxima da narrativa que se quer construir desse local, desmitifica a inércia e unilateralidade da histórial.

De acordo com Seffner e Pereira (2008), uma recomendação essencial para o trabalho com documentos no ensino de história é promover a desconfiança, não para questionar sua veracidade, mas para encará-los como monumentos ordenados, classificados e reinterpretados por diversas gerações ao longo do tempo, durante seu processo de criação e preservação. Os autores argumentam que essa abordagem incentiva uma visão crítica e reflexiva sobre o papel dos documentos na construção da narrativa histórica, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes.

A Constituição Federal, ao abordar a educação nacional, destaca explicitamente duas áreas: o ensino da língua materna e o ensino de história. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a disciplina de História ganha ênfase, sendo evidenciada no parágrafo 4º do Artigo 26. Nesse trecho, fica claro que o ensino da História do Brasil deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia (LDB, 1996).

Além disso, decretos federais têm abordado a inclusão de temas relevantes no ensino escolar de História, com destaque para questões relacionadas à identidade negra e indígena. Tais iniciativas visam promover uma abordagem mais inclusiva e abrangente, reconhecendo e valorizando as diversas contribuições culturais que moldaram a história do Brasil. Essa perspectiva integradora reflete o compromisso em construir uma narrativa histórica mais completa e fiel à diversidade do povo brasileiro,

abrindo espaço para que se descortine toda a riqueza regional que fica escondida e desvalorizada perante as grandes narrativas. Como informa Borges (2010):

A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica brasileira, através da promulgação das Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008 é um momento histórico ímpar, de crucial importância para o ensino da diversidade cultural no Brasil. Trata-se de um momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. Esta inclusão nos currículos da educação básica amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (Borges, 2010, p.71)

É compreensível que o ensinar História na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si como agentes e de suas próprias identidades como construções do tempo histórico. Os alunos do ensino fundamental, especificamente do 9º ano, dentre os quais os sujeitos desta pesquisa, ficam diante de representações que as gerações passadas produziram sobre si e, ao mesmo tempo, são estimulados a serem críticos das próprias representações que hoje são reproduzidas. Em consonância a isso, os professores e mestres são os orientadores desse processo de construção do conhecimento, em que propõem aos discentes como analisar o passado e seus relatos historiográficos.

Segundo Seffner e Pereira (2008), a eficácia do uso de fontes no ensino de história reside na capacidade de proporcionar às novas gerações uma compreensão mais profunda da natureza e especificidade do conhecimento histórico. O objetivo não é simplesmente ensinar os estudantes a decifrar documentos, organizá-los em séries ou descrever suas regularidades.

Sobre o uso de fontes, neste estudo utiliza-se o conceito de fonte de acordo com Alberti (2019) que defende:

Praticamente toda produção humana pode ser indagada como fonte: documentos textuais, manuscritos e impressos (livros, jornais, revistas, cartas, processos criminais, registros paroquiais, diários, testamentos), documentos sonoros (discursos, músicas, canções, entrevistas gravadas em áudio), imagens (cartazes, pinturas, desenhos, fotografias, cartões-postais, charges, histórias em quadrinho, mapas, gráficos, anúncios impressos), documentos audiovisuais (filmes, programas de televisão, entrevistas filmadas, anúncios em vídeo, videoclipes), achados arqueológicos, edificações, objetos, esculturas, ferramentas, vestimentas, utensílios etc. Para cada tipo há formas específicas de abordagem, mas determinadas perguntas precisam ser feitas a todos os documentos Alberti (2019, p. 108).

Não se trata de formar micro-historiadores, dando a entender que os estudantes possuem as condições intelectuais para realizar o mesmo trabalho que os historiadores profissionais. Ao utilizar fontes no ensino de história, o propósito dos professores deve ser de ensinar os estudantes a ler relatos históricos e a interpretar as representações sobre o passado que circulam em sua sociedade.

Contudo, é necessário não apenas a consumir as informações presentes nas fontes, mas também a compreender como os historiadores produzem conhecimento sobre o passado a partir dessas fontes disponíveis. O foco está em elucidar os processos e desafios envolvidos nessa produção, proporcionando uma visão crítica e reflexiva sobre a construção do conhecimento histórico (Seffner; Pereira, 2008).

Da mesma forma, Oliveira (2002) defende que os questionamentos são de fundamental importância para a relação dos alunos com os documentos em sala de aula.

No primeiro grau, o aluno pode atuar como um investigador da pesquisa realizada pelo historiador. O objetivo da proposta é fazer com que o aluno perceba que ele pode dialogar com as fontes históricas, assim como fez o historiador, que é possível retirar conclusões e que estas conclusões não serão as mesmas para todos do grupo, assim como não são as mesmas para todos os historiadores. Ele poderá construir uma série de hipóteses a respeito, relacionar causas e efeitos, temporalizar, ou seja, raciocinar sobre o assunto em questão (Oliveira, 2002, p. 226).

Neto (2001) enfatiza a importância de posicionar o aluno como protagonista nos processos de ensino-aprendizagem, destacando que o uso de documentos é fundamental nesse contexto, permitindo um contato direto com a realidade dos estudantes e estabelecendo conexões com o passado. Ao discutir o uso de documentos familiares no ensino de História, ilustra-se o potencial desse enfoque centrado no aluno.

Entretanto, ao empregar documentos no ensino de História, é crucial evitar tratá-los como atestados inquestionáveis da verdade. Le Goff (2003) salienta a necessidade de analisar os documentos como sujeitos a questionamentos, dúvidas e desafios, estimulando o desenvolvimento de uma visão crítica por parte dos alunos. Ademais, tal como Neto (2001), ele considera que é essencial explorar e questionar diversos aspectos dos documentos, especialmente sua origem, autoria, finalidade e motivo para ser preservado.

De acordo com Lara (2008), alinhado ao processo de incentivo à pesquisa e curiosidade do aluno, é fundamental valorizar e compreender o processo de

preservação dos documentos. Reconhecer que muitos documentos são produzidos, mas apenas alguns são preservados do esquecimento, destaca a importância de abordar o tema da preservação como parte integrante do estudo histórico. Essa abordagem amplia a compreensão dos estudantes sobre a seleção e conservação de documentos ao longo do tempo.

Em síntese, a utilização de fontes históricas no ensino de história não apenas fornece aos alunos acesso direto à realidade do passado, mas também os coloca como protagonistas ativos na construção do conhecimento histórico. É essencial que os professores adotem uma abordagem que não apenas dinamize as aulas, mas que promova uma visão crítica e reflexiva sobre os documentos, evitando tratá-los como verdades inquestionáveis e incentivando a pesquisa e curiosidade dos alunos (Neto, 2001; Lara, 2008).

Ao contextualizar a utilização de fontes históricas no cenário educacional, é imperativo considerar as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Documento de Referência Pedagógica e Curricular (DRC) e pelos Projetos Político Pedagógicos (PPP) escolares. Essas ferramentas norteadoras delineiam os caminhos para a implementação efetiva do ensino de história, destacando a importância do enfoque na história local e regional, como proposto na pesquisa.

A BNCC, em especial, emerge como um guia, delineando as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos, proporcionando um panorama para a abordagem do ensino de história.

2.4 BARRA DO BUGRES, A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O USO DA HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE FACTUAL A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

A pesquisa histórica parte da necessidade do presente e aborda essencialmente a temporalidade, pois está impregnada por um enejo de responder questões formuladas que incomodam os pesquisadores no tempo atual. Elas procuram preencher lacunas e inquietações que acompanham o historiador no

presente, “porquanto o passado não existe em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo” (Albuquerque Jr., 2012, p. 30).

No caso da pesquisa em ensino de história, existe a responsabilidade ética do professor-pesquisador em construir lacunas existentes nas aulas de história e nos manuais didáticos, possibilitando assim ao aluno, uma reflexão crítica sobre os processos históricos que está estudando e/ou vivenciando, seja em sua comunidade ou em âmbito mais abrangente.

Para viabilizar a construção do aprendizado histórico, se faz necessário aprofundar os conhecimentos com os professores, de modo que se tornem pesquisadores, a fim de que possam compartilhar o saber histórico com qualidade com nossos alunos, tendo em vista que:

Toda ação humana requer a reflexão histórica (mesmo se não historiográfica) do agente. A habilitação ao agir decorre da aprendizagem. Essa se dá pela apropriação dos dados concretos da história empírica em que se situa o agente, sobre a qual se debruça a reflexão, produzindo compreensão e interpretação do meio histórico em que o agente se encontra, de que é tanto produto quanto produtor. A consciência histórica tem presente que a cultura histórica envolvente precede e envolve cada existência concreta assim como dela decorre. A aprendizagem (conhecer os dados empíricos concretos do passado) é requisito básico das operações do pensamento histórico (que preenchem a memória com informação refletida). Essas operações conduzem à constituição da CH e são responsáveis pelos conteúdos que se encontram na cultura histórica (Martins, 2019, p. 55).

Esse modo de proceder do docente, articulando os conhecimentos adquiridos, de forma crítica e imbricados de sentidos, de maneira a possibilitar uma compreensão do tempo presente e trazer sentido a maneira como o estudante analisa a sociedade e também na percepção de futuro, é a construção da consciência histórica (Martins, 2019).

Visto que a formação da consciência histórica dos alunos é um dos mais importantes preceitos do ensino de História, cabe ao pesquisador sobre o ensino de história local dar respostas ao questionamento de como a história local auxilia na construção dessa consciência. A partir dessa premissa, propõe-se aos mesmos analisar, em sala de aula, fenômenos da natureza histórica, em nível local, a fim de que os estudantes sejam capazes de ter uma compreensão mais ampla e, ao mesmo tempo, inclusiva do passado, e, portanto, de si, de sua sociedade atual e de suas trajetórias enquanto sujeitos históricos.

A análise em sala de aula aconteceu com uma extensa exploração dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a história do lugar que os rodeia, para assim

descortinar seus conceitos pré-concebidos, suas análises, conclusões, dúvidas. Desse modo, houve uma articulação da história individual com a coletiva, ao passo que, ao se lembrar de elementos da história de sua cidade, comunidade ou bairro, possibilitamos que o aluno estabeleça conexões pessoais com o lugar; ou mesmo a ausência dessas conexões, descortinando a percepção de que alguns alunos ainda tem uma inacessibilidade a lugares de memória e cultura, desconhecimento da história do local, fato que pode ser ocasionado pelo desinteresse do poder público em preservar/divulgar esses locais de memória, principalmente em cidades pequenas e distantes de grandes centros urbanos, como é o caso de Barra do Bugres.

Ademais, a produção do conhecimento e a disseminação deste tipo de patrimônio nas escolas permite o despertar do próprio indivíduo, que reflete, dialoga, questiona e se posiciona perante as temáticas.

Também Pierre Nora (1993) destaca a importância de equipamentos históricos, a exemplo de museus, como possibilidades de (re)criação de memórias, ao alegar que a memória é carregada por grupos vivos, e que não pode deixar de fazer parte da tradição e, por isto, precisa ser frequentemente lembrada. Assim, segundo esse autor, tanto locais físicos, como museus, bibliotecas, coleções, arquivos, cemitérios, galerias de arte, entre outros, quanto elementos representativos como uma bandeira, um hino, festas e aniversários cumprem a função de lugar de memória, isto é, lugares em que se cristalizam memórias coletivas e onde se salvaguardam elementos importantes à identidade de uma nação, povo, comunidade, coletividade.

O município de Barra do Bugres conta com o Museu Casa Borges, administrado em parceria com a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e a Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, que representa um espaço cultural resultante da necessidade de estabelecer um local voltado para preservação da história e de ações educativas destinadas aos estudantes das escolas locais. Essa iniciativa transformou uma residência histórica, pertencente à família do senhor Herculano Borges, importante comerciante local, datada do início do processo de urbanização da cidade, em um local dedicado à preservação da memória.

Adquirida pela Prefeitura Municipal em 2013 com esse propósito, de transformar a antiga residência em um museu, a Casa Borges¹² está situada na Zona

¹² O edifício em questão, uma antiga residência construída em 1955/56, pertenceu à família do senhor Herculano e dona Andrelina Borges, ele comerciante ativo no início da formação da cidade. A casa,

de interesse histórico do município, conforme estabelecido no Plano Diretor de 2006. O projeto visa não apenas valorizar a Casa Borges, mas também todas as edificações que compõem o início da cidade, promovendo a conscientização dos alunos sobre a importância de preservar a história e a memória local (Bastos, 2010).

Dessa forma, o Museu Casa Borges desempenha um papel fundamental na disseminação do conhecimento histórico e na promoção do respeito ao patrimônio cultural da região. O ‘Monumento aos Heróis Defensores’ e o túmulo que homenageia os combatentes mortos não fazem parte da exibição do Museu Casa Borges, porém ficam localizados geograficamente nessa zona de interesse histórico do município que conta com outras edificações e elementos importantes, a exemplo da Igreja de Santa Cruz, o próprio rio Bugres embrenhado de inúmeros significados para a economia, transporte, subsistência, cultura e até proteção o município, todos eles, excetuando-se os dois primeiros, datam do início do povoamento do município no final do século XIX.

No caso do ‘Monumento aos Heróis Defensores’ de Barra do Bugres, o pensamento crítico do aluno sobre os acontecimentos pode ser construído com a orientação do professor por meio da análise do monumento, de livros que versam sobre o tema, exposição de documentários nos quais o próprio Luís Carlos Prestes explica o que foi a Coluna. Por fim, destaca-se a possibilidade de análise aprofundada de como foi construída a memória da Coluna no município, especialmente em um período mais recente, com a exploração do fenômeno das *fake news*, principalmente no contexto eleitoral e como a mídia local contribuiu para forjar uma definição totalmente enviesada, romantizada e personalista, a fim de perpetuar um enredo triunfalista, que criou heróis locais.

A figura a seguir apresenta uma fotografia do Monumento, cuja existência propiciou a aplicação prática da proposta trazida neste estudo, de utilizar a história local como estratégia de ensino-aprendizagem para alunos da Educação Básica.

construída em adobe, preserva muito das características arquitetônicas do início do processo de urbanização da cidade (FACCIONI, 2011).

Figura 2: Homenagem “Os heróis Defensores de Barra do Bugres”



Fonte: De autoria própria, 2023.

O registro fotográfico da placa relativa aos Heróis Defensores foi feito no dia 9 de dezembro de 2023, durante visita ao local onde se localiza a placa que homenageia os 15 homens que morreram em combate com a Coluna Prestes, localizada às margens do Rio Paraguai, logo atrás do Monumento de mesmo nome. Na placa é possível ler uma breve história da efeméride: “*Aos primeiros alvores do dia 20 de novembro de 1926, do outro lado do rio, onde haviam chegado durante a noite, os revoltosos romperam inesperadamente, nutrido tiroteio contra os defensores desta tranquila povoação. Os que impiedosamente morreram pela pátria, têm direito que o povo se lembre dos seus túmulos e venha orar por eles*”.

Na sequência, estão inscritos os nomes dos homenageados, os conhecidos como sendo os heróis defensores de Barra do Bugres: “Antônio Cesário de Moraes; Antonio Lemes; Antonio Maria; Armando; Benedito Atanazio; Francisco Araújo Bastos; João Ferreira Mendes; João Ozório; João Sebastião; José Laureano Corrêa; José Luciano Ventura Ferreira Mendes; José Rodrigues; José Valeriano; Marcelino Carneiro; Mineiro”. Ao término, consta, ainda, o nome do responsável pelo homenagem e a data em que a placa foi instalada no local: “Apoio: prefeito Agostinho Sansão e comunidade. Barra do Bugres, 20 de novembro de 1995.”

O historiador francês Pierre Nora (1993) propôs uma caracterização relativa aos lugares de memória que é perfeitamente aplicável à Barra do Bugres. Para ele, os lugares de memória são representados por suportes materiais que consolidam e protegem a memória coletiva, as construções materiais ou simbólicas de um grupo. São lugares onde a memória se cristaliza, refugia e se associa a um momento particular da história no contexto daquele grupo.

Contudo, de acordo com Nora (1993) para que algo possa ser considerado um lugar de memória, é necessário que a própria comunidade tenha aquilo que ele chama de vontade de memória, ou seja, a intencionalidade, a pretensão da coletividade de ter sua memória local depositada naquele espaço. Nora destaca, também, que na ausência de a coletividade querer depositar ou preservar a memória do local, aquele determinado espaço passa a ser tão somente um local de história.

Por fim, ele ressalta ainda que três dimensões convergentes caracterizam os lugares de memória: a material, a simbólica e a funcional. Além da própria intencionalidade, conforme defende o autor, para quem os espaços se tornam locais rituais, plenos de um simbolismo que marca os lugares, que são construídos e moldados principalmente pelo vontade dos grupos ou comunidades de perpetuar a memória e, dessa forma, impedir que haja o esquecimento e a perda daquelas referências.

Na figura a seguir, são apresentados alguns dos registros da visita guiada realizada com os alunos do 9º. Ano do Ensino Fundamental aos lugares de memória dos heróis combatentes contra a Coluna Prestes no território de Barra do Bugres.

Figura 3: Visita guiada dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao túmulo e monumento



FONTE: De autoria própria, 2023.

Durante a visitação, foi orientado aos alunos que observassem questões como a localização do túmulo e do monumento, quem construiu, quando construiu, qual o objetivo dessas construções, o que elas representavam, a relação de proximidade com o rio Paraguai, material, estrutura, tamanho, preservação e qual lugar eles ocupam na memória da cidade.

Os alunos também fizeram uma análise da história da Coluna Prestes em Barra do Bugres, comparando-a com a história que encontram em seus manuais didáticos; assim, eles puderam observar quais eram os discursos sobre as práticas dos chamados 'revoltosos' que se perpetuaram nos meios midiáticos da cidade. Além disso, também foram exibidos trechos da entrevista 'Prestes fala sobre o tenentismo

e a Coluna Prestes¹³, em que ele relembra qual era o seu objetivo ao liderar àquela Marcha, que se tornou histórica.

Os estudantes puderam identificar semelhanças no modo como a Coluna era retratada pelas forças e jornais legalistas, ou seja, alinhados ao espectro político do presidente vigente no início das revoltas tenentistas, tanto no momento em que ocorria a marcha revolucionária, quanto no momento em que a pesquisa era conduzida. Foi possível perceber que as publicações em jornais e outras mídias locais quase sempre eram também alinhadas ao posicionamento político de candidatos à direita.

Sendo assim, a legitimação do discurso perpassa décadas e se utiliza dos símbolos ainda presentes na cidade para se fortalecer ao longo dos anos, no sentido de marginalizar e criminalizar movimentos de sociais ou mesmo de quaisquer oposições a uma direita mais radical e conservadora. Tal escolha discursiva é meticulosamente mantida até os dias atuais, mesmo que alguns que dela se utilizam saibam que os episódios de violência que marcaram a passagem da Coluna por Barra do Bugres são exceções, porém apropriadas no imaginário como uma regra. Deste modo, um episódio isolado de combate com civis e que resultou em morte é tomado como a postura integral desse movimento político.

¹³ REDE PROLETÁRIA. Prestes fala sobre o tenentismo e a Coluna Prestes¹³. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=X0AQvIYtVfY>>. Acesso em 6 dez. 2023.

Figura 4: Visita guiada dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao túmulo e monumento



FONTE: De autoria própria, 2023.

Antes da visita guiada, foi feita uma roda de conversa na sala do 9º ano do Ensino Fundamental sobre Barra do Bugres, com sondagem do conhecimento prévio dos alunos que, apesar de trazerem informações gerais sobre o município, como data de emancipação, primeiro prefeito, suas fases na economia, população indígena e a importância da poaia, pouco ou nada sabiam a respeito da Coluna Prestes, a sua passagem pelo povoado, a importância e as implicações do Movimento Tenentista no Brasil e o significado do Monumento às margens do rio Paraguai.

Visando ampliar as possibilidades do estudo da história local e a sua contextualização no espaço temporal deste grande movimento que marcou a história

do Brasil em vias de completar um século, foi posteriormente indicado aos estudantes que eles fizessem uma pesquisa sobre a Coluna Prestes, a história de Barra do Bugres e seus monumentos. Complementarmente, na sala de aula já se estudava o período da Primeira República, e as pesquisas realizadas pelos alunos subsidiaram o debate do tema junto à turma envolvida no projeto.

Dentre as observações possíveis a partir da pesquisa, constatou-se, em primeiro lugar, a desinformação inicial sobre o tema, e a notória surpresa dos estudantes ao saberem mais sobre a passagem da Coluna Prestes no município, tendo em vista que, conforme relatado anteriormente, o conhecimento sobre a história do movimento e da própria cidade era incipiente.

Ademais, mesmo com a pesquisa realizada pelos alunos, muitos ainda carregavam as impressões iniciais relacionadas ao senso comum e reafirmadas em publicações dos jornais locais, que reforçavam o posicionamento político-ideológico predominante, alinhado à direita e aos conservadores, que creditavam à Coluna Prestes a pecha de uma revolução extremista feita por anti-heróis da pátria. E ainda que alguns dos estudantes conhecessem os aspectos da Primeira República e tecessem críticas às práticas autoritárias vigentes, reproduziram o discurso veiculado pelos jornais em que realizaram suas breves pesquisas, de que a Coluna Prestes ‘massacrou Barra do Bugres’.

Na continuidade do debate sobre o tema, os discentes foram estimulados a dizer quais foram os objetivos que levaram os homens liderados por Luiz Carlos Prestes e Siqueira Campos a se embrenharem em tal marcha, percorrendo quase 30 mil quilômetros pelo interior do Brasil, trazendo como respostas mais frequentes o combate à ‘República das Oligarquias’, às práticas coronelistas e à desigualdade social que imperava no Brasil. Posteriormente, foi lançada aos alunos uma provocação que os levassem a refletir sobre a questão: por que então a Coluna Prestes, que tinha como objetivo a melhoria da vida da população majoritariamente pobre e explorada, faria deliberadamente um ‘massacre’ contra aqueles que eles visavam justamente ajudar?

Desse modo, com o levantamento de questões motivadoras, as aulas que tiveram como mote a história local puderam auxiliar na construção de uma nova narrativa, a partir de uma experiência pessoal na própria história, no território onde muitos desses alunos nasceram ou chegaram ainda pequenos.

Trata-se, portanto, do início do despertar de uma consciência histórica, que possibilitou aos estudantes uma compreensão crítica e reflexiva do passado em sua relação com o presente e com a realidade na qual estão inseridos. O silenciamento ou a omissão sobre outro aspecto da história, outros fatos, outros olhares fizeram com que eles tivessem consciência de que, pela análise dos escritos e vestígios relativos à passagem da Coluna Prestes pelo município, também havia documentos forjados com alguma intencionalidade e, portanto, passíveis de questionamentos.

Por meio do estudo reflexivo e crítico da história local, os estudantes podem conhecer a história de sua comunidade e a trajetória de narrativas e disputas que permeiam o campo da memória, conforme aponta Tedesco (2014):

É possível entender a memória como a capacidade de um sistema complexo, seja ele vivente ou artificial, de armazenar informações, de modificar, com base nessa, a própria estrutura, de modo que cada tratamento sucessivo de novas informações seja influenciado pelas aquisições precedentes. Num sentido comum, por memória entende-se a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas e, pelo menos em parte, ter acesso a essas pelo veio da lembrança (Tedesco, 2014, p. 37).

Assim, entendendo que a memória coletiva é regulada pela oralidade e pela escrita e considerando que a sua relevância está no entendimento que as pessoas têm do passado, é possível constatar que ela é influenciada pelas representações do passado produzidas por diferentes setores da sociedade (Vitor; Santos, 2018).

Deste modo, cumpre também aos historiadores, pesquisadores e especialmente aos professores, problematizarem as questões a partir de provocações que levem a novos olhares, especialmente a partir da consciência crítica de que a história é escrita pelos vencedores, nunca pelos vencidos. Desvelar o véu do passado é, também, ensinar e aprender história.

3 O ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA LOCAL: MONUMENTOS HISTÓRICOS EM BARRA DO BUGRES COMO FONTES DE PESQUISA E MEMÓRIA HISTÓRICA

Neste capítulo, enfatiza-se a importância da pesquisa em ensino de história, e a necessidade de utilização de um conjunto de teorias e metodologias que regem essas práticas do fazer histórico, especialmente quando se atrela tal pesquisa ao ensino de História, guiada por questões latentes ao ambiente de docência.

Importa ressaltar, ainda, que a escola, a comunidade e as legislações que versam sobre educação tanto em âmbito nacional - tais como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN 9.394 de 1996) e a recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC de 2017), estadual e regional, a exemplo do Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC – MT de 2018) e, em âmbito interno, a organização do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar (PPP), são constituintes do conjunto prático, político, teórico e metodológico orientam a construção do saber histórico em sala de aula.

3.1 O ENSINO DE HISTÓRIA EM BARRA DO BUGRES: O USO DAS FONTES LOCAIS COMO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A prática pedagógica do professor também é perpassada pelo uso dos materiais didáticos ofertados em nível estadual e que, no caso do Mato Grosso, se baseia no Sistema Estruturado de Ensino (SEE), produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e adotado no estado desde o ano de 2022. Este material substituiu quase que completamente o uso dos livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) na rede pública estadual de Mato Grosso.

Excetuando-se as obras do Projeto de Vida e Integradores e das obras literárias das bibliotecas das escolas, que continuam sendo utilizadas nessas instituições, o restante do material que compõe o PNLD é orientado a ser usado de

forma complementar ao SEE, que é obrigatório e possui avaliações que ocorrem bimestralmente em toda a rede estadual de ensino, visando avaliar o desempenho dos estudantes.

Apesar de o SEE ser, teoricamente, criado para atender o público estudantil mato-grossense e do DRC estipular o estudo da história do Mato Grosso, bem como suas diversidades e regionalidades, não há, nos livros de história, menções à história do estado ou a qualquer outro aspecto local, ou regional com profundidade, mesmo quando os eventos se inseriam na categoria de 'História do Brasil'.

Em se tratando do uso de fontes para a pesquisa e o ensino de história local, é necessário ao professor-pesquisador uma análise e um olhar acurado, que vá ao encontro da produção e análise das mais diversas fontes documentais, principalmente as pertencentes ao patrimônio histórico-cultural do município.

Sobre patrimônio histórico-cultural de Barra do Bugres, é possível afirmar que,

[...] não constitui apenas um acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão-só para relembrarmos nostálgicamente os tempos idos. A valorização e o conhecimento de um bem cultural, que testemunha a História ou a vida do país, pode ajudar a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural (ORIÁ, 2004, p. 134).

Essa atenção visa orientar o historiador a não repetir as narrativas da história triunfalista, mas entender todas as tramas e tessituras que compõem aquele período e fenômenos históricos. Dessa forma, se faz importante a análise dos patrimônios que constituem e forjam o enredo da história de Barra do Bugres, patrimônios esses que, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1977, s/p.) é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas, não se limitando apenas a bens tombados pelo poder público, mas abrangendo seu significado para outros que também tenham importância e significado para a cultura e memória de um povo.

Tais patrimônios possuem como especificidade a característica de serem compostos não somente por patrimônios físicos, os chamados monumentos, como também fazem parte do arranjo da história da cidade um vasto acervo de livros e publicações de um memorialista local, além de produções acadêmicas que também

compõe seu estado da arte, constituindo o que comumente é chamado de documentos históricos.

Por monumentos e documentos, utilizamos aqui a definição de Le Goff (1990), em que o autor afirma que a forma científica da memória coletiva é a história e que ela tem dois tipos de materiais, os documentos e os monumentos, sendo que estes últimos eram considerados, pela escola positivista, intencionais, e, portanto, opostos aos documentos que, ainda segundo ele, continham a prova, a efetividade do fato ou acontecimento histórico.

A partir das novas concepções empenhadas pela Escola dos *Annales*, a noção do termo documento é ampliada, passando por uma revolução documental quantitativa e qualitativa, “compreendendo também o documento como um produto da sociedade que o forjou, devendo então ser questionado e investigado em suas origens e intencionalidades” (Le Goff, 1990, p. 470).

Nesse sentido, as fontes históricas que discorrem sobre a história de Barra do Bugres devem ser tratadas como um monumento, mesmo as escritas, como as produções de memorialistas locais. Contudo, salientamos que ao se analisar as produções memorialísticas, não existe uma tentativa de, com isso, deslegitimar a produção local e o seu nível de importância. Pelo contrário, ao se usar, por exemplo, a produção de Jovino Ramos, entende-se que o lugar do qual o historiador fala se difere de outras produções, tanto em critérios teórico-metodológicos, quanto na intencionalidade de quem o produz.

Sobre o memorialista de Barra do Bugres, Jovino dos Santos Ramos, descreve-se acerca da sua biografia:

Nasceu no município de Cáceres (1938). Concluiu o 2º Grau e estudou filosofia na capital paulista de onde retornou a Mato Grosso em 1959. Lecionou latim no Colégio Estadual Onze de Março (CEOM) de Cáceres, 1959 /1962, Língua Portuguesa na Escola do Comércio de Cuiabá, 1966. Mudou-se para Barra do Bugres em fevereiro de 1969 a convite do então prefeito José Turchen para trabalhar na Prefeitura onde permaneceu até 1973 como secretário geral. Integrou a equipe dos primeiros professores do 2º grau em Barra do Bugres. Concursado para o Magistério e para Agente de Fiscalização, aposentou-se neste último cargo. Em 1991 editou seu primeiro livro, o informativo Barra do Bugres e prosseguiu escrevendo sobre a história de Barra do Bugres e sobre a cultura regional, expondo, dessa forma, o resultado de suas pesquisas (Ramos, 1998, p. 28).

Compreende-se, portanto, que o tipo de produção feita por memorialistas é diferente das realizadas por historiadores, tendo em vista que:

[...] em virtude de seguir os preceitos dos memorialistas, o trabalho que realizava com as fontes não pode ser incluído no rol de atividades de um historiador profissional, pois além de não haver de sua parte evidências de uma formulação de problemas acerca do objeto de pesquisa escolhido, também não parecia ser uma preocupação sua o questionamento da documentação selecionada. Esse procedimento de crítica não se incluía no âmbito das análises [...] assim como não estava presente no trabalho de muitos outros memorialistas que se dedicaram à história local, constituindo-se mais em uma ocupação dos historiadores profissionais (Lima, 2004, p. 222).

O trabalho do memorialista que busca guardar a história do local através da escrita muitas vezes é atravessado por suas próprias imagens e lembranças pessoais, ou mesmo fragmentos delas. Ainda que busque apoio em evidências e fontes históricas, ele não constituirá uma análise como a de historiadores profissionais, bem como não passa pelo crivo de uma aprovação submetida pelos historiadores aos seus pares.

A escrita do memorialista não possui a construção de um projeto que oriente o seu percurso investigativo; portanto, “essa carência de precisão do método leva a uma escrita narrativista que tende a observar os fatos, os acontecimentos e os documentos muitas vezes como meramente dados a serem transcritos” (Arostegui, 2006, p. 467), não existindo uma relação com o objeto estudado em outras escalas de lugar, ou mesmo analisando o acontecimento e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Sendo assim, para que um trabalho investigativo seja considerado uma pesquisa historiográfica com todo seu rigor científico é necessário “levar em consideração as fontes, a organização da informação, sua tipologia e seu uso, assim como a relação com outras pesquisas. Nenhuma pesquisa pode permanecer isolada das demais de uma mesma área” (Arostegui, 2006, p. 468).

De acordo com a historiadora Sandra Cristina Fagundes de Lima, a escrita memorialística se desenrola de modo que,

[...] não transparecem em seus textos indícios da tentativa de desenvolver estudos comparativos por meio dos quais pudesse ser cotejadas as suas descobertas com a história de âmbito mais geral. Ao contrário, o estudo começa e se encerra em torno dos fatos ocorridos em nível local [...]; dessa forma, o desbravamento, a formação do povoado, a instalação do município, a sua organização administrativa, a situação econômica, bem como os aspectos sociais que compunham o cenário citadino são enfocados em uma perspectiva local, sem o estabelecimento de conexões com a situação que se desenrolava em outras partes do Brasil e do mundo no mesmo período. Tudo transcorre como se a história daquela cidade gravitasse em torno de sua própria órbita, sem a concorrência de fatos, situações, experiência e interesses que foram contemporâneos àquela e que, sobretudo, contribuíram para o seu transcurso. Essa prevalência do particular destituído de relações

com fatos gerais parece ser uma característica da maioria das obras deixadas pelos memorialistas que se dedicaram à pesquisa e produção da história local e regional (Lima, 2004, p. 222).

Essa análise metodológica dispensada ao trabalho do memorialista permite ao professor-pesquisador analisar o conjunto de patrimônios histórico-culturais de Barra do Bugres, como também monumentos intencionais. Dessa forma, juntamente com os alunos, possibilita-se ao professor formular questões que podem embasar uma análise crítica sobre os eventos estudados.

Tais questões permitem entender de que maneira a análise da história local se relaciona com acontecimentos da história do Brasil, quais apropriações e significados a população local dá a um determinado evento e, especificamente, no caso deste estudo, qual é a intenção por trás da escrita dos textos e da construção do monumento aos chamados 'Heróis'.

Acredita-se que, dessa forma, mediante uma aprendizagem significativa com a participação dos alunos na construção da narrativa histórica, seja possível que este se identifique, de modo a estabelecer uma identidade com a narrativa da história local e, assim, definir a consciência histórica.

Na perspectiva apontada, são apresentadas abaixo as produções do memorialista Jovino Ramos, referido anteriormente.

Quadro 1 - produções do memorialista local Jovino dos Santos Ramos

Produções de Jovino Ramos	
Livro	Data de Publicação
Informativo Barra do Bugres – História, folclore e curiosidades	1991
No Portal da Amazônia I	1994
No Portal da Amazônia II	1995
Barra do Bugres na História	1998
Os 15 mártires	2001
Barra do Bugres – É tempo de construir	2001
A Histórica Barra do Bugres: 1º ciclo econômico	2003

São ao todo sete obras pertencentes ao acervo produzido pelo memorialista, que também foi professor, Jovino Ramos. Destes livros, o intitulado "Os 15 mártires" fala exclusivamente do episódio intitulado "A passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres"; porém todos versam sobre a história do município, abordando desde a fundação do povoado, com a chegada das primeiras famílias, até o início do século XXI.

Nem todos os assuntos são tratados de forma mais aprofundada, a exemplo dos quilombolas e indígenas, que possuem significativa história e contribuição cultural para o município; nesses casos, há ainda a necessidade de fontes que embasem os escritos, tendo em vista que grande parte da literatura produzida são as memórias do próprio autor que se misturam aos acontecimentos.

3.2 HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA

É salutar pensar os alunos enquanto participantes do processo de construção do conhecimento histórico, e não apenas como receptáculos que acolhem as produções acadêmicas simplificadas em manuais prontos e acabados. Eles fazem parte de uma comunidade, estão inseridos em suas próprias culturas, dinâmicas familiares e rede de relações diversas e, sendo assim, é preciso considerar o meio em que vivem para a análise e a produção da pesquisa histórica, a partir de suas vivências, oportunizando a formação da consciência histórica.

O objetivo desse construto, relacionando o passado com os acontecimentos presentes, seria então de adquirir significados efetivos, tornando os alunos sujeitos críticos e não meramente receptores de um saber hierarquizado, que aceita sem questionar apenas os conhecimentos constantes nos livros. Na sala de aula, nas relações que se estabelecem ali e no seu entorno, existe uma dinâmica própria de produção, socialização e difusão do conhecimento histórico, que não deve ser dissociada das produções acadêmicas, tampouco inferiorizadas.

Adotar essa postura pedagógica, pautada em uma historiografia crítica, é proporcionar aos estudantes um conhecimento significativo, é aprender a questionar as fontes, interrogá-las, ter mais autonomia, conhecer a história e o patrimônio local, conhecer quais jogos de poder delineiam o local que os cerca, é perceber que o ensino de história se faz por meio de métodos e técnicas específicos da disciplina histórica, é ensinar a olhar com responsabilidade para o presente.

Deste modo, trabalhar com história local em sala de aula amplia as lentes de possibilidades do professor e dos alunos, uma vez que é necessário visitar as mais variadas fontes, entender suas temporalidades e as composições de sua feitura, para

que então o trabalho desemboque na construção de uma narrativa histórica imbricada de sentidos para a comunidade e, principalmente, aos alunos.

Assim, Alberti (2019) aponta para as possibilidades que a metodologia de pesquisa e ensino, a partir do estudo da história local, juntamente com o uso de documentos, proporcionam:

O trabalho com fontes é especialmente proveitoso quando faz parte de um percurso de pesquisa, no qual se preconiza a autonomia dos estudantes. O professor ou professora pode disponibilizar para suas turmas uma variedade de documentos a serem trabalhados numa investigação, a partir de uma ou mais perguntas de pesquisa. [...] Oferecer uma variedade de fontes favorece a autonomia dos alunos e das alunas e legitima sua produção autoral (Alberti, 2019, p. 111).

O trabalho com fontes históricas em sala de aula, principalmente relacionadas à história local, adquire uma importância ímpar, enquanto proporciona ao aluno o encontro de símbolos e patrimônios que já faziam parte do seu repertório cultural. As teorias e metodologias do ensino e pesquisa em história permitem questionar essas fontes e analisá-las, de modo a compreender como elas foram construídas e como é feito o trabalho do historiador, e não somente reprodução e memorização de datas e fatos da história em sala de aula.

A metodologia é um conjunto de técnicas que o/a pesquisador/a faz uso para desenvolver o seu trabalho. Conforme Gil (2002), uma pesquisa pode ser definida como um processo formal de desenvolvimento do método científico, para se descobrir respostas para problemas colocados, utilizando-se de procedimentos científicos. Além disso, a metodologia refere –se ao estudo sistemático e lógico de metodologias abordadas nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.

Para o autor supracitado, o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para alcançar o conhecimento e resultados de pesquisa. Contudo, para ser considerado conhecimento científico, é necessário identificar os passos para a sua verificação, a fim de determinar o método que permitiu se chegar àquele conhecimento confirmação, havendo atualmente uma diversidade de métodos, determinados pelo tipo de objeto a pesquisar e pelas proposições às quais se deseja descobrir (GIL, 2002).

O aluno se percebe enquanto sujeito histórico, percebe a sua comunidade inserida em um todo, mas com características próprias e singulares, sendo capaz de

fazer associações e entender a História como uma disciplina próxima a ele, algo mutável e não apenas como uma sucessão de datas e fatos que, muitas vezes, estão inseridos em alguns livros e manuais didáticos.

3.3 HISTÓRIA LOCAL, BNCC E DRC E A COLUNA PRESTES

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo de todas as etapas de sua vida escolar, apesar de não se pretender conteudista, estipula conteúdos mínimos a serem trabalhados em todos os componentes curriculares, de modo a garantir uma formação básica comum a todos os estudantes.

A BNCC é uma forma de garantir o que estipula a Constituição Cidadã de 1988 no seu artigo 205 que estabelece a Educação como um direito de todos, e ao Art. 210 que versa sobre a necessidade de um currículo mínimo comum,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988).

A necessidade de compreender a história da Coluna Prestes está assentada na importância geográfica que a cidade de Barra do Bugres possuía, ocasionada pelos intensos fluxos de navegação que ali ocorriam no início do século XX através das águas do Rio Paraguai e que, desde a formação do povoado, era utilizado devido à extração, comercialização e transporte da poaia. Já posteriormente, essa rota de navegação vai servir de caminho ao exílio nos últimos momentos e combates da Coluna Prestes, no ano de 1926.

Barra do Bugres¹⁴ começa seu povoamento não indígena por volta do ano 1878, no final do século XIX, com a chegada das primeiras famílias através da barra¹⁵ do Rio dos Bugres, atraídos pela abundante poaia¹⁶, para exploração dessas raízes que existiam nas matas da região.

No ano de 1896 é criada a Paróquia de Barra do Bugres com jurisdição em Cáceres pela Lei núm. 145; em 1938 foi criado o Distrito de Barra do Bugres através do Decreto nº 208, e em 1943 foi criado o Município de Barra do Bugres pelo Decreto núm. 545 de 31 de dezembro, sendo que em 19 de abril de 1944 o município foi oficialmente instalado e o primeiro prefeito, o professor Alfredo José da Silva toma posse (Ramos, 1992).

O vilarejo viu seu calmo encontro entre os Rios Bugres e Paraguai, se transformar em intenso entreposto de exportação do vegetal (ipecacuanha), bem como ponto de chegada de vários trabalhadores para viverem da extração da poaia, iniciando assim um processo de criação de uma sociedade desigual, de um lado marcada pela ação dos patrões da poaia e por outro, pelos poaieiros, que tinham explorada a sua força de trabalho (Oliveira, 2013).

A partir das décadas de 1960 e 1970 ocorre uma expansão populacional do município ocasionada principalmente com a ‘Marcha para o Oeste’, até a

¹⁴ No capítulo anterior já foi contextualizado o território de Barra do Bugres e contada a história do município desde a sua criação. Entretanto, neste capítulo é importante registrar outros aspectos dessa história, tendo em vista a necessidade de situar no tempo e espaço a ocorrência da Coluna Prestes.

¹⁵ De acordo com o Serviço Geológico do Brasil - SIGEP, a definição de Barra é: a) Desembocadura de um rio. b) Faixa alongada e elevada de sedimento, normalmente um banco de areia, depositado ao longo de uma linha onde uma corrente de água passa junto de águas mais calmas, perdendo energia o que provoca a deposição do material clástico predominantemente arenoso. Ocorre em vários ambientes como: no mar junto a desembocaduras de rios, junto a correntes marinhas costeiras fechando pontões de uma baía (restinga), nas saídas de meandros onde o fluxo fluvial é acelerado com erosão da margem na curva de ataque e deposição logo a seguir onde a corrente encontra a água mais calma. WINGE, M. Barra. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/barra.htm>> acesso em 28/11/2022.

¹⁶ “Ipê-Caa-Cene” teria sido a denominação indígena que deu origem a palavra IPECACUANHA, muitas vezes simplificada para IPECA [...] é um arbusto que atinge em média 35 cm de altura, nativo da região amazônica, de Mato Grosso (somente em seu norte) e em Goiás. Tem folhas ovais opostas [...] A (poaia) existente em Barra do Bugres sempre foi da melhor qualidade pelo seu alto teor de emetina e de seus outros alcaloides (Ramos, 1992, p. 16).

A poaia é da família Rubiácea, seu nome científico é *Cephaelis Ipecacuanha*. Sua ação: modificadora das secreções, cardíaca, emética, expectorante, sedativa, diaforetica, hemostática, anti-hemorrágica, antiparasitária. Pode ser usada contra hemoptise, hematúria, leishmaniose, dispneia, difteria, envenenamento, catarro crônico intestinal, cólica, tenesmo, infecção intestinal, disenteria amebiana, irritação da garganta, irritação dos brônquios, irritação dos pulmões, febre gástrica e febre biliosa (Silva, 1993 citado por Oliveira 2013).

redemocratização da política brasileira no período pós-ditadura civil-militar (1964-1985), quando os esforços para a realização dessa atividade expansionista são suprimidos em 1991.

O intuito era que as indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas fossem instaladas em várias regiões do país. Isto foi possível a partir de vários programas especiais criados pelo governo federal. Os investimentos públicos destinados à agricultura levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil. Com o advento do Estado Novo, em 1937, as políticas de expansão da fronteira ganharam novo alento. Este regime político ditatorial, amparado por forças militares, logo tratou de colocar em prática o desejo de nacionalizar definitivamente as fronteiras do país. Para tanto, foi lançada ainda no ano de 1937, a campanha da Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Esta campanha engendrou uma série de iniciativas marcadas pela intervenção direta do Estado sobre o território. Vale destacar, como exemplos de ações organizadas no âmbito da Marcha, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o estabelecimento da Expedição Roncador-Xingu, e a criação da Fundação Brasil Central (FBC). A FBC atuaria até dezembro de 1967, quando esta, por iniciativa do governo federal, seria substituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) – extinta em 1991, durante o governo Collor (Cardoso; Xavier, 2017).

Barra do Bugres é marcada, em sua forte presença histórica, por um presente que se diz ‘progresso’, majoritariamente através da atividade agrícola, e tem talhada em suas ruas, principalmente as localizadas à beira-rio, marcas de um passado não tão distante, que se erige em patrimônios histórico-culturais (Monumento aos Heróis Defensores, Casa Herculano Borges, Casa Jamil Pesca) se misturando às cenas do cotidiano.

Além desses, nos limites do município estão a terra indígena do Povo Umutina, territórios Quilombolas (Morro Redondo Vão Grande, Baixio, Retiro, Vaca Morta e Camarinha), assentamentos rurais (Cabaças, Campo Verde, Antônio Conselheiro) e distritos (Nova Fernandópolis, Assari, Currupira).

Barra do Bugres carrega em seu nome duas importantes características que valem a pena serem ressaltadas. A primeira delas faz referência a geografia do município; como supracitado, Barra se refere a desembocadura, uma faixa arenosa onde são depositados sedimentos carregados por um rio. Barra então referencia os rios que cortam o município e faziam importante rota de transporte fluvial pelo rio Paraguai até a Bolívia, Paraguai e Argentina.

De acordo com Guisard (1999), o nome Bugres carrega uma complexidade pouco discutida ou questionada, porém muito replicada pelos moradores, sendo bastante utilizada também nos arredores; a essa expressão carregada de sentidos, ora dizem referenciar a alguma aldeia indígena, que não se precisa exatamente qual, ora ao próprio nome do rio que corta o município, assim como é utilizada a despeito de moradores ou quaisquer outros habitantes cujos traços físicos se aproximem aos dos indígenas.

No convívio diário com a população cacerense, é perceptível o uso frequente do termo “bugre” como desqualificador de uma parcela considerável da população, tanto no ambiente urbano quanto no rural: “bugre é o que vive no mato”; “o bugre é preguiçoso”; “o bugre, você não pode confiar nele, não”; “o bugre é inferior”. O ambiente rural parecia ser o ponto de origem da designação, que se estendia ao centro urbano da cidade. Os bugres eram indivíduos com características indígenas, sugerindo uma origem distante dos centros urbanos [...] O termo era usado principalmente nos espaços públicos – especialmente em referência àqueles que possuíam características específicas ligadas a uma tradição indígena da região – mas poderia ser usado também em espaços mais reservados. Fica claro que o termo é pejorativo, para identificar aqueles que apresentam alguns traços físicos específicos – “cabelo de flecha, liso, escorrido”; “olho rasgado, nariz meio achatado”; “escuro sem ser negro” – que estão associados a aspectos culturais, sociais, psíquicos e econômicos também específicos: “o bugre é rústico, atrasado”; “o bugre verdadeiro é do mato, aquele que está escondido, mais agressivo e arreio”; “o bugre que está na cidade é mais dócil, pode ser trabalhador, mas é traíçoeiro” (Guisard, 1999, pág. 94).

Com isso é perceptível que a herança pejorativa e depreciativa direcionada aos indivíduos aquém da sociedade, iniciada mormente em São Luiz de Cáceres e nas relações entre patrão e funcionário, não indígenas e indígenas, enfim, para todos que carregam em seus fenótipos, traços destoantes aos dos brancos e, principalmente, segundo Guisard (1996), aos indivíduos inseridos naquela sociedade, cujos traços remetiam a um passado oriundo a vida em cooperação com a natureza, cujos costumes e culturas eram menosprezados e quando assimilados a contragosto pelo patrão, se fazia sempre de maneira a inferiorizá-los.

O primeiro dos patrimônios histórico-culturais citados anteriormente, o Monumento aos Heróis Defensores, inaugurado no dia 20 de novembro de 1995, quando o município estava sob a administração do prefeito Agostinho Sansão (Ramos, 2001, p. 17) um dos objetos de estudo desta pesquisa, corresponde a uma estátua de ferro logo na entrada da cidade, o qual tem também atrás dessa construção, uma espécie de túmulo, onde supostamente estão enterrados os 15 homens que morreram em combate com a Coluna Prestes.

Inicialmente, o monumento contava com uma placa descritiva de bronze que segundo aponta Meira (2011, p. 02), não existe mais graças a furtos que ocorreram no local.

Figura 5 - Monumento aos Heróis Defensores



FONTE: De autoria própria, 2023.

Na figura 5, uma fotografia aberta do local em que se localiza o patrimônio histórico, é possível ver em primeiro plano o “Monumento aos Heróis Defensores” e logo atrás, um túmulo onde, supostamente, foram enterrados os moradores de Barra do Bugres que morreram em combate com a Coluna Prestes. Na lápide é possível ver a inscrição dos nomes dos 15 homens que supostamente, conforme a história vigente no município, teriam morrido em combate.

O monumento consiste em “uma estátua de ferro medindo cerca de oito metros de altura localizada à margem direita do rio Paraguai e com peso de duas toneladas idealizada por Marcos Reinaldo Parada do Prado” (Ramos, 2001, p. 01), editor e proprietário do canal Jornal *Plug News*, na plataforma YouTube, canal informativo com notícias da região.

No livro intitulado ‘Os 15 mártires’ (Ramos, 2001) o autor ressalta que a estátua foi erigida como:

[...] um monumento singularíssimo à memória dos heróis mártires [...] Barra do Bugres ficou definitivamente inserida no contexto histórico do país com o monumento aos Heróis Defensores numa demonstração de civismo e culto à sua história e aqueles que engrandecem este lugar, a sua história e sua gente, do passado e do presente (Ramos, 2001, p.17).

O autor reforça sempre seu compromisso com a história que pretende legitimar ao longo dos anos, não somente através da perpetuação de sua visão acerca do combate dos moradores com a Coluna Prestes, como também através de uma visão totalmente deturpada da Coluna, da Marcha e do seu objetivo. Para isso, há uma série de vozes que endossam a narrativa do ‘massacre’, se materializando não somente através do monumento, mas também, imortalizando-a nas páginas de seus livros.

Dessa forma, compõem parte importante da narrativa pertencente ao município, não são somente os vestígios físicos, chamados monumentos, como também a própria história ‘oficial’ da cidade que está, na maioria, descrita pelo memorialista local. A unilateralidade que acompanha a história do município em torno da passagem da Coluna Prestes alimenta discursos políticos uniformizadores, principalmente em épocas de campanha eleitoral, criando a falsa imagem de uma história triunfalista, em que o bem, representado pela direita, vence e expurga o mal, representado pela esquerda.

Porém, essa ideia é facilmente contraditada pela população, até mesmo em uma análise superficial, tendo em vista o resultado da eleição para presidente em 2022 em que, 48,80% da população votou no candidato Luís Inácio Lula da Silva, contra 45,52% que votou no candidato Jair Messias Bolsonaro, mesmo com massivas campanhas regionais midiáticas e por outros meios e mesmo com a suposta tradição inventada de ‘expulsar os comunistas’; o município demonstra assim a sua força e sua diversidade e ressalta a sua composição étnica, indígena, quilombola e nordestina, trabalhadora por meio do voto.

As obras que constituem parte do patrimônio histórico-cultural da cidade serviram, ao longo desse estudo, como objeto adjutório na construção da pesquisa e também como uma das fontes históricas para análise coletiva e individual nas aulas sobre história local do Ensino Fundamental II.

As fontes históricas analisadas nesta dissertação e figuram na proposta de um produto pedagógico, estão referenciadas nas habilidades do Documento de Referência Curricular de Mato Grosso quando é evidenciada a necessidade de estudo

da História Local, por meio da abordagem dos processos históricos mato-grossenses, sua diversidade de povos, culturas e objetos do conhecimento que devem ser analisados em sala de aula.

A importância desses temas estarem relacionados no DRC-MT se dá na necessidade de respaldar o professor e sua prática docente durante a etapa de elaboração do planejamento de aulas, além do tema ser de suma importância e possibilitar o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos; é, portanto, perceptível notar pela análise das habilidades destacadas, como esse evento em uma esfera micro se enquadra no contexto macro.

O quadro a seguir é um recorte das habilidades do DRC-MT onde é possível a inserção de temas em sala de aula sobre o ensino de história local e sobre a Coluna Prestes com recorte espacial que pode focar nos lugares por onde ela passou dentro do estado:

Quadro 2: História local e Coluna Prestes nos anos finais do Ensino Fundamental¹⁷

Ano base	História Local		Sugestões de conteúdo para inserção da hist. Local Coluna Prestes
	Habilidade	Objeto do Conhecimento	
6º ano	(EF06HI01)	A periodização do processo histórico do Estado de Mato Grosso.	Sugestão: neste objeto do conhecimento é possível a utilização da Coluna Prestes.
	(EF06HI05)	Diversidade de povos e culturas que contribuíram para a formação do Estado de Mato Grosso.	
	(EF06HI07)	Registros e fontes regionais como instrumentos no processo de formação da cultura material e imaterial mato-grossense.	Não consta no documento.

¹⁷ Para fins de análise da tabela, considere as siglas da seguinte forma: EF06HI01. EF= Ensino Fundamental. 06= ano da etapa que está sendo cursada do ensino fundamental de nove anos. HI= componente curricular, neste caso, História. 01= número da habilidade (Brasil, 2017).

	(EF06HI08)	Espaços territoriais e aportes culturais, científicos, sociais e econômicos das diferentes culturas indígenas que compõe o Estado de Mato Grosso.	
	(EF06HI09.1MT) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, relacionando elementos das diversas culturas que influenciaram a formação populacional e cultural mato-grossense.	Influências de diferentes povos: indígenas, europeus, africanos, asiáticos, entre outros, na formação da população mato-grossense.	
	(EF06HI16)	Trabalho escravo e livre ao longo da História de Mato Grosso.	
	(EF06HI19)	O protagonismo feminino na sociedade mato-grossense.	
7º ano	(EF07HI03)	Organização cosmológica, política, econômica, social e cultural dos povos indígenas de Mato Grosso antes da chegada dos europeus.	Não consta no documento
	(EF07HI12)	A resistência indígena em Mato Grosso no processo de expansão territorial da américa portuguesa.	
	(EF07HI12.1MT) Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da américa portuguesa.	O movimento bandeirantista. Os conflitos entre os bandeirantes e indígenas em Mato Grosso na expansão do território. O ciclo da mineração e a constituição da capitania de Mato Grosso.	
8º ano	(EF08HI11)	A independência do Brasil e sua influência em Mato Grosso, seus desdobramentos e impactos para a cultura local.	
	(EF08HI14)	Vida cultural e cotidiana da população negra e indígena de Mato Grosso no período colonial.	
	(EF08HI18)	A questão da terra em Mato Grosso.	
	(EF08HI23.1MT) Compreender o contexto político, econômico e cultural de Mato Grosso no século XIX e seus	A transferência da Capital de Vila Bela de Santíssima Trindade para Cuiabá. Os impactos da independência do Brasil para Mato Grosso.	

	desdobramentos sociais e culturais.	A Rusga e sua articulação com outros movimentos regenciais. Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai. A economia mato-grossense pós-guerra do Paraguai. A resistência dos quilombos e comunidades tradicionais em Mato Grosso.	
9º ano	(EF09HI02)	O coronelismo em Mato Grosso.	
	(EF09HI05)	A modernização e transformação da paisagem urbana na capital mato-grossense.	
	(EF09HI07)	A questão afro-brasileira durante a República (até 1964). Protagonismo negro em Mato Grosso durante a República.	
	(EF09HI08)	As mudanças conceituais de diversidades étnico-raciais e a ideia de gênero no Brasil do século XX.	
	(EF09HI09)	Os movimentos sociais no Brasil do século XX.	
	(EF09HI17)	Constituição de Mato Grosso e os impactos políticos na região. A Marcha para o Oeste e o desenvolvimento das regiões de Mato Grosso.	
	(EF09HI18)	Colonização do norte de Mato Grosso após a década de 1970. Conflitos agrários e indígenas em Mato Grosso.	
	(EF09HI21)	A divisão geopolítica do estado de Mato Grosso.	
	(EF09HI27)	Mato Grosso no contexto da globalização: a questão da violência contra populações marginalizadas.	

A partir da observação dos objetos do conhecimento expostos na tabela acima, pode-se perceber que os que foram selecionados obedecem a uma disposição temporal que remete ao modelo histórico francês.

Porém, também é perceptível como o Documento de Referência procura analisar eventos que tiveram proporção nacional ou mesmo 'mundial' a partir de um recorte da história que trace uma relação de relevância e significado aos

acontecimentos ao nível local e regional. Isso não significa abranger todos os acontecimentos de uma cidade ou região, ou mesmo promover uma história personalista e, focando em ‘nomes’ da história local e regional, mas olhar atentamente para a realidade dos discentes e os patrimônios histórico-culturais que os cercam.

Apesar desse significativo avanço no DRC em se atentar para as questões do local, na prática, os materiais disponibilizados pelo poder público não suprem essa demanda, assim, o DRC não consegue abranger todas as especificidades de uma história local e regional, dadas as vicissitudes do estado, a pluralidade cultural e étnica em sua constituição e as necessidades específicas de cada unidade escolar e etapa de ensino.

Nesse contexto, se insere a função do professor pesquisador que, identificando as fragilidades de narrativas, pode trazer para o cerne do debate em sala de aula, as lacunas observadas no ensino de história local. Na tabela exposta acima, tanto a BNCC quanto o DRC apresentam diversas possibilidades para o trabalho em sala de aula com os alunos sobre a Coluna Prestes e sua passagem pelo Mato Grosso, porém sempre necessitando de um exercício de criticidade e sensibilidade para que seja possível ao olhar nos vestígios do cotidiano, acessar e selecionar as fontes necessárias para o desenvolvimento desse trabalho em sala de aula.

Assim, o aluno percebe a proeminência de cada evento histórico e como ele se relaciona ao seu cotidiano, a exemplo da Coluna Prestes, do Monumento aos Heróis defensores e dos escritos que fazem parte do acervo local. Estes documentos, que muitas vezes podem passar despercebidos até mesmo para o professor de história do ensino básico, evidenciam a importância do pequeno povoado, no final da Primeira República, para aqueles chamados revoltosos, e expõem as marcas deixadas pela Coluna no município nos dias atuais, legitimam discursos inflamados e enviesados e vão compor o tom que se quer perpetuar sobre a imagem da cidade, quem a defende e quem a ataca, sob a perspectiva política.

Mas, ao ampliar o debate e mudar o foco da análise não concentrando apenas em desenvolvimento de habilidades e competências, o Documento de Referência vai ao encontro das teorias que surgem com mais força a partir dos anos 1970 do século XX, quando amplia o debate sobre acontecimentos históricos abordados na BNCC, de acordo com uma perspectiva a partir do local.

Essa abordagem histórica, ou micro-história, não constitui necessariamente, de acordo com Revel (1998), um campo bem delimitado da historiografia, mas sim

possibilita uma redução da escala de análise revelando novas perspectivas, olhares e interpretações de um mesmo acontecimento histórico, sem sobreposição da história global à local, mas como uma complementação, um novo ponto de vista desta.

4 A COLUNA PRESTES EM BARRA DO BUGRES: INCURSÕES NO ESTADO DO MATO GROSSO

Neste capítulo a abordagem central traz especificamente a Coluna Prestes, um movimento liderado por Luís Carlos Prestes entre os anos de 1925 e 1927 que percorreu o interior do Brasil denunciando os desmandos do governo republicano. Os integrantes da coluna eram jovens oficiais que participaram das revoltas militares de 1922 e 1924. Contudo, sua passagem por Barra dos Bugres gerou narrativas diversas e incompREENsões do que de fato significou o movimento de jovens militares os quais se posicionavam contra as oligarquias rurais e a exploração da população pobre, especialmente nos rincões do país.

4.1 A COLUNA PRESTES

A compreensão da história da Coluna Prestes perpassa o início da República no Brasil, e sua participação no processo de burocratização e autoritarismo institucional, principalmente no que diz respeito aos dois primeiros governos dos militares, de Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891) e de Floriano Peixoto (1891 – 1894) (Teixeira, 2018).

No período denominado República das Oligarquias, a alta oficialidade e a maioria do exército apoiavam as oligarquias agrárias, principalmente as ligadas ao setor cafeeiro, sendo chamados legalistas ou governistas. Em contrapartida, os jovens oficiais se colocavam como representantes da ascendente classe média urbana e de seus interesses, porém sem uma definição mais exata de pautas, além dos grandes descontentamentos com a dinâmica política que dominava o período da Primeira República que “praticamente os excluía da vida política e se assentava sob a égide de uma elite dominante na qual os interesses da população eram sacrificados em prol da manutenção do *status quo* desse setor cafeeiro” (Teixeira, 2018, p. 28).

As tensões políticas se acirraram na primeira metade do século XX entre os políticos representantes das oligarquias agrárias e o Exército, que era contra a

candidatura de Artur Bernardes, principalmente após o episódio que ficou conhecido como “As Cartas Falsas de Arthur Bernardes” publicadas no jornal oposicionista *Correio da Manhã*¹⁸.

Segundo Teixeira (2018), as tais cartas foram duas missivas destinadas ao senador Raul Soares (que sucedeu a Bernardes nas eleições para governador de Minas Gerais em 1922), sendo a primeira publicada no dia 9 de outubro de 1921, contendo uma série de insultos ao Exército e gerando imediata reação dos militares que, reunindo-se no Clube Militar, cravaram intensos debates que duraram meses, especulando sobre a veracidade ou não das cartas, as quais Bernardes negava veementemente serem de sua autoria.

Esses embates resultaram no movimento de protesto de 5 de julho de 1922, conhecido majoritariamente como a marcha dos 18 do Forte de Copacabana. Nesses eventos, os militares contrários ao *establishment* da República das Oligarquia, eram também contra a eleição de Artur Bernardes para o cargo de chefe do executivo nacional em março de 1922, contra punições de militares (a prisão do presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca) e contra o fechamento do Clube Militar.

Uma parte do Exército do Estado de Mato Grosso, mais especificamente na parte sul do antigo estado, também teve participação militar no conflito de 5 de julho,

O levante chefiado pelo general Clodoaldo da Fonseca, deslocando forças militares do Exército para Três Lagoas, em apoio ao movimento que irrompera no Rio de Janeiro, é citado como desdobramento na porção sul do antigo Estado de Mato Grosso da Revolta dos 18 do Forte. No dia 6 de julho de 1922, o general Clodoaldo da Fonseca, logo após assumir o comando da Circunscrição Militar, reuniu oficiais e tropas sob seu comando, da região sul de Mato Grosso e organizou a Divisão Provisória Libertadora para ir a Três Lagoas e dali seguir para o Estado de São Paulo, atacando as forças paulistas em apoio aos cariocas. Com a notícia de que o movimento no Rio de Janeiro fracassara, os revolucionários mato-grossenses se entregam no dia 13 de julho (Souza, 2018, p. 336).

¹⁸ Informações tiradas das análises de dois jornais influentes e divergentes politicamente no período, presentes na dissertação de mestrado de TEIXEIRA, Eduardo P. A Coluna Prestes vista por O Paiz E O Correio Da Manhã (1924 - 1927). Brasília, 2018.

TORRES, Sérgio R. A. A Revolução de 1922 - OS 18 DO FORTE. Hora do Povo, 2022. Disponível em:<<https://horadopovo.com.br/a-revolucao-de-1922-por-sergio-rubens-torres/>>. Acesso em: 13 de março de 2023.

Nesse período, o Estado era governado por Mário Corrêa da Costa (22/01/1926 a 22/01/1930), pertencente à elite rural mato-grossense, família com longa carreira na política, sendo ele sobrinho de Pedro Celestino, com quem posteriormente veio a romper, e filho de Antônio Corrêa da Costa, dos quais herdou o capital político e sua rede de relações que o possibilitava permanecer na política.

No campo político, três presidentes governaram o Estado de Mato Grosso no período de 1924 a 1926. Pedro Celestino interrompeu seu mandato de presidente mato-grossense por motivos de saúde, entrando em licença, e Estevão Alves Corrêa, 1º vice-presidente, completou o mandato (1924-1925), sendo sucedido por Mário Corrêa da Costa, cuja eleição ocorreu com a suspensão temporária do estado de sítio (Souza, 2018, p. 334).

O então governador em exercício estava alinhado à república oligárquica e as práticas políticas em Mato Grosso obedeciam às dinâmicas coronelistas e clientelistas, sendo o emprego da violência muitas vezes utilizado como legitimador de poder.

Nos dias atuais, as concepções sobre onde se iniciou o embrião da Coluna Prestes são amplas fontes de debates; contudo, neste trabalho adotaremos o ponto de vista de que tal movimento se inicia com a insurreição dos militares no movimento dos “18 do Forte” e o levante dos tenentes. Porém, o autor dos livros memorialistas utilizados como fonte deste estudo se refere ao início da Coluna Prestes como sendo em outro espaço e tempo. Em uma entrevista concedida à discente Silva em 2002, Ramos assim descreve o início da Coluna:

A Coluna Prestes nasce no Sul, em Alegrete. São 300 militares, nasce sob uma orientação e disciplina muito rígida, com o único propósito de conquistar a mentalidade brasileira. Faziam como os bandeirantes indo pelo interior à fora [Uma verdadeira utopia] (Silva, 2002, p.)

O autor reforça a visão de um estado que estava alinhado as práticas coronelistas vigentes e que veementemente rejeitou os ideais revolucionários da Coluna quando diz “Aqui era um verdadeiro sertão e eles andando a cavalo, morrendo, achando que iam passar essa mensagem ao povo, mas não conseguiram” (Silva, 2002, p.).

Assim sendo, o exercício da violência como prática política comumente destinada aqueles que destoavam do modelo vigente no estado era contumaz. Esse fato é ressaltado pelo estabelecimento das características coronelistas nos estados, legitimadas por alguns *modus operandi*, tais como,

O uso das armas nas disputas pelo controle do estado, por parte dos grupos políticos locais, foi característico da Primeira República no Brasil, existindo de forma singular em terras mato-grossenses, com a arregimentação de *bandoleiros* para a formação de *grupos armados* (Oliveira, 2005, p. 50).

Essa violência que se perpetuava como prática cotidiana tem sua origem histórica atrelada, segundo Corrêa (2009), desde à chegada dos colonizadores às margens do rio Coxipó, atraídos pela descoberta do ouro, enfrentando desde a natureza até então inexplorada por não indígenas, com o confronto com indígenas que se mostravam resistentes à invasão.

Quando em razão da passagem da Coluna por Barra do Bugres, ainda sob a égide do medo causado por essa suposta ameaça, a população, liderada pelo comerciante José Laureano e pelo delegado Manoel Ourives, mesmo em menor número organizou uma reação que não poderia ser chamada de legalista, pois muitos desconheciam as causas da luta do grupo e não se organizaram no sentido de proteger a legalidade do governo de Bernardes.

Nesse sentido, a população ignorava o fato de que aqueles homens se embrenharam no percurso de quase 30.000 (trinta mil) quilômetros, angariando, recursos e adeptos para combater o governo de Arthur Bernardes e as práticas da República Velha que se consolidaram no período, e ignoravam ainda o motivo pelo qual os homens da Coluna adentraram a região de Barra do Bugres até Cáceres, que era a busca pelo exílio na Bolívia.

Tal desconhecimento é confirmado pelo autor Nei Félix de Macedo que informa que, por ocasião da passagem da Coluna por São Luiz de Cáceres foi feito todo um esforço pelos dois quartéis da cidade em reunir os poucos militares, juntamente com um apelo à sociedade civil para adesão à defesa contra essa desconhecida causa. Assim foi construída a defesa da cidade de Cáceres no Mato Grosso: “a cidade, assustada com essas notícias, mesmo porque ninguém entendia os motivos pelas quais esses revoltosos lutavam. Nem contra quem lutavam. Desconheciam totalmente os objetivos dessa revolução” (Macedo, 2004, p. 64).

Macedo (2004, p. 69) ainda cita a entrevista de Dr. José Rodrigues Fontes, morador e influente político de Cáceres, datada de 1980 e concedida ao repórter Maurício, de um jornal de São Paulo; na entrevista fica claro que a população cacerense não sabia muito bem o que estava se preparando para combater:

[...] quando perguntado sobre as propostas da Coluna Prestes, disse não saber exatamente suas ideias, mas considera que, quando a Coluna esteve pela região, ela ainda não tinha em primeiro plano seu espaço político. O seu objetivo principal era o exílio (Macedo, 2004, p. 71).

Essa reação, em parte se deu devido ao temor pelo ocorrido no então povoado de São Luiz de Cáceres, Barra de Bugres. Forjando uma cadeia de acontecimentos catastróficos responsáveis por dar à Coluna Prestes na atualidade nesta região, o *status* de sanguinária, violenta e sem uma causa contundente, como paulatinamente vem sendo reafirmado.

Mesmo nas regiões vizinhas por onde a Coluna também passou, a exemplo do município de Rosário Oeste e Diamantino, localizado a 135,9 quilômetros da Paróquia de Barra do Bugres, não há relato de qualquer conflito violento ou assassinatos, como pode ser observado a partir dos escritos de Ramos (2004) que mais sugerem uma tentativa de reabastecimento de suprimentos e tropas:

Consta que fizeram depredações na “Fazendinha”, em Diamantino de onde levaram animais de montaria e de carga, antes porém inutilizando os seus, cansados, e cortando-lhes o rejeito. Fazendinha era propriedade do então “intendente municipal” (prefeito) major Caetano Dias Silva (Ramos, 2004, p.22).

A tentativa de angariar suprimentos, armas e munições, bem como a simpatia e apoio das populações locais na luta contra Bernardes, o estado de sítio que tinha imposto e as oligarquias que se mantinham no poder, eram práticas conhecidas por onde a Coluna passava; porém, sua descrição como inimiga da nação e antipatriótica pelos veículos de comunicação legalistas pode ter fomentado o medo e o terror diante da possibilidade de passagem da Coluna Prestes pelas regiões.

Na paróquia de Barra do Bugres o objetivo era o mesmo, porém a reação à Coluna organizada pela população local muda os rumos dos acontecimentos, ocasionando a tragédia do 20 de novembro de 1926.

Cerca de 80 homens passou (sic) a ser o contingente de Siqueira Campos. Pretendiam e necessitavam de abastecimento que Barra tinha. Daí houve a decisão incrementada dos comerciantes do lugar no sentido de resistir à Coluna. Opinaram os comerciantes dizendo que nunca poderiam prever o que os revoltosos aprontariam. Se bem acolhidos não eram maus. Se resistidos ou enganados eram malvados (Ramos, 2004, p. 22)

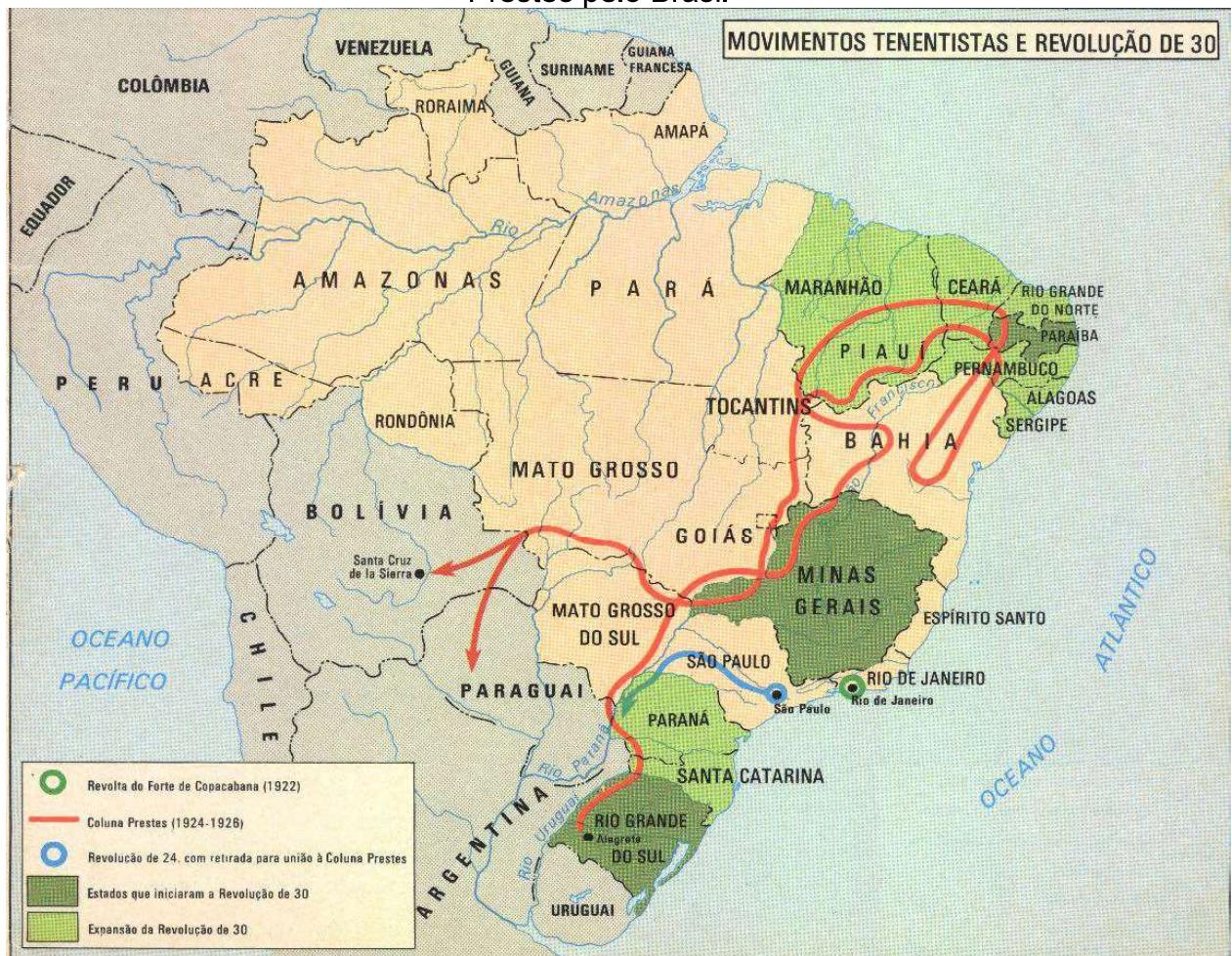
A desproporcionalidade numérica de combatentes e de defensores, a inferioridade bélica dos locais e a cooperação de José Marcos Evangelista, o Mestre

Marcos, foram fatores decisivos para o fracasso dos moradores na tentativa de defesa do povoado.

No mapa a seguir, denominado Movimentos Tenentistas e a Revolução de 30, vê-se nitidamente como a posição geográfica de Barra do Bugres, associada a outros fatores, a proximidade da Bolívia, a navegabilidade nas águas do encontro do Rio Paraguai e do Rio Bugre, possivelmente podem ter sido os principais motivos para que a então Paróquia de Barra do Rio do Bugres se tornasse parte da rota de passagem da Coluna Prestes em 1926.

Na figura 6 a seguir, é possível observar a rota da Coluna de 1924 a 1926 pelo interior do Brasil saindo do Sul e percorrendo o Norte, Nordeste e Centro-oeste, até a busca do exílio no final de 1926, quando sai do país em direção à Bolívia.

Figura 6: Movimentos Tenentistas e a Revolução de 30: a passagem da Coluna Prestes pelo Brasil



(Kronn, Silvano, Vanini, 2008) Fonte: <http://colunaprestes.blogspot.com/>.

O mapa traz em destaque, na cor verde escuro, os estados onde aconteceram movimentos que culminaram na Revolução de 1930, e que deram início a marcha revolucionária, e em verde claro os estados que ajudaram na expansão da Revolução. A ilustração do mapa data de 2008, e por isso é perceptível a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que ocorreu posteriormente à Coluna, em 11 de outubro de 1977, como também o Distrito Federal, criado em abril de 1960.

A construção de uma ‘visão antipatriótica’, supostamente causada pela ‘esquerda sanguinolenta’ se utiliza, de forma equivocada, da figura de Luiz Carlos Prestes e sua filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que só ocorreu em 1934, como sustentáculo do discurso inflamado da extrema direita e que vem ganhando força nos últimos anos, contra quaisquer posicionamentos progressistas ou de esquerda.

Nas memórias da região, é comum encontrar termos como ‘massacre’, ‘comunistas’, ‘inimigo’, em contraposição a ‘heróis’, ‘patriotas’, ‘defensores’, ‘mártires’, em decorrência de uma nítida tentativa de delinear a ideia sobre como agia o grupo, seus interesses e ‘práticas escusas’, tanto no Povoado de Barra do Rio dos Bugres, quanto em São Luiz de Cáceres

Figura 7 - Notícia em Blog sobre a Coluna Prestes em Barra do Bugres



[Home](#)
[Cultura](#)
[Curtas](#)
[Economia](#)
[Editorial](#)
[Esporte](#)
[Geral](#)
[Internacional](#)
[Opinião](#)

[Home](#) > [MEMÓRIA – Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres](#)

MEMÓRIA – Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres

Última atualização 23 jan, 2023
MANCHETE
NACIONAL

EDUARDO GOMES
 @andradeeduardogomes
 eduardogomes.ega@gmail.com
 Facebook: Eduardo Gomes Andrade
 Sigam Eduardo Gomes Andrade no Instagram

Município precursor no Centro-Oeste da produção de cana-de-açúcar no contexto do Proálcool nos anos 1980, Barra passou a destilar álcool, produzir açúcar e gerar energia com o bagaço de cana. Pioneirismo é uma de suas marcas, pois há 200 anos sua economia exportava *ipecacuanha*, a famosa poaia, pelas águas

do rio Paraguai. Polo do agronegócio e centro universitário com uma Universidade – o campus da **Unemat** – voltada inteiramente para a formação indígena, Barra é um dos principais municípios mato-grossense. Sua história é marcada por um massacre por parte de comunistas da **Coluna Prestes**. Saibam mais no texto abaixo:

Comunistas executam indefesos moradores



Ao lado do rio Paraguai, na Barra, um memorial não deixa apagar a passagem da Coluna Prestes

Os moradores nada puderam fazer diante da **Coluna Prestes** com seus homens portando fuzis, granadas, pistolas e metralhadoras. Enlutada e em prantos a população de **Barra do Bugres** sepultou seus 15 filhos homens assassinados pelos seguidores de **Luiz Carlos**

Prestes – o ex-tenente do Exército e líder comunista da Coluna que levava seu nome.

Além de sepultar os mortos a população de Barra do Bugres ainda curou os ferimentos de muitos de seus filhos. Como se não bastasse, os moradores passaram muitos anos amparando as moças e mulheres que foram estupradas em praça pública pelos comunistas.

Barra do Bugres chorou sua gente morta, estuprada e pisoteada pelos comunistas de Luiz Carlos Prestes.

Os guerrilheiros de **Luiz Carlos Prestes** chegaram à então vila em 20 de novembro de 1926. Depois das execuções e de outros crimes bárbaros, esse grupo cruzou o rio Paraguai. A **Coluna Prestes** levou um pedaço da alma de Barra do Bugres.

Os comunistas avançaram para a Bolívia – onde se exilaram – pouco mais de 200 quilômetros distante daquele lugar. Seguiram viagem montando em animais tomados à força dos moradores, não sem antes sacrificarem a tropa que utilizaram até ali, para que estes animais não fossem utilizados em sua perseguição.

Contra Luiz Carlos Prestes e seus sanguinários seguidores o município de Barra do Bugres ergueu à margem direita do rio Paraguai, em sua área urbana, um monumento aos seus 15 filhos assassinados.

A obra de arte que mostra a indignação de Barra do Bugres foi inaugurada em 20 de novembro de 1995. É **memorial de alerta contra o endeusamento do sanguinário Luiz Carlos Prestes**.

A figura em destaque é a cópia de uma página da *internet* que traz o título de uma publicação no “Blog do Eduardo Gomes” no ano de 2018. O título chamativo em letras maiúsculas remete a um fato histórico, e o autor exibe a palavra “MEMÓRIA”

para se referir a uma parte da história de Barra do Bugres. Na continuação da chamada, o autor relata que a “Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres” e, logo em seguida, no subtítulo, se lê “Comunistas executam indefesos moradores”.

Esta imagem, relacionada à publicação recente de um *blog* de grande repercussão no estado do Mato Grosso, indica a construção de uma narrativa que demonstra, sem nenhum rigor ou cuidado histórico com eventos, acontecimentos e datas, a incompreensão, o desconhecimento e a desqualificação da passagem da Coluna Prestes no Mato Grosso, se utilizando do recurso das perigosas *fake news*.

A escolha intencional de negar, inclusive, fatos históricos que contrariam a notícia, reverbera atualmente através de uma afirmação muitas vezes legitimada pelos veículos midiáticos, a exemplo de jornais e outras publicações, que reforçam o alinhamento de parte da população do estado a uma política pautada nos ideais da direita conservadora, decorrente do processo socioeconômico mato-grossense, que se deu pelo fortalecimento do agronegócio e pela expansão dos latifúndios.

Entretanto, conforme descrito em seção específica sobre o tema, a Coluna Prestes¹⁹ foi muito além de uma simples revolta. Os historiadores caracterizam o movimento, integrado por jovens tenentes do Exército Brasileiro e liderado por Luís Carlos Prestes, como sendo uma ação que percorreu o interior do Brasil entre 1925 e 1927 denunciando os desmandos do governo do então presidente da República, Artur Bernardes, e propondo reformas sociais e políticas que minorassem a realidade do país, comandado na Primeira República por coronéis e oligarcas.

Ao longo dos quase 30 mil quilômetros percorridos, a Coluna enfrentou ameaças por parte desses mandatários, mas teve também grande auxílio de populares que apoiavam suas causas, que defendiam importantes reformas sociais e políticas. Contudo, os mais de dois anos de marcha da Coluna fizeram com que seus membros a abandonassem, alegando desgastes de toda ordem, como também o fim do governo Artur Bernardes.

Assim, em fevereiro de 1927, os integrantes depuseram suas armas e partiram para o exílio na Bolívia. Após este desfecho, Luís Carlos Prestes, chamado pelo povo brasileiro de ‘Cavaleiro da Esperança’, no exílio teve contato e se aproximou do pensamento comunista, após conviver com lideranças desse matiz ideológico de

¹⁹ Fonte: Mundo Educação (BLOG). Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/coluna-prestes>

grande expressão no mundo. Ao retornar ao Brasil em 1930, reforçou sua importância nacionalmente, se tornando, a partir dessa época, o principal nome do comunismo no país.

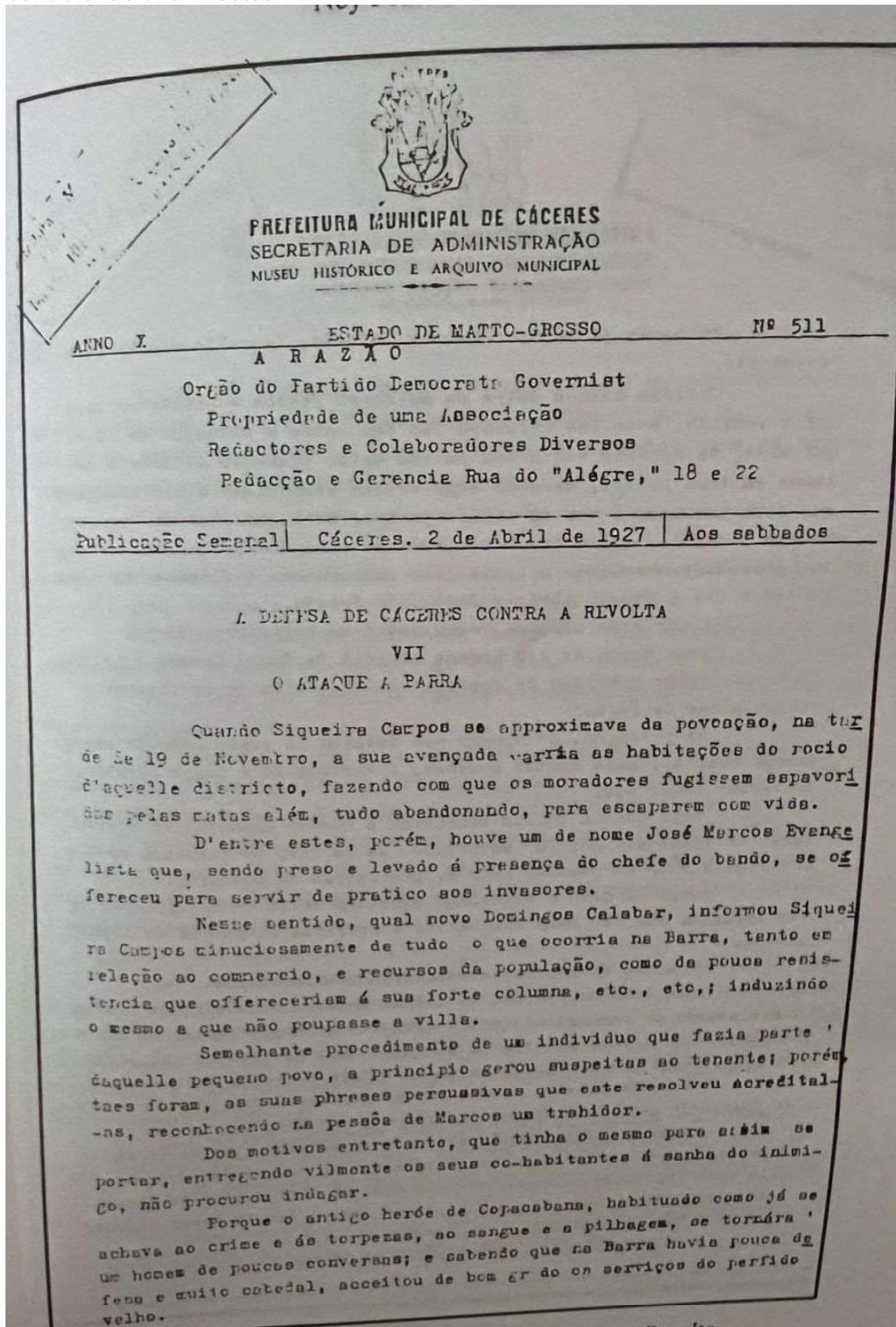
Em uma análise do texto publicado no *Blog*, é perceptível a utilização recorrente de palavras depreciativas sobre a Coluna e, em especial, a repetição do termo ‘comunista’ e ‘comunismo’, numa óbvia associação a algumas formas de violências como assassinatos, estupros, roubos e outros crimes. Ignora-se, como uma escolha discursiva, principalmente o fato de que a Coluna não tinha na ocasião qualquer vinculação ao espectro político-ideológico comunista, tendo em vista que a aproximação de Prestes com o comunismo somente ocorreu após a sua partida para o exílio.

Desse modo, a generalização que foi se legitimando e a perpetuação da suposta violência exacerbada como sendo o único modo de agir da Coluna, ignora completamente a existência de um desejo de mudança na estrutura de poder do país naquele momento, visando à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Ademais, silencia-se também sobre a existência de monumentos que reconhecem o valor histórico e a importância da Coluna e homenageiam, ressaltam e celebram a sua passagem por diversos lugares, inclusive na região, tais como o Monumento 18 do Forte, localizado na Praça dos Girassóis, e Memorial Coluna Prestes, o Cavaleiro da Luz, em Palmas, no estado do Tocantins, além do Monumento à Coluna Prestes em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Na figura 8, em cinco *fac-símiles* dispostos a seguir, são apresentados alguns dos documentos oficiais que trazem registros locais de Barra do Bugres e de Cáceres narrando a passagem da Coluna Prestes pela região.

Figura 8 - Publicação de 1927 no Jornal “A Razão” sobre a defesa de Cáceres contra a Coluna Prestes



A Saga de uma Família



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUSEU HISTÓRICO E ARQUIVO MUNICIPAL

Faltando já só descobrir o povoado, fez alto ensaiando a campamento.

Ouvindo Marcos sobre os melhores pontos a enveredar para dar o assalto, este lhe informou tão bem sobre a situação do lugar que elle, de acordo com o seu estado maior planejou dividir a colunna em tres partes, devendo duas destas atravessar o rio Paraguai, que dava passagem á vau em vários pontos, no lugar chamado Taquaral, abaixo da villa, e d'ahi subindo tomasse cada uma posição a traz des ta, para surprehenderem a gente pela rectaguarda e flancos, ao mesmo tempo que o grosso abriria fogo pela frente.

E por essa maneira foram dadas as primeiras ordens.

Eram cerca de 140 homens armados de fuzil Mauser e metralhadores, todos providos de copiosa munição, além de rewolveres e outras armas de fogo.

Na povoação, os homens que estavam de promptidão no improvisado quartel, para conter o sono, divirtiam-se a jogar baralho, conversar fumar etc.

Logo que os gallos começaram a cantar annunciando o alvorecer do fatal dia 20, o estampido de um tiro de carabina se fez ouvir pelo lado do poente, isto é, por detrás da povoação.

Rápidos como o relâmpago aquelles valentes martyres do de ver lançaram mão das suas Winchester e correram ao postos de trincheira.

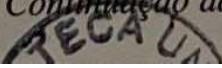
E a voz do seu chefe esperaram resolutamente.

Não sabendo, porém, de qual lado estavam os atacantes começaram a atirar na frente; mas estes disparos nenhum efeito produziam tanto pela distancia interposta entre as duas margens do rio, como porque o terço que alli operava se occultava na matta da barranca.

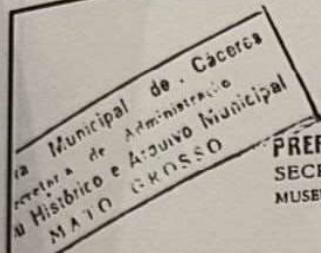
Repentinamente, porém, foram surprehendidos por uma cerrada fuzilaria que vinha da rectaguarda e pelos flancos.

Comprehendendo então que estavam sitiados por força muito maiores, resolveram vender cara a vida e, por sua vez sobreexcitados pela mais impetuosa coragem, abrirem nutrido fogo contra os miseráveis assaltantes, que chegaram a recuar ante o denodo desse punhado de bravos que defendiam a lei e a ordem.

Algumas baixas entre aquelles já iam aparecendo.



Ney Felix de Macedo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUSEU HISTÓRICO E ARQUIVO MUNICIPAL



A voz, no entanto, do seu commandante, o celebrisado ex-sargento da Marinha Nacional, Souza Brasil, de funcionaram as metralhadoras, os refez novamente, e accometteram os sitiados, que já tinham esgotadas as poucas munições que receberam.

Assim desordenados, e continuando a ser espingardeados, já não havia como resistir, alguns fugiram do terreno da luta. Outros, porém, dominados pela exaltação de animo, permaneceram dispostos a emregar a arma branca e a própria carabina como cacete.

A vista disso, os atacantes redearam esses destimidos e os assassinaram á tiro de queima roupa, com toda infamia e covardia.

Foi então que Siqueira Campos atravessando o rio, chegou ao lugar da chacina, dos pobres barrenses.

Já era dia, e por essa claridade elle, o réu de múltiplos crimes, não se corou vendo tanto sangue patrício derramado, e tantos corpos inanimados de inocentes victimas da sua crueldade.

Mas o homem perdido é como o embriagado que não delitara e que tem o cerebro intorpecido pela evaporação do alcool, os ouvidos a rrolhados pelo estado de morbidez e os olhos ensombrados pela volatilização de forte substancia.

.....

Em seguimento á dolorosa scena de sangue e de opprobrio que mais uma vez mancharam indelevelmente a dextra do degenerado paulista os seus soldados, qual bando de cães, desatrelados e famélicos, espalham-se pelas viellas da povoação, arrombando as portas das casas de commercio, e das repartições officiaes, saquean do e quebrando o que não podiam carregar.

Por ultimo, lançaram fogo as casas da estação telegraphica e de negócio dos Srs. Miguel José Ourives e Filhos, Octávio Gomes de Castro e José Lauriano Corrêa, um dos que haviam succumbido na entega.

Prenderam e maltrataram barbaramente os poucos q' restavam com vida, possuidos de uma ferocidade sem limites.

A Saga de uma Família

Cultura Municipal de Cáceres
Secretaria de Administração
Museu Histórico e Arquivo Municipal
MATO GROSSO



PREFECTURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUSEU HISTÓRICO E ARQUIVO MUNICIPAL

Nas guerras internacionais explica-se essa ferocidade gerada por medida de prevenção.

Mas, no próprio país, onde nem a guerra civil foi pronunciada com participação dos elementos partidários, o procedimento desses homens vocacionados pela insubordinação militar não tem qualificativo apropriado.

O público sensato é imparcial que os julgue.

Uma vez saciada a fúria, da qual nem escapou a bandeira nacional da estação telegraphida e que foi reduzida a pedaços pelos malfeitos, estes depois de certa estadia no lugar do sinistro, regressaram apresadamente pela mesma estrada, tomando o rumo desta cidade.

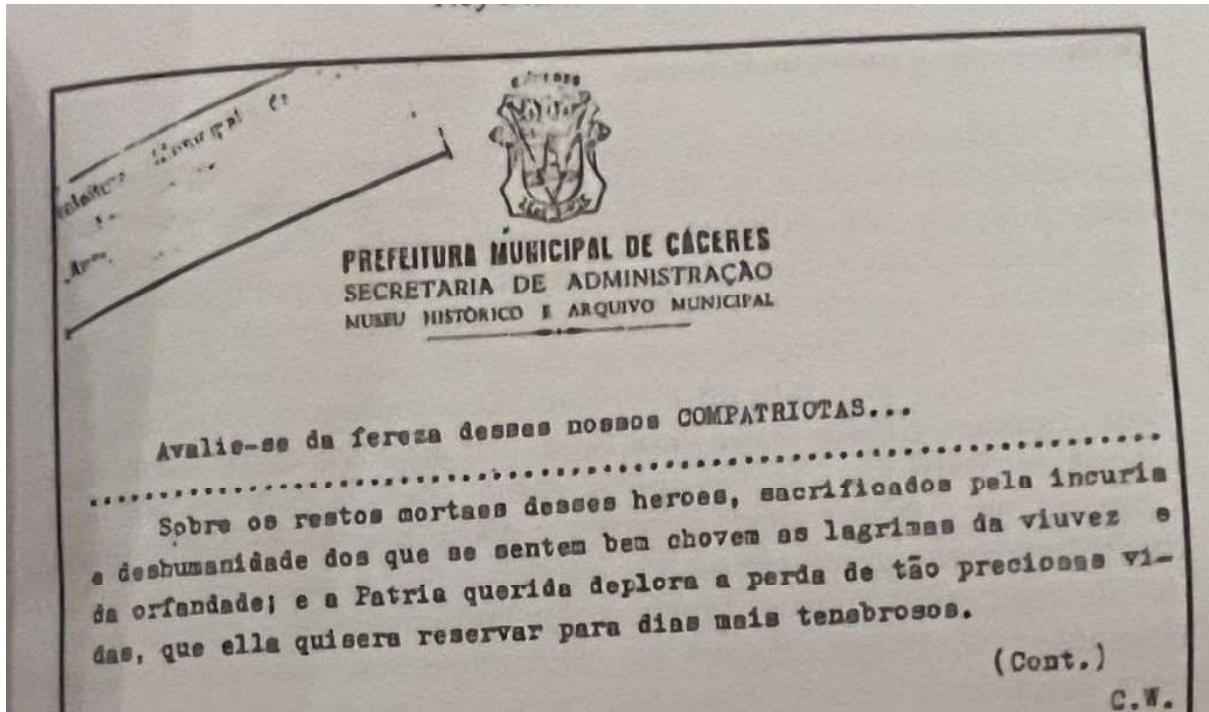
Atiraram ao rio três cadáveres dos seus que haviam caído no tiroteio e levaram dois gravemente feridos, um dos quais veio a falecer no sítio de Estrela.

Merece que fiquem registrados, ad perpetuam rei memoriam, os nomes de todos os bravos que tomaram parte nessa desigualíssima peleja, para renome da classe civil, na qual tão reduzido número de mal armados e sem instrução militar nem prática de manobras, combateram valentemente uma onda de aguerridos, armados até os dentes e dirigidos por officiais de linha, tendo à frente o afamado Siqueira Campos.

São elles: (17)

Manoel Ourives (subdelegado), Gabriel Parába, Crescencio P. Mendes, Pedro José, Marcellino V. de Pinho, Henrique de tal, Pedro Ourives, Aristides Neves, Eliezer Arantes; (que escaparam após haver acabado as munições); José Laureano Corrêa, Marcelino Carneiro, Valentim Ferreira, João P. Mendes, Francisco Baio, Cezario de Moraes, Antônio Leme e Antônio Maria (que foram fuzilados (7) covardemente pelos vencedores depois de se haverem rendidos ...), sendo Cesario de Moraes o único morto em consequência dos ferimentos recebidos no combate.

Além daquelas sete, os revoltosos mataram a tiros João Ozório, um pobre escravo que indiferentemente assistiu a carnificina dos legalistas.



As imagens acima tratam-se de uma publicação do dia 27 de abril de 1927, cinco meses após o ocorrido, no Jornal A Razão, órgão do Partido Democrata Governista, cujos originais se encontram no Museu Histórico e Arquivo Municipal pertencentes a Prefeitura de Cáceres. As reproduções dispostas nesta dissertação foram tiradas do livro “Últimos combates da Coluna Prestes – A saga de uma família” de 2004, de autoria de Ney Félix de Macedo.

O jornal retrata com riqueza de detalhes como se desencadeou a guerrilha entre os membros da Coluna Prestes e o diminuto número de defensores da vila que estavam de prontidão para o embate. O modo como a façanha é narrada, leva o leitor a entender que o fatídico ocorrido se deu mediante a “facilidade” com que a vila foi apresentada por intermédio de José Marcos Evangelista que, posteriormente, veio a ser conhecido como traidor, e até mesmo um facilitador para que ocorressem saques e demais apropriações, resultando no combate fatal para alguns moradores da vila.

O documento é reconhecidamente uma fonte histórica que retrata a passagem da Coluna; porém toda análise feita deve ser contextualizada, não podendo tal ato ser associado de maneira generalizada a uma conduta predominantemente maléfica para a sociedade, reproduzindo e reafirmando, quase cem anos depois, que “comunistas, a exemplo dos que por aqui passaram”, matam vidas inocentes.

O valor histórico da análise documental em sala de aula se situa em analisar, comparar e criticar os documentos históricos, entendendo o contexto, as motivações

e a sociedade na qual tal fato foi constituído, para que desse modo, a narrativa histórica não caia nas armadilhas das análises simplistas, triunfalistas em que o cerne do debate consiste em personificar heróis que endossem esse discurso.

Assim, os alunos compreendem que, tal qual um caleidoscópio, um evento histórico pode assumir diferentes significados em diferentes ou até, no mesmo lugar, a depender da intencionalidade com a qual esse evento foi apropriado e como ele se materializa na narrativa em forma de texto. O mesmo evento histórico pode, do ponto de vista das instituições governamentais assumir um teor nocivo, e para as populações menos privilegiadas ser algo que traga possibilidade de mudanças, uma esperança.

Com isso, percebemos como o mesmo evento histórico possui representações diferentes priorizando sempre o ponto de vista de quem escreve e seus interesses por trás disso. De um lado, em Barra do Bugres no Mato Grosso, a marcha da Coluna Prestes é representado como um cataclismo que deixou marcas na população da primeira metade do século XX da vila, que por desconhecimento, se preparou para lutar contra um inimigo que não era seu. Por outro lado, em cidades como Palmas -TO e Santo Angelo -RS, o mesmo movimento é homenageado com ares de benfeiteiros nacionais e combatentes da oligarquia, ilustrando bem que predomina a história conforme predomina o interesse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar as possibilidades do ensino de História Local é, a priori, um importante ponto de partida para a construção de novas estratégias de ensino-aprendizagem que possam vir a contribuir para a formação de sujeitos que, conhecendo suas raízes e sua própria história, das suas comunidades e do seu entorno, sejam capazes de realizar análises críticas sobre temas que permeiam sua vida em sociedade, mas também de valorizar as suas origens, visando a sobrevivência de seus símbolos, suas referências coletivas e seus costumes, essenciais para a preservação da cultura e, especialmente, das memórias locais.

Considerando o arcabouço legal da educação no Ensino Fundamental, em nível nacional, estadual e municipal, e de acordo com as legislações, resoluções e normativas, são indicadas as possibilidades ofertadas aos sujeitos público-alvo desta pesquisa, do ensino da História Local, vinculadas a uma proposta pedagógica voltada para a construção do conhecimento e da consciência histórica do alunado, com base em temas que se interrelacionam com o cotidiano dos mesmos.

Ainda, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, relativo à utilização, como objeto de estudo, do ensino de História Local a partir da análise de um determinado fato histórico - a passagem da Coluna Prestes em 1926 e as marcas por ela deixadas em Barra do Bugres, no Mato Grosso -, bem como a análise de que maneira aquele evento serve ainda hoje para legitimar um discurso enviesado, no que se refere aos movimentos de esquerda, visando a marginalizá-los até os dias atuais, o evento em questão, situado em um determinado contexto histórico, espacial e temporal, revela a importância de trazer a história local para a prática docente cotidiana.

Dessa forma, abre-se ao discente a possibilidade de ampliar o conhecimento e a análise crítica de fontes, a exemplo de narrativas, documentos e monumentos históricos que compõem o lugar ao qual pertencem, permitindo que se reconheçam enquanto sujeitos históricos e possam relacionar os acontecimentos do passado à construção de um conhecimento histórico ampliado. Assim, a pesquisa visa contribuir para o campo educacional, destacando a importância do uso de fontes no ensino de História na Educação Básica, ao realizar uma ação prática a partir da ampliação do

conhecimento sobre a passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres em 1926 e as consequências históricas daquele evento.

A metodologia adotada se utilizou da análise do monumento aos heróis defensores de Barra do Bugres, textos e livros de memorialistas locais, incorporando o trabalho com fontes históricas em sala de aula para promover a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento histórico. Assim, na perspectiva apontada, a contribuição da História Local no processo de ensino-aprendizagem na disciplina História para a formação dos discentes do 9º. ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Barra do Bugres, ficou evidente a relevância de os docentes oferecerem aos alunos conteúdos que tenham relação com a sua realidade e seu cotidiano.

Contudo, a experiência vivenciada por esta pesquisadora demonstra que há vários desafios pedagógicos para trabalhar os conteúdos relacionados à História Local, tendo em vista a necessidade de se criar o próprio material didático, considerando a ausência de materiais produzidos pelas secretarias estadual e municipal de educação. O docente precisa criar sua própria metodologia e estratégias, mesmo havendo a previsão de oferta dos materiais nas legislações educacionais.

Portanto, há uma necessidade de investimento de órgãos governamentais em estratégias educativas e apoio pedagógico em relação aos conteúdos a serem trabalhados, que norteiem e auxiliem os docentes na sua prática. Assim, atendendo a mais um objetivo específico da pesquisa, de realizar reflexões e análises sobre a utilização de documentos no ensino de História junto a alunos da Educação Básica, buscou-se desenvolver estratégias para que os professores superassem as limitações dos livros didáticos, sem, no entanto, pretender substituir esse material.

Há, ainda, a necessidade de investimento em formação para os professores de História, incorporando as estratégias referentes aos conteúdos relacionados ao ensino de História Local. Essas ações formativas dos docentes devem se dar no sentido de aprimorar o papel do professor, valorizando e ressignificando a sua prática pedagógica, o que certamente implicará na melhoria da formação, também, dos alunos envolvidos no processo.

Desse modo, o ensino-aprendizagem da história global e/ou de uma comunidade local não é apenas um mero ato de relatar eventos passados, mas também de resgatar valores morais e culturais que trazem informações

significativas tanto para a comunidade quanto para a própria formação da identidade do sujeito.

A proposta enfrenta desafios comuns, como o desinteresse de alguns alunos e questionamentos sobre a relevância do estudo histórico. Entretanto, acredita-se que a abordagem centrada no trabalho com fontes contribuirá significativamente para a formação crítica dos estudantes, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos históricos, a exemplo dos que moldaram a região de Barra do Bugres. Ao promover a participação ativa dos alunos, a pesquisa busca instigar o interesse pelo estudo da história, transformando-o em uma experiência enriquecedora e significativa.

Por fim, é importante que outras experiências sejam realizadas e sejam feitas outras pesquisas sobre a existência e os resultados de iniciativas semelhantes, a fim de se criar um arcabouço conceitual e teórico que possa ampliar a abrangência de ações como esta, que tragam as possibilidades de novas reflexões sobre propostas curriculares para o ensino da História, tanto em relação à formação de professores quanto dos alunos, a partir do conhecimento da realidade local, do patrimônio histórico e cultural, bem como da preservação dos locais de memória.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes. FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Coord.). **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p.107-112.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONCALVES, Marcia de Almeida *et alii*. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.p.21-39.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUDA, Adson. **Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século xx (1900-1930)**. Cuiabá - 2002

BASTOS, Viviane Pereira Dourado. Casa Herculano Borges, Barra do Bugres – MT. **O valor do espaço museológico na área da educação**, 2020. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/serex/article/view/14625/11582>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

BARROS, José D'Assunção. **Rupturas entre o presente e o passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt**, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/2374>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e Métodos**, 2 ed. São Paulo: Cortez: 2018.

BAQUERO, M.; BERNARDI, A. J. B. Juventude e cultura política na era da pós-verdade - Avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake News e política. **Conexão Política**, v. 10, n.1, jan./jun. -2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “As Tradições Nacionais” e o ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2001. pp.43-72.

BORGES, Elisabeth M. de Fátima. A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica. **Revista do Mestrado em História**, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., 2010

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 mai. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CAMPOS, C. R. De; GODOY, M. A. B. **Relações Interpessoais:** um desafio para o gestor escolar. XI Congresso Nacional de Educação/ EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, set. 2013.

CARDOSO, P. H.M; XAVIER, G. L. **O projeto de ocupação do território da região Brasil Central:** da FBC a SUDECO. In: IV Congresso de ensino pesquisa e extensão da UEG. Universidade Estadual de Goiás - Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas. Anápolis – GO.

CASAGRANDE, A; ALONSO, K. Princípios partilhados nas mudanças empreendidas no ensino médio em São Paulo e Mato Grosso. **Revista de Educação Pública,** Cuiabá: UFMT; v. 28, n. 69, p. 583-599, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v28i69>. Acesso em: 05 maio 2024.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COELHO, Erica Andreza. **A relação entre Museu e Escola.** Estágio Curricular Supervisionado e Produção Acadêmica no Ensino Médio, do Curso de História, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UE Lorena, 2009. Disponível em http://www.lo.unisal.br/nova/estagio/arquivos/producao_academica_erica.pdf, acesso em 23 fev. 2024.

CURY, C. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc., Campinas: Unicamp;** v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400012>. Acesso em: 05 maio 2024

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular:** dilemas e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BARRA DO BUGRES. **Documento de Referência Curricular.** SMEC, 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista.** 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

FACCIONI, Mara Cristina de. **Museu de História para Barra do Bugres-MT:** Proposta de implantação de museu na cidade de Barra do Bugres. 106f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres-MT. 2011.

FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889 – 1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Oliveira, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FIGUEIRA, C. R.; MIRANDA, L. L. **Educação Patrimonial no ensino de História dos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FONSECA, S. G. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral. Rio Grande do Sul**, v.9, n.1, p. 125-141, jun. 2006.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

GOMES, Roger W. **Ciência e Natura**. Por uma educação ambiental crítica/emancipatória: dialogando com alunos de uma escola privada no município de Rio Grande/RS. Santa Maria, v. 36, n. 3, set-dez. 2014, p. 430–440.

GUISARD, L.A. de M. O bugre: um João-Ninguém. Estudo sobre exclusão social em Cáceres – MT. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **História da Barra do Bugres, Mato Grosso**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-bugres/historico>. Acesso em: 03 mai. 2024

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90, Porto Alegre**, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

Lazzari, Ivan Ribeiro. Migração, diversidade cultural e histórias de vida de professores em Barra do Bugres/MT./ Ivan Ribeiro Lazzari. UNOESC, 2017.

LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-553. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

LIMA, Elvira de Souza. Currículo e desenvolvimento humano. In: MOREIRA, Antônio Flávio; ARROYO, Miguel. **Indagações sobre o currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros**: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Campinas, SP: [s. n.], 2004.

LIMA, F. G. de.; CASAGRANDE, A. L.; SILVA, D. G. da. O novo Ensino Médio e BNCC: o estado de Mato Grosso em foco. **Olhar de Professor**, [S. I.], v. 25, p. 1–25,

2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20331.049. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20331>. Acesso em: 9 maio. 2024.

MACEDO, Ney Félix de. **Últimos combates da Coluna Prestes**. Campinas, SP. Pontes Editores, Cáceres, MT, Unemat Editora, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas: 2011.

MARTINS, E.R.; OLIVEIRA, E.O. Conservação da ipecacuanha (Psychotria ipecacuanha Standl.): estratégias de localização e etnobotânica. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v.7, n.1, p.6-10, 2004.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**. Cuiabá, 2018.

MATTOZZI, I. A História ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva? **Revista Estudo da História**. Associação dos Professores de História (APH), n.3, out. 1998. Dossiê: O Ensino de História: problemas da didática e do saber histórico.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12, 1993.

MORAES, Cleonice Aparecida de. **Histórias e trajetórias um estudo sobre o cotidiano dos poaieiro em Barra do Bugres (1930 –1960)**, (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

OLIVEIRA, C. E. O universo da poaia e seu patrimônio cultural: marcas do tempo de Rondon e da Coluna Prestes. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Estrada móvel. fronteiras incertas**: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926). Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

ORIÁ, Ricardo. **História e Educação em Direitos Humanos**. In: O Saber Histórico em Sala de aula. Circe Bittencourt (org). 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEREIRA NETO, André de Faria. O uso de documentos escritos no ensino de história: premissas e bases para uma didática construtivista. **História & Ensino**, Londrina, v. 7, p. 147-165, out. 2001.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PORTAL MATO GROSSO. **Coluna Prestes em Barra do Bugres**. 2020. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/coluna-prestes-em-barra-do-bugres/> Acesso em: 22 fev. 2024.

RAMOS, Jovino. **Barra do Bugres**: história, folclore, curiosidades. Cuiabá: Gráfica Ataláia, 1992.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do social. In: Revel, Jacques. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, L. C. M., GONÇALVES, A. S. **Territorialidades e identidades capixabas**: guia para estudos transversais em História do Espírito Santo – Dados eletrônicos. – 1. ed. – Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. In: Schmit, Maria Auxiliadora, Barca, Isabel, Martins, Estevão de Rezende (Org.). Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

SENRA E SILVA, Jane Ferreira. **A identidade tradicional mato-grossense expressa no siriri cururu e São Gonçalo**: uma intersubjetividade cultural e seu devir. Cáceres/MT: UNEMAT, 2012.

SILVA, Janaína Regiane. **Jovino Ramos**: criador da Bandeira de Barra do Bugres. Entrevista para a União das Faculdades do Médio Norte – Unicen, Tangará da Serra, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3^a ed. REIMP – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Angélica Gonçalves de. **Cultivo da poaia na região do assentamento Antônio Conselheiro: buscando na história uma opção atual de agricultura**. Planaltina, DF, 2013.

SOUZA, Fernando dos Anjos. **Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX**. Dourados: UFGD, 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo/RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

TEIXEIRA, Eduardo P. **A Coluna Prestes vista por O Paiz e O Correio Da Manhã (1924 - 1927)**. Brasília, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, José Ítalo Bezerra. História Local. **Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA**. Sobral, 2016.

VITOR, A. G.; SANTOS, J. R. Q. **A coluna Prestes: disputas em torno da memória e do patrimônio.** V!RUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus16/?sec=4&item=8&lang=pt>. Acesso em: 20 Ago. 2023.



USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL



WYLLIANE ESTELAIDE PAIXÃO DE SANTANA
ORIENTADOR: DR CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA

TABELA DE FIGURAS

FESTIVIDADE UMUTINA.....FIG.01

MONUMENTO AOS HERÓIS
DEFENSORES.....FIG.02

COMUNIDADE QUILOMBOLA.....FIG.03

IGREJINHA DE SANTA CRUZ.....FIG.04

ENCONTRO DOS RIOS BUGRES E
PARAGUAI.....FIG.05

POAIA.....FIG.06

APRESENTAÇÃO

CARA (O) DOCENTE,

Este guia pedagógico é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “Coluna Prestes em Barra do Bugres: usos do patrimônio histórico - cultural no ensino de história local”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres-MT, sob orientação do Professor Doutor Carlos Edinei de Oliveira e com financiamento da CAPES.

O objetivo deste guia educacional é contribuir com a prática docente por meio de propostas de ações pedagógicas com metodologias centradas no protagonismo do estudante nas turmas do 9.º ano do Ensino Fundamental, 1^a, 2^a e 3^a série do Ensino Médio.

Com o uso do guia, o professor poderá trabalhar em suas turmas conceitos históricos como Patrimônio histórico - cultural, História local, além de analisar fontes históricas diversas, transformando o processo de ensino - aprendizagem em um momento fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica, no caso da cidade de Barra do Bugres, por meio do estudo da passagem da Coluna Prestes e da História Local. Porém, este guia de trabalho pode ser adaptado para o trabalho com fontes da história local que melhor atender o docente e sua turma.

Bom trabalho!

Habilidades da BNCC E DRC-MT



01

EF09HI01

EF09HI01 consiste em: Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.

02

(EF09HI02)

Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

03

(EF09HI09)

Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Aulas 1 e 2:

PARA INICIAR O DEBATE COM OS ALUNOS, É PRECISO CONCEITUAR:



- O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO -CULTURAL?
- QUAIS PATRIMÔNIOS EXISTEM NA SUA CIDADE?

Debata com seus alunos anotando as principais respostas no quadro ou em uma nuvem de palavras online, no site gratuito “Mentimeter”.

Professor, navegue com seus alunos nos sites abaixo e peça para eles fazerem anotações sobre o suas descobertas a respeito do significado de Patrimônio.

SUGESTÃO DE SITES PARA ENTENDER MAIS SOBRE OS CONCEITOS QUE FORAM DEBATIDOS:

- <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>
- http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf
- <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/07/21/arra-do-bugres-natureza-historia-e-cultura/>

Aulas 3 e 4:

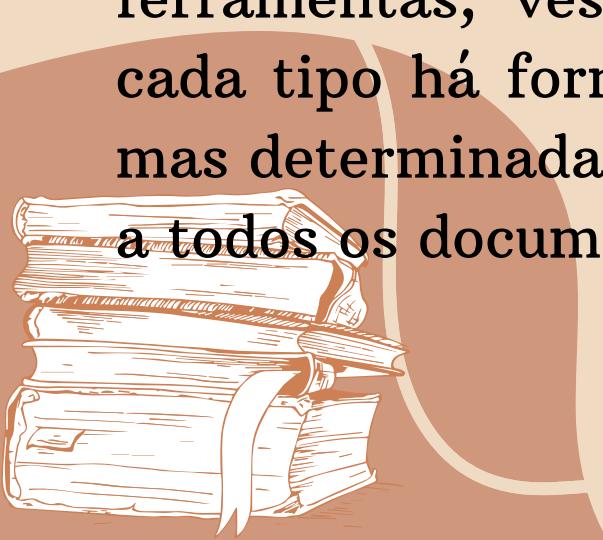
O CONCEITO DE FONTE HISTÓRICA

É importante que o aluno perceba a relação que existe entre esses vestígios deixados em forma de monumentos, textos, oralidade, arquitetura, dentre outros, com a história da cidade, de que maneira ela foi construída, preservada e escrita e, principalmente a finalidade e os usos que são feitos desses vestígios no tempo presente.



O CONCEITO DE FONTE HISTÓRICA

Praticamente toda produção humana pode ser indagada como fonte: documentos textuais, manuscritos e impressos (livros, jornais, revistas, cartas, processos criminais, registros paroquiais, diários, testamentos), documentos sonoros (discursos, músicas, canções, entrevistas gravadas em áudio), imagens (cartazes, pinturas, desenhos, fotografias, cartões-postais, charges, histórias em quadrinho, mapas, gráficos, anúncios impressos), documentos audiovisuais (filmes, programas de televisão, entrevistas filmadas, anúncios em vídeo, videoclipes), achados arqueológicos, edificações, objetos, esculturas, ferramentas, vestimentas, utensílios etc. Para cada tipo há formas específicas de abordagem, mas determinadas perguntas precisam ser feitas a todos os documentos. (Alberti, 2019, p. 108)



SOBRE A INTENCIONALIDADE DAS FONTES

Partindo da reflexão junto aos alunos sobre a intenção das fontes que reverberam mesmo tempos após sua produção e quais os usos que se faz delas, é possível que o aluno comprehenda que a História que é contada acerca do local, também é fruto de uma produção humana, não é neutra, tampouco estática.

Assim, posterior às novas concepções empenhadas pela Escola dos Annales, a noção do termo documento é ampliada, passando por uma revolução documental quantitativa e qualitativa, “compreendendo também o documento como um produto da sociedade que o forjou, devendo então ser questionado e investigado em suas origens e intencionalidades” (Le Goff, 1990, p. 470).



ALGUNS PATRIMÔNIOS HISTÓRICO-CULTURAIS PRESENTES EM BARRA DO BUGRES

FIG. 01



FIG. 02



FIG. 03



BLOG DO EDUARDO GOMES,
2022.

FIG. 04

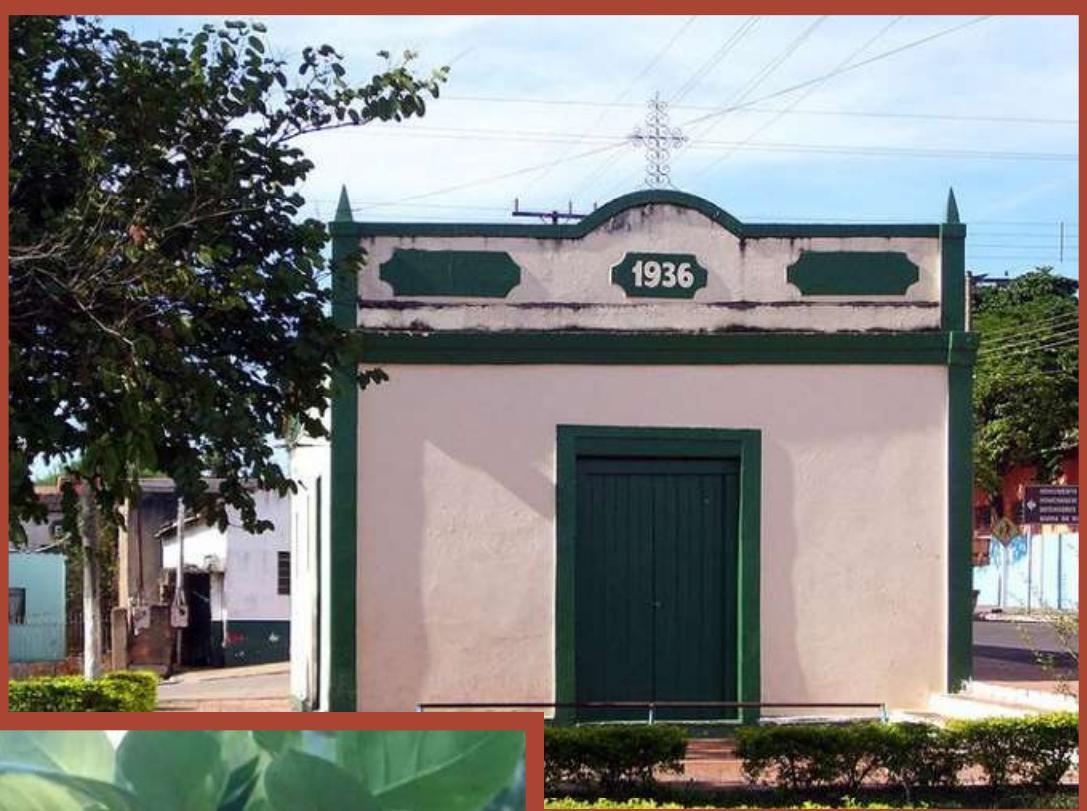


Imagen: Mateus Hidalgo

FIG. 05



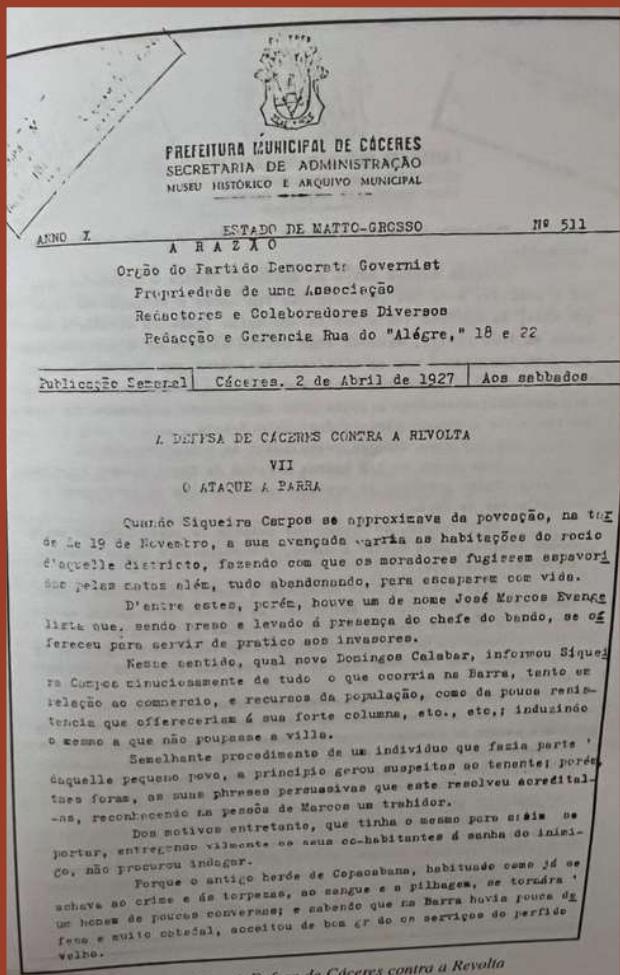
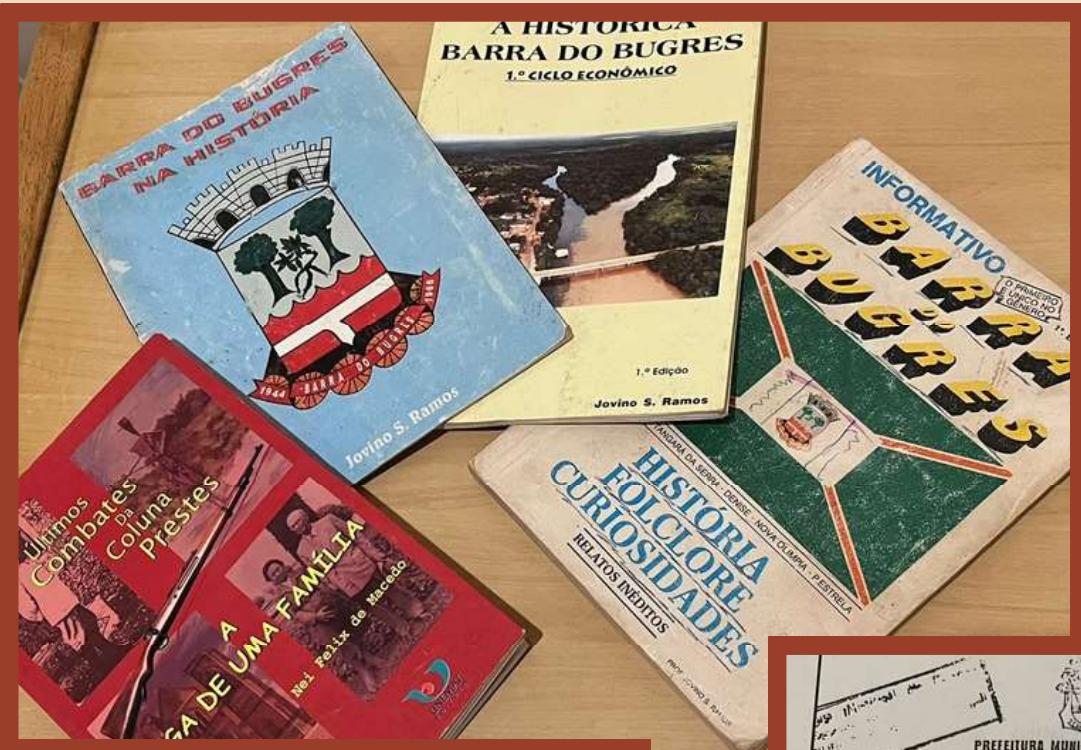
FONTE: CLICK NOVA OLÍMPIA



FONTE: CLICK NOVA OLÍMPIA

FIG. 06

OUTRAS FONTES HISTÓRICAS SOBRE BARRA DO BUGRES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUSEU HISTÓRICO E ARQUIVO MUNICIPAL

Faltando já só descobrir o povoado, fez alto ensaiando a campanhada.

Ouvindo Marcos sobre os melhores pontos a enveredar para dar o assalto, este lhe informou tão bem sobre a situação do lugar que ele, de acordo com o seu estado maior planejou dividir a coluna em três partes, devendo duas destas atravessar o rio Paraguai, que dava passagem à vila em vários pontos, no lugar chamado Taquaral, abaixo da villa, e d'ahi subindo tomasse cada uma posição atrás da outra, para surpreenderem a gente pela retaguarda e flanco, ao mesmo tempo que o grosso abria fogo pela frente.

E por essa maneira foram dadas as primeiras ordens.

Era cerca de 140 homens armados de fuzil Kauser e tetrahedrões, todos providos de copiosa munição, além de revólveres e outras armas de fogo.

Na povoação, os homens que estavam de prontidão no imprevisível quartel, para conter o somo, divirtiam-se a jogar berabá, conversar fumar etc.

Logo que os galos começaram a cantar anunciando o alvorar do fatal dia 20, o estampido de um tiro de carabina se fez ouvir pelo lado do poente, isto é, por detrás da povoação.

Rápidos como o relâmpago aquelas valentes martyres do dever largaram mão das suas Winchester e correram ao postos de trincheira.

E a voz do seu chefe esperaram resolutamente.

Não sabendo, porém, de qual lado estavam os atacantes começaram a atirar na frente; mas estes disparos nenhum efeito produziram tanto pela distância interposta entre as duas margens do rio, como porque o terço que ali operava se occultava na mata da barra.

Repentinamente, porém, foram surpreendidos por uma cerrada fuzilaria que vinha da retaguarda e pelos flancos.

Comprehendendo então que estavam sitiados por força muito maiores, resolvem vender cara a vida e, por sua vez sobreexcitados pela mais impetuosa coragem, abriram nutritivo fogo contra os miseráveis assaltantes, que chegaram a recuar ante o denodo desse punhado de bravos que defendiam a lei e a ordem.

Algumas baixas entre aquilhas já iam aparecendo.

PROPOSTA DE ATIVIDADE: LEITURA DE FONTE HISTÓRICA

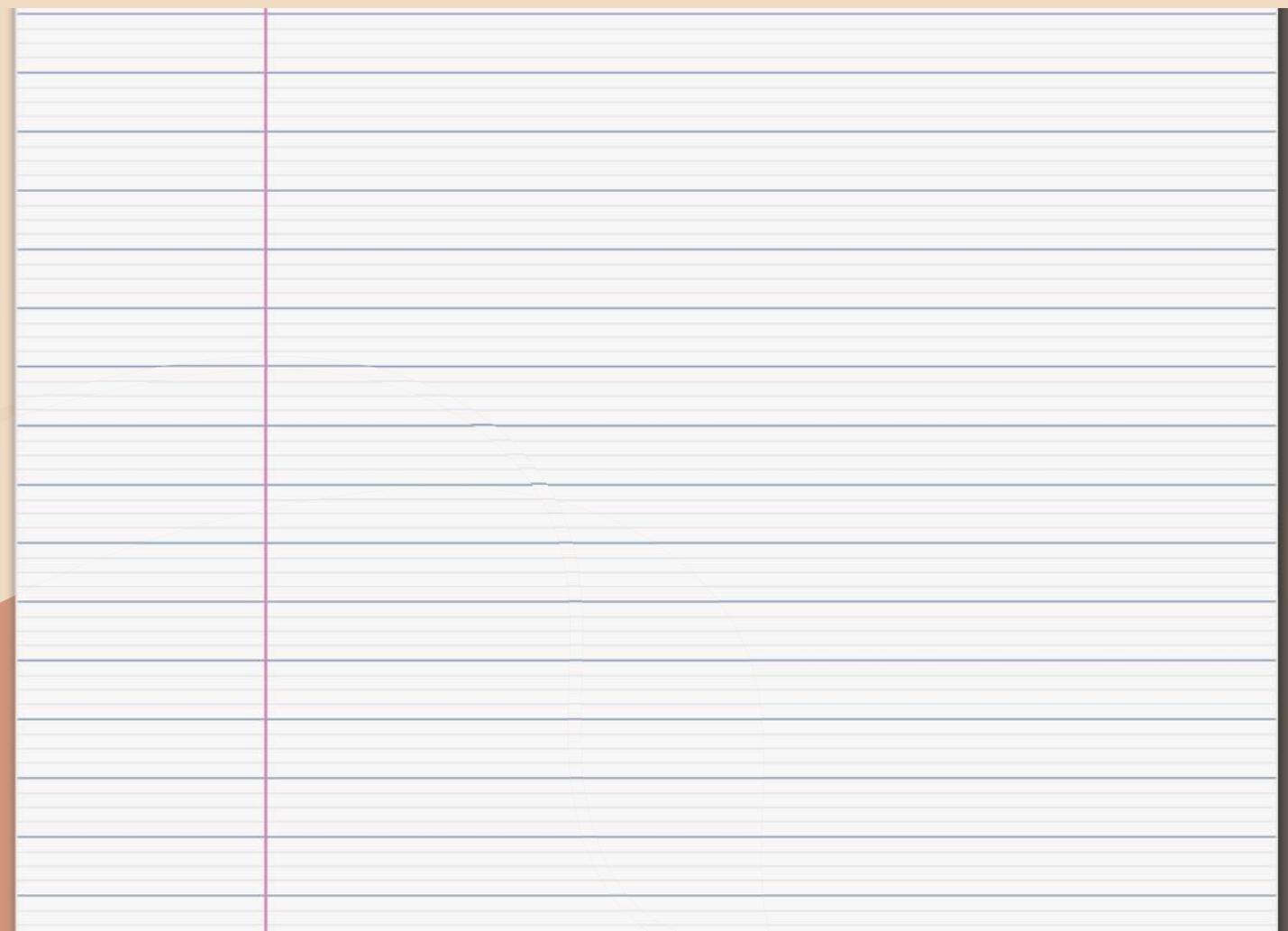
Professor, oriente a leitura da imagem com a turma, com base na análise de fonte proposta por Alberti (2019, p. 108). Essa análise pode ser feita também em aula de campo, com visita ao monumento, ou mesmo, serve como proposta para a análise de outras fontes históricas.

Algumas perguntas que podem orientar a análise:

- Por que o documento foi produzido?
- Quem o produziu?
- Onde e quando foi feito?
- Para quem o documento foi produzido?
- Como o documento foi produzido?
- Por que o documento foi preservado?
- Onde o documento foi preservado?
- O documento foi difundido? Por quê?



- Momento para sondagem dos conhecimentos prévios dos estudantes: o que você conhece sobre o Monumento aos Heróis Defensores de Barra do Bugres?



PROPOSTA DE ATIVIDADE: LEITURA DE FONTE HISTÓRICA

Figura 07: visita guiada ao Monumento aos Heróis Defensores



Acervo da autora, 2023.

Peça pra os alunos
registrarem suas respostas
em um diário de campo.



PROPOSTA DE ATIVIDADE: LEITURA DE FONTE

Matéria no Blog do Eduardo Gomes

**BLOG DO
Eduardo Gomes**

Home Cultura Curtas Economia Editorial Esporte Geral Internacional Opinião

Humor > MEMÓRIA – Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres

MEMÓRIA – Coluna Prestes massacrou Barra do Bugres

Última atualização: 23 jan. 2023 — 

EDUARDO GOMES
@andradeeduardogomes
eduardogomes.ega@gmail.com
Facebook: Eduardo Gomes Andrade
Sigam Eduardo Gomes Andrade no Instagram

MANCHETE **NACIONAL**

Município precursor no Centro-Oeste da produção de cana-de-açúcar no contexto do Proálcool nos anos 1980, Barra passou a destilar álcool, produzir açúcar e gerar energia com o bagaço de cana. Pioneirismo é uma de suas marcas, pois há 200 anos sua economia exportava *ipêcacuanha*, a famosa poaia, pelas águas do rio Paraguai. Polo do agronegócio e centro universitário com uma Universidade – o campus da Unemat – voltada inteiramente para a formação indígena, Barra é um dos principais municípios mato-grossense. Sua história é marcada por um massacre por parte de comunistas da Coluna Prestes. Saibam mais no texto abaixo:

Comunistas executam indefesos moradores


Ao lado do rio Paraguai, na Barra, um memorial não deixa apagar a passagem da Coluna Prestes

Os moradores nada puderam fazer diante da Coluna Prestes com seus homens portando fuzis, granadas, pistolas e metralhadoras. Enlutada e em prantos a população de Barra do Bugres sepultou seus 15 filhos homens assassinados pelos seguidores de Luiz Carlos

Prestes – o ex-tenente do Exército e líder comunista da Coluna que levava seu nome.

Além de sepultar os mortos a população de Barra do Bugres ainda curou os ferimentos de muitos de seus filhos. Como se não bastasse, os moradores passaram muitos anos amparando as moças e mulheres que foram estupradas em praça pública pelos comunistas.

Os guerrilheiros de Luiz Carlos Prestes chegaram à então vila em 20 de novembro de 1926. Depois das execuções e de outros crimes bárbaros, esse grupo cruzou o rio Paraguai. A Coluna Prestes levoou um pedaço da alma de Barra do Bugres.

Fonte: Blog do Eduardo Gomes, 2022.

Os comunistas avançaram para a Bolívia – onde se exilariam pouco mais de 200 quilômetros distante daquele lugar. Seguiram viagem montando em animais tomados à força dos moradores, não sem antes sacrificarem a tropa que utilizaram até ali, para que estes animais não fossem utilizados em sua perseguição.

Contra Luiz Carlos Prestes e seus sanguinários seguidores o município de Barra do Bugres ergueu à margem direita do rio Paraguai, em sua área urbana, um monumento aos seus 15 filhos assassinados.

A obra de arte que mostra a indignação de Barra do Bugres foi inaugurada em 20 de novembro de 1995. É memorial de alerta



Peça pra os alunos registrarem suas respostas em um diário de campo.





Debata com os alunos, quais dos patrimônios ele já conhecia e, de que maneira o patrimônio está ligado à história da cidade?

A seguir, faça impressões do mapa da cidade peça aos alunos para localizarem onde fica o “Monumento aos Heróis Defensores” e outros patrimônios pertencentes à História de Barra do Bugres, colocando também a data dos acontecimentos que retratam.

Após feito, oriente os alunos a identificarem o rio Paraguai e suas regiões de fronteira e, relacionar essa informação à passagem da Coluna Prestes por Barra do Bugres e seus objetivos com a marcha.



MAPA DE BARRA DO BUGRES



Google Maps, 2024.



DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Para refletir
com os alunos!

NO SEU PERCURSO ATÉ AQUI, VOCÊ DEVE TER PERCEBIDO QUE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DE SUA CIDADE. ELES DOCUMENTAM MOMENTOS IMPORTANTES DA HISTÓRIA LOCAL.

- VOCÊ CONHECE OUTROS TIPOS DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS? REGISTRE SUA RESPOSTA NO SEU CADERNO DE CAMPO:



Para refletir
com os alunos!



Você acredita que os patrimônios históricos de sua cidade servem como documentos para a análise dos historiadores? Registre e justifique sua resposta:



Quais dos patrimônios você acredita que foi feito intencionalmente, com o real objetivo de ser um patrimônio histórico? Por quê?

ESPAÇO PARA
ANOTAÇÕES DOS
ALUNOS



MEU GLOSSÁRIO DE CONCEITOS HISTÓRICOS



REFERÊNCIAS

ADRIÃO, J. M. A.; WALDOW, P. Educação Patrimonial em propostas práticas: experiências em ações na Casa Borges em Barra do Bugres - MT. In: 30º Simpósio Nacional de História - ANPUH Brasil. Recife, 2019.

ALBERTI, Verena. Fontes. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Oliveira, Margarida Maria Dias de. (Coord.). Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

LE GOFF, Jacques, "Documento/monumento". História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-553. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf>. Acesso em: 20 jun 2022.

MACEDO, Ney Félix de. Últimos combates da Coluna Prestes. A saga de uma família. Campinas, SP. Pontes Editores, Cáceres, MT, Unemat Editora, 2004.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

ORIÁ, Ricardo. História e Educação em Direitos Humanos. In: O Saber Histórico em Sala de aula. Circe Bittencourt (org). 9 ed. – São Paulo, Contexto, 2004.

RAMOS, Jovino S. Barra do Bugres: história, folclore, curiosidades. Cuiabá: Gráfica Ataláia, 1992.

RAMOS, Jovino. Jovino Ramos: criador da Bandeira de Barra do Bugres. Entrevista cedida a Janaina Regiane Silva. União das Faculdades do Médio Norte – Unicen, Tangará da Serra, 2002.